

textos
graduados

n.1 | v.3 | 2017

Política, Simmel, Gênero e Sexualidade



Textos Graduados

Número 1 | Volume 3

Copyright © 2017
by Revista Textos Graduados
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão
Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Luís Roberto Cardoso de Oliveira
Vice-diretora: Christane Girard Ferreira Nunes

PRODUÇÃO EDITORIAL

Edição

Alane Beatriz da Nóbrega Martins
Antônio Cecílio Barboni Júnior
Cesar Augusto Aspiazu da Silva
Flávio Borges Faria
Isabela Livingstone dos Santos
Isabella de Sá Félix
Larissa Gabrielle Vieira de Sousa
Lucas Aroucha Costa Muniz
Luiz Nonato de Santana Pereira
Mariana Alves Simões
Sofia Guimarães Carvalho Campos
Vitor Astavros Ferreira Lopes

Revisão

Flávio Borges Faria
Isabela Livingstone dos Santos
Larissa Gabrielle Vieira de Sousa

Diagramação e capa

Alane Beatriz da Nóbrega Martins

Crédito fotográfico (capa: cima/baixo/esq/dir)

Foto 1: Eduardo de Oliveira | Flickr Photos: /154748974@N04/35330889505/
Foto 2: Marcello Casal Jr/Agência Brasil | Flickr Photos: /129729681@N06/34743052521/
Foto 3: upslon | Flickr Photos: /49507504@N05/35932352026/
Foto 4: Mídia NINJA | Flickr Photos: /94532471@N02/17104260657

Homepage: <http://periodicos.unb.br/index.php/tg>
E-mail: textosgraduados@gmail.com
[facebook.com/revistatextosgraduados/](https://www.facebook.com/revistatextosgraduados/)

Bases de dados:

SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
<http://periodicos.unb.br/index.php/tg>

Textos Graduados/Instituto de Ciências Sociais/Revista da
Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Brasília
v. 3 n. 1 (2015-) — Brasília
Anual - a partir de 2015
ISSN 2447-7044 (eletrônico)

EQUIPE EDITORIAL

Alane Beatriz da Nóbrega Martins
Antônio Cecílio Barboni Júnior
Cesar Augusto Aspiazu da Silva
Flávio Borges Faria
Isabela Livingstone dos Santos
Isabella de Sá Félix
Larissa Gabrielle Vieira de Sousa
Lucas Aroucha Costa Muniz
Luiz Nonato de Santana Pereira
Mariana Alves Simões
Sofia Guimarães Carvalho Campos
Vitor Astavros Ferreira Lopes

CONSELHO EDITORIAL

Professora Ana Cristina Murta Collares
(Universidade de Brasília)

Professora Andréa de Souza Lobo
(Universidade de Brasília)

Professor Fabrício Monteiro Neves
(Universidade de Brasília)

Professor Martin-Léon-Jacques
Ibáñez de Novion
(Universidade de Brasília)

Professora Soraya Resende Fleischer
(Universidade de Brasília)

Professor Stefan Fornos Klein
(Universidade de Brasília)

CONSELHO CONSULTIVO

Professor Alexandro Henrique Paixão
(Universidade Estadual de Campinas)

Professora Andrea Carolina Jiménez
Martín
(Universidad Nacional de Colombia)

Professor Camilo Braz
(Universidade Federal de Goiás)

Professor Dmitri Cerboncini Fernandes
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Professora Elaine Meire Vilela
(Universidade Federal de Minas Gerais)

Professora Elisete Schwade
(Universidade Federal do Rio Grande do
Norte)

Professor Fernando Correia Prado
(Universidade Federal da Integração
Latinoamericana)

Professor Helio Afonso de Aguiar Filho
(Universidade Federal do Rio Grande do
Sul)

Professora Isabel Cristina Naranjo Noreña
(Universidad de Cordoba - Argentina)

Professor José Veríssimo Romão Neto

(Fundação de Amparo à Pesquisa do
Estado de São Paulo)

Professora Márcia Regina Calderipe
Farias Rufino
(Universidade Federal do Amazonas)

Professor Mario Ayala
(Universidad de Buenos Aires)

Professora Martha Célia Ramírez-Gálvez
(Universidade Estadual de Londrina)

Professor Ricardo Mayer
(Universidade Federal de Santa Maria)

Professora Silvana de Souza Nascimento
(Universidade de São Paulo)

PARECERISTAS DO VOLUME

Professora Andréa de Souza Lobo
(Universidade de Brasília)

Professora Carla Costa Teixeira
(Universidade de Brasília)

Professora Paula Mendes Lacerda
(Universidade do Estado do Rio de
Janeiro)

Professor Sergio Ricardo Rodrigues
Castilho (Universidade Federal
Fluminense)

Professora Sônia Cristina Hamid
(Instituto Federal de Brasília)

Ana Carla da Silva Lemos
(Mestranda - Universidade Federal de
Pernambuco)

Anna Carolina Horstmann Amorim
(Doutoranda - Universidade Federal de
Santa Catarina)

Flora Ardenghi Dutra
(Mestre - Universidade Federal de Santa
Maria)

Lenin Bicudo Bárbara
(Doutorando - Universidade de São
Paulo)

Mário Lamenha Lins Neto
(Mestrando - Universidade Federal do
Paraná)

Mércia Kaline Freitas Alves
(Doutoranda - Universidade Federal de
São Carlos)

Rodrigo Mota Albuquerque de Oliveira
(Doutorando - Universidade Federal de
Pernambuco)

Sediana Rizzo Czrnorski
(Mestre - Universidade de Passo Fundo)



Textos Graduados

Número 1 | Volume 3

Política, Simmel,
Gênero e Sexualidade

Revista Textos Graduados – Número 1, Volume 3, Dezembro 2017

 Sumário

Editorial	07
Artigos	10
Até onde vai a sua ideologia? O discurso do <i>site</i> Escola Sem Partido <i>Victor Ramos Freire</i>	11
Entre punir e resolver: um debate sobre a maioria penal e o nosso tempo político <i>Ana Carolina Ramos de Oliveira</i>	25
Igualdade e Justiça: conceitos em disputa sob uma perspectiva de gênero <i>Beatriz Lima Ribeiro</i>	45
A construção da imagem eleitoral do candidato João Dória em 2016: uma análise qualitativa a partir da Folha online <i>Alberto Luís Araújo Silva Filho e Isadora Lemos Vaz Campos</i>	63

- 81 **Corpos profanos:**
rascunhos sobre a heterossexualidade compulsória e um feminismo lésbico
Beatriz de Lima Moraes
- 93 **A Sociologia da Moda de Georg Simmel:**
indivíduo, massa e diferenciação social
Wanderson Barbosa dos Santos
- 114 **Sociologia, modernidade e individualismo em Georg Simmel –**
Um estudo a partir da Filosofia do dinheiro
Iago Vinicius Inacio
- 136 **Entrevista**
com Igor José de Renó Machado
(*professor de Antropologia, Universidade Federal de São Carlos*),
por Soraya Resende Fleischer
(*professora de Antropologia, Universidade de Brasília*)



É com enorme satisfação que apresentamos a 3ª edição da Revista Textos Graduados. Nesse volume propomos uma discussão entre diferentes temas, que igualmente assumem a sua importância dentro do atual debate das Ciências Sociais, que se ocupa de temáticas como política, educação, gênero, sexualidade, individualismo e modernidade. Para isso, iniciamos o diálogo a partir de três etnografias desenvolvidas no contexto da Antropologia Política, que versam sobre instituições e práticas de poder. Depois, contamos com um artigo desenvolvido na conjuntura da “Comunicação Política”, subárea da Ciência Política. Além disso, dispomos de mais três artigos, os quais resultam de pesquisas apresentadas durante o V Encontros Graduados, ocorrido em maio de 2016 e organizado pelo Programa de Educação Tutorial de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, tendo como tema “Inclusão e Invisibilidades Sociais”. Para finalizar, apresentamos uma entrevista realizada com o professor de Antropologia da Universidade Federal de São Carlos, Igor Machado, abordando a temática do mundo editorial da Antropologia.

O primeiro artigo, intitulado de “Até onde vai a sua ideologia? O discurso do *site* Escola Sem Partido”, de Victor Ramos Freire (Universidade de Brasília), se dedica à análise da iniciativa Escola sem Partido (ESP), concebida no *website* "escolasempartido.org". O propósito é compreender as motivações e os objetivos que constituem tal movimento, além de apontar as ambiguidades nele existentes. A base teórica da discussão se ancora na obra "Antropologia Política" (2007) de Karina Kuschnir, em alguns conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu, na obra "Poder Simbólico" (1989) e na análise sobre instituições de Mary Douglas, contida na obra "Como as instituições pensam" (2007).

O segundo artigo, “Entre punir e resolver: um debate sobre a maioria penal e o nosso tempo político”, de Ana Carolina Ramos de Oliveira (Universidade de Brasília), desenvolve uma investigação sobre os comentários postados em notícias da Folha de São Paulo, em seu perfil no *Facebook*, com relação às discussões acerca da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93, a qual propõe alteração do art. 228, que trata da maioria penal. O objetivo é o de construir uma reflexão contemplativa das diferentes perspectivas diante da tramitação na Câmara dos Deputados e suas influências nos campos de decisão das instituições políticas. A discussão teórica se desenvolve a partir de conceitos sobre estado, indivíduo e moral, trabalhados por autores

como: Clifford Geertz, Karina Kuschnir, Mary Douglas, Michel Foucault e Max Weber.

Já o terceiro artigo, “Igualdade e Justiça: Conceitos em disputa sob uma perspectiva de gênero”, de Beatriz Lima Ribeiro (Universidade de Brasília), a partir do desenvolvimento de pesquisa de campo realizada no âmbito do Senado Federal e da Câmara dos Deputados Federal, tem a proposta de analisar os diferentes discursos, tanto contrários, como favoráveis, no que tange a tramitação da PEC 23/2015, a qual objetiva a paridade de gênero por meio de cotas para mulheres, que pretende alcançar não apenas a esfera federal, mas também a municipal e a estadual. O delineamento teórico se concentra em discussões desenvolvidas por Carole Pateman, Mary Douglas e Louis Dumont.

O quarto texto, denominado “A construção da imagem eleitoral do candidato João Dória em 2016: uma análise qualitativa a partir da Folha online”, de Alberto Luís Araújo Silva Filho e Isadora Lemos Vaz Campos (Universidade Federal do Piauí), apresenta uma investigação sobre a imagem eleitoral do candidato João Dória, engendrada ao decorrer da eleição municipal de São Paulo em 2016, a partir da análise de conteúdo de notícias publicadas no *site* da Folha de São Paulo. A discussão teórica foi desenvolvida a partir de Elisabeth Noelle-Neumann, Luis Felipe Miguel, Pedro Santos Mundim, entre outros autores.

O quinto trabalho, “Corpos profanos: rascunhos sobre a heterossexualidade compulsória e um feminismo lésbico”, de Beatriz de Lima Morais (Universidade de Brasília), se dedica a identificar os fatores que esmaecem e deslegitimam a homossexualidade feminina, e a compreender, dentro de uma perspectiva teórica, as relações entre misoginia e homofobia, a quais impulsionam a opressão da mulher lésbica ou bissexual. O trabalho dialoga com Judith Butler, Adrienne Rich, bell hooks, Claude Lévi-Strauss e Pierre Bourdieu.

O penúltimo artigo, “A Sociologia da Moda de Georg Simmel: indivíduo, massa e diferenciação social”, de Wanderson Barbosa dos Santos (Universidade de Brasília), presta-se ao entendimento sobre o fenômeno conhecido como “rolezinho”, com foco naqueles ocorridos em São Paulo, entre dezembro de 2013 e fevereiro de 2014. A análise teórica fundamenta-se em Georg Simmel, considerando-se categorias sociológicas como “distinção, diferenciação e classe social”. Entretanto, também aborda outros teóricos, como: Jessé Souza, Pierre Bourdieu e Walter Benjamin.

O último artigo, intitulado de “Sociologia, modernidade e individualismo em Georg Simmel – Um estudo a partir da Filosofia do dinheiro”, de Iago Vinicius Inacio (Universidade de Brasília), parte da investigação acerca da “Filosofia do dinheiro” de Georg Simmel, levando-se em conta análises teóricas sobre modernidade e

individualismo, recorrendo também sobre as teorias de Gabriel Cohn e Jessé Souza.

A edição é finalizada pela entrevista realizada pela professora de Antropologia da Universidade de Brasília, Soraya Resende Fleischer, com o professor de Antropologia da UFSCar, Igor José de Renó Machado, sobre sua experiência editorial na Editora da UFSCar. A entrevista se insere na proposta da professora Soraya Fleischer de explorar os “bastidores” das experiências acadêmicas, que vão além da pesquisa e produção de artigos e livros.

Por fim, essa edição visa manter a continuidade das publicações anuais da Revista Textos Graduated, ao mesmo tempo em que apoia e valoriza a produção acadêmica desenvolvida por graduandos. Desse modo, convidamos todas(os) as(os) leitoras(es) a prestigiarem os trabalhos aqui apresentados. Desejamos uma proveitosa leitura!

Comissão Editorial da Revista Textos Graduated – ICS/UnB

Dezembro de 2017



Artigos

■ Até onde vai a sua ideologia?

■ O discurso do *site* Escola Sem Partido

*Victor Ramos Freire**

*Graduando em Ciências Sociais (habilitação em Antropologia), Universidade de Brasília (UnB)

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a iniciativa Escola sem Partido (ESP), mais especificamente a retórica presente no *site* escolasempartido.org, a fim de entender sua razão de existir, suas motivações e seus objetivos. O artigo se apoiará na visão de antropologia da política de Kuschner (2007), nos conceitos de poder simbólico, campo e divisão de Bourdieu (1989) e na análise institucional de Douglas (2007). Esta análise caminhará aos questionamentos da narrativa autoproclamada como “desideologizada” do ESP e demonstrará possíveis ambiguidades presentes no discurso da iniciativa.

Palavras-chave: ideologia, educação, doutrinação, Escola sem Partido, Antropologia da Política.

Introdução

O objeto deste artigo será a iniciativa ou movimento político de articulação denominado Escola sem Partido (ESP), mais especificamente o conteúdo presente no *site* do movimento EscolasemPartido.org. O foco será a análise de sua razão de existir, suas motivações, suas pretensões e seus objetivos baseado em sua retórica presente em seu *site*.

O ESP é uma iniciativa que tenta combater o que chamam de “doutrinação político-ideológica na escola por parte de professores militantes”, que ao invés de ensinar as matérias aos alunos, estariam os doutrinando para que esses alunos sigam e repliquem as ideologias doutrinadas pelos professores. Mesmo com essa pauta, é um

movimento que se define apolítico ou, melhor ainda, “desideologizado”.

O Escola sem Partido é um movimento de articulação política que luta para que as suas reivindicações se tornem lei. Existem diversos projetos de lei em todos os âmbitos (nacional, estadual e municipal) que estão sendo apresentados, redigidos ou já estão em tramite (como é o caso da lei nacional). E, ainda, existe um outro *site* ligado totalmente ao ESP (<http://www.programaescolasempartido.org/>) que é responsável pela organização desses projetos de lei: há um modelo pré-estruturado de lei que qualquer pessoa pode enviar ao seu deputado ou vereador.

Diante deste problema, este trabalho tem como objetivo entender o embasamento desta retórica apolítica e sem ideologia mesmo este sendo um movimento político. Assim, as principais perguntas seriam: o que é política para eles? E quais são as ideias que embasam essa retórica, mas que estão para além dos objetivos explicitados por eles?

Pretende-se, portanto, responder, mesmo que parcialmente, as perguntas presentes nesta introdução, além de outras que aparecerão no andamento do trabalho. Tentaremos entender esse fenômeno dentro do contexto político brasileiro com a ideia de construção de ideologias políticas, buscando um questionamento da posição e do papel das escolas e do Estado nessa conjuntura.

A principal hipótese está na ideia de que a retórica da ESP é controversa, pois na tentativa de combater, na sua visão, a imposição de apenas um escopo ideológico na escola ideologicamente acaba também por tentar impor uma certa visão de mundo em detrimento de outras. Ou seja, a solução proposta pelo Escola sem Partido acaba por ter a mesma natureza do problema que se diz combater, que é ideologização do conteúdo ministrado nas escolas. É uma retórica que parece neutra, mas que talvez uma leitura minuciosa possa demonstrar as nuances e problemas que possivelmente podem estar presentes.

Buscaremos um embasamento em três autores que guiarão nossa visão antropológica. Faremos a formação deste objetivo em Kuschnir (2007) e os instrumentos dessa busca serão tirados de Bourdieu (1989) e Douglas (2007). Kuschnir será usada para operacionalizar uma definição de antropologia da política e aplicá-la à retórica do Escola sem Partido. Bourdieu será usado pelos seus conceitos de poder simbólico, campo e divisão e Douglas será usada a partir de suas ideias sobre instituições.

Por fim, a metodologia a ser utilizada será de uma análise do conteúdo dos *sites* da iniciativa Escola sem Partido, a saber, escolasempartido.org e, muito menor grau, programaescolasempartido.org. Este conteúdo será visto como os dados que embasarão o argumento deste trabalho



que será feito após a leitura dos dados. As informações foram analisados em novembro de 2015.

O que é a iniciativa EscolaSemPartido.org (ESP)?

Em sua apresentação, que consta no *site*, o ESP inicia sua fala colocando que em uma sociedade livre e democrática, uma escola deveria funcionar apenas como um centro de produção e difusão do conhecimento, aberta a uma ampla gama de perspectivas que coadunariam com uma reflexão neutra dos infinitos matizes da realidade.

Porém, no Brasil, o movimento Escola sem Partido diagnosticou que este papel não está sendo seguido pelas escolas públicas e privadas, além das universidades públicas e privadas¹, pois elas foram cooptadas por grupos e correntes políticas e ideológicas que se pretendem hegemônicas. Transformando, assim, a escola em “uma caixa de ressonância” das doutrinas e agendas desses grupos. E, segundo o movimento, a maioria dos educadores e das autoridades ignora o problema da doutrinação, quando não o apoiam e promovem. Deste

¹ A partir deste momento, todas as instituições de ensino que estão abarcadas pelo projeto da ESP serão referenciadas como “escola”. A não ser quando seja necessário especificar uma delas.

modo, verificamos que a categoria “doutrinação” talvez seja a mais importante para iniciativa, tendo no seu combate a sua razão de existência.

É neste contexto de subversão do papel da escola que o movimento EscolasemPartido.org surge para se dedicar a difusão e combate ao problema da instrumentalização da educação para fins políticos, ideológicos e partidários. Pretendem não só mostrar que o problema existe, mas que ele está presente na maioria (senão em todas) as instituições de ensino do país.

Além disso, colocam-se como um grande provedor de informações sobre o tema e como um espaço onde pais, estudantes e ex-estudantes poderão emitir suas opiniões acerca de professores, grades curriculares e materiais didáticos que ignoram a radical diferença entre educação e doutrinação. Para isso o ESP faz um chamado a pais e estudantes:

Se você sente que seus professores ou os professores dos seus filhos estão comprometidos com uma visão unilateral, preconceituosa ou tendenciosa das questões políticas e sociais; se percebe que outros enfoques são por eles desqualificados ou ridicularizados e que suas atitudes, em sala de aula, propiciam a

formação uma atmosfera de intimidação incompatível com a busca do conhecimento; se observa que estão engajados na execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores, envie-nos uma mensagem relatando sua experiência (acompanhada, se possível, de elementos que possam comprová-la). Ajude-nos a promover a liberdade de pensamento e o pluralismo de ideias nas escolas brasileiras. (escolasempartido.org/apresentacao).

Existe outra seção do *site*, nomeada de “Quem Somos”, assinada pelo idealizador do movimento e um dos seus coordenadores Miguel Nagib.

Segundo o autor, o EscolasemPartido.org é uma iniciativa de estudantes e pais preocupados com o alto nível de “contaminação político-ideológica” presente nas instituições de ensino do Brasil. Pois, a pretexto de transmitir uma “visão crítica” da realidade existe *um exército organizado de militantes travestidos de professores* que se utilizam da sua posição de educador para impor a sua própria visão de mundo perante os alunos. O autor entende que pais e alunos como membros da comunidade escolar não podem aceitar este cenário.

A tentativa de combate a essa conjuntura por meios convencionais esbarra na dificuldade de provar os fatos e na recusa dos professores, coordenadores e até empresários donos de escolas em admitir a existência do problema (escolasempartido.org/quem-somos).

E é, então, a partir desta dificuldade que nasce a iniciativa EscolasemPartido.org. Inspirada por um movimento semelhante dos Estados Unidos (NoIndoctrination.org), ele tem por objetivo divulgar testemunhos de alunos e pais contra esses falsos educadores, ou melhor, doutrinadores (escolasempartido.org/sobre-nos-footer).

O autor do texto até constrói uma analogia para o objetivo da iniciativa: “Abrir as cortinas e deixar a luz do sol entrar. Afinal, como disse certa vez um conhecido juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, ‘*a little sunlight is the best disinfectant*’.” (escolasempartido.org/quem-somos). Colocando a iniciativa como a luz que ilumina as trevas da doutrinação na escola. É uma analogia muito próxima a usada pelo iluminismo do século XVIII.

Como qualquer movimento que pretende algo, o ESP possui uma cartilha de objetivos especificada para entendermos pelo que lutam: (I) pela descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas, (II) pelo respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes e (III) pelo respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções. E partir desses objetivos há a pretensão de:

apoiar iniciativas de estudantes e pais destinadas a combater a doutrinação ideológica, seja qual for a sua coloração; orientar o comportamento de estudantes e pais quanto à melhor maneira de enfrentar o problema; oferecer à comunidade escolar e ao

público em geral análises críticas de bibliografias, livros didáticos e conteúdos programáticos; promover o debate e ampliar o nível de conhecimento do público sobre o tema “doutrinação ideológica”, mediante a divulgação de atos normativos, códigos de ética, pareceres, estudos científicos, artigos e links dedicados ao assunto (EscolasemPartido.org/objetivos).

Sendo assim, definimos (ou melhor, o ESP mesmo se definiu) o que é a iniciativa ESP, quais são seus objetivos e contra o que e quem lutam.

Por fim, para fechar a definição, é importante ressaltar que o Escola sem Partido luta para que as suas reivindicações se tornem lei. Existem diversos projetos de lei em todos os âmbitos (nacional, estadual e municipal) que estão sendo apresentados, redigidos ou já estão em tramite (como é o caso da lei nacional). E existe um outro *site* ligado totalmente ao ESP (<http://www.programaescolasempartido.org/>) que é responsável pela organização desses projetos de lei: há um modelo pré-estruturado de lei que qualquer pessoa pode enviar ao seu deputado ou vereador.

O objetivo da lei é defender a liberdade de aprender do aluno em detrimento da liberdade de ensinar do professor, fazendo com que os alunos saibam quais são os seus direitos e que professores lembrem-se de seus deveres. E, para isso, o projeto de lei pretende a fixação em

todas as salas de aula do Brasil de um quadro contendo cinco deveres. Que são: (I) O professor não abusará da inexperiência, da falta de conhecimento ou da imaturidade dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente político-partidária, nem adotará livros didáticos que tenham esse objetivo. (II) O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, religiosas, ou da falta delas. (III) O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas. (IV) Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa, isto é, com a mesma profundidade e seriedade, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito. (V) O professor deverá abster-se de introduzir, em disciplina obrigatória, conteúdos que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos estudantes ou de seus pais (escolasempartido.org/deveres-do-professor).

Essa mesma lei criaria mecanismos de punição ao professor que desrespeitar as normas e de defesa aos alunos que estão sendo vítimas da doutrinação.

Avançando no problema da “doutrinação”

Resumindo, o movimento ESP tem a sua razão de existência no combate a doutrinação das escolas. O combate é encabeçado por pais e estudantes contra a doutrinação político-ideológica que os professores (ou doutrinadores) estão executando. Além disso, há uma tentativa de defender convicções morais e religiosas dos pais e estudantes, ou seja, coloca-se que o professor não pode oferecer nenhum conteúdo que entre em embate com as convicções morais e religiosas dos estudantes, pois a educação moral e, até certo ponto, a educação “crítica” cabe estritamente à família.

Mas, como definir o que entrará em embate com as convicções morais e religiosas de cada aluno em um país de grande diversidade cultural, racial e econômica, onde não há uma coesão ou unidade na sociedade sobre aquilo que é moralmente certo ou errado? Isto acaba por demonstrar algo característico do pensamento conservador, que é não só a falta de confiança na eficácia do Estado em incidir decisivamente sobre a moral, mas a compreensão de que isso nunca cabe a coisa pública. Logo, existe, primeiramente uma separação clara daquilo que é tido como público e daquilo que é tido como privado e, posteriormente, a necessidade de reduzir o espaço de atuação do Estado, apequenando a importância da coisa pública e dos espaços de sociabilidade em relação ao que é tido como privado. Assim, algo

comum ao pensamento conservador também é comum ao modo de pensar do Escola sem Partido, este sendo o primeiro de indício que há sim ideologia no discurso do movimento.

Mas, afinal, para o ESP, o que vêm a ser doutrinação? Que práticas são consideradas como doutrinantes? Existe a relação entre um conteúdo ideológico específico e as práticas de doutrinação? Onde entra a noção de neutralidade? Não haveria um viés ideológico mesmo neste combate a doutrinação político-ideológica? E finalmente a pergunta que centra deste trabalho: o que é política para o Escola sem Partido? Essas são algumas perguntas que tentaremos responder.

Não existe nenhuma parte do *site* que está escrito: “a doutrinação é...”, por isso não é simples encontrar a definição do ESP sobre o que é doutrinação. Todavia, existe uma seção intitulada “Flagrando o Doutrinador”, onde se elenca uma série de práticas por parte do professor que faz com que o *aluno-vítima* perceba que está sendo “doutrinado”. É uma lista grande de práticas, mas acreditamos que seja interessante colocá-la na íntegra:

- *se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional;*
- *adota ou indica livros, publicações e autores identificados com determinada corrente ideológica;*



- *impõe a leitura de textos que mostram apenas um dos lados de questões controvertidas;*
- *exibe aos alunos obras de arte de conteúdo político-ideológico, submetendo-as à discussão em sala de aula, sem fornecer os instrumentos necessários à descompactação da mensagem veiculada e sem dar tempo aos alunos para refletir sobre o seu conteúdo;*
- *ridiculariza gratuitamente ou desqualifica crenças religiosas ou convicções políticas ou difama personalidades históricas, políticas ou religiosas;*
- *pressiona os alunos a expressar determinados pontos de vista em seus trabalhos;*
- *alicia alunos para participar de manifestações, atos públicos, passeatas, etc.;*
- *permite que a convicção política ou religiosa dos alunos interfira positiva ou negativamente em suas notas;*
- *encaminha o debate de qualquer assunto controvertido para conclusões que necessariamente favoreçam os pontos de vista de determinada corrente de pensamento;*
- *não só não esconde, como divulga e faz propaganda de suas preferências e antipatias políticas e ideológicas;*
- *omite ou minimiza fatos desabonadores à corrente político-ideológica de sua preferência;*
- *transmite aos alunos a impressão de que o mundo da política se divide entre os “do bem” e os “do mal”;*
- *não admite a mera possibilidade de que o “outro lado” possa ter alguma razão;*

- *promove uma atmosfera de intimidação em sala de aula, não permitindo, ou desencorajando a manifestação de pontos de vista discordantes dos seus ou não impede que tal atmosfera seja criada pela ação de outros alunos;*
- *utiliza-se da função para propagar ideias e juízos de valor incompatíveis com os sentimentos morais e religiosos dos alunos, constrangendo-os por não partilharem das mesmas ideias e juízos.*

Ou seja, doutrinar não é exatamente uma ação, mas um conjunto de práticas que constituem um possível processo de doutrinação ideológica por parte do professor perante os seus alunos.

Até agora, não ficou claro nenhuma relação específica entre um conteúdo ideológico específico e a doutrinação. Mas é preciso uma rápida viagem pelas páginas do site para encontrar a relação.

Há uma página no site intitulada “FAQ”, que é uma sigla inglesa que significa perguntas mais frequentes, logo é a seção onde estão as perguntas que mais frequentemente são feitas pelos internautas para o movimento. A primeira pergunta é: “A doutrinação é um problema grave na educação brasileira? Por quê?”, na sequência a pergunta é respondida com um sim e é posto três razões para isso. A primeira delas é que a doutrinação cerceia a liberdade de aprender do estudante sem ser doutrinado, a segunda razão é que os estudantes são, em geral,

jovens inexperientes e imaturos e, logo, não estão preparados para reagir à doutrinação e a terceira (e mais importante) é que segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Sensus, 78% dos professores acreditam que a principal missão da escola é “despertar a consciência crítica dos alunos”.

Mas o que haveria de errado em despertar a consciência crítica dos alunos? Curiosamente essa é a segunda pergunta do FAQ, e é aqui que o recorte ideológico é feito de maneira explícita. A resposta que a EscolasemPartido.org dá é a seguinte: “Não haveria nada de errado, se esse ‘despertar da consciência crítica’ não consistisse apenas e tão somente em martelar *ideias de esquerda* na cabeça dos estudantes” (<http://escolasempartido.org/faq>). Ou seja, o problema da doutrinação está em “martelar ideias de esquerda”, onde seria montada uma consciência crítica distorcida da realidade, que só enxerga aquilo que favorece as visões de esquerda como a “crítica a civilização ocidental, o cristianismo, os valores cristãos, a Igreja Católica, a ‘burguesia’, a família tradicional, a propriedade privada, o capitalismo, o livre-mercado, o agronegócio, o regime militar, os Estados Unidos, etc”. E segundo o ESP essa atitude acaba por, também, omitir os fatos condenáveis da esquerda como as mortes causadas pelo “socialismo real” e as ditaduras ditas comunistas.

Dito isso, o ESP advoga por uma defesa pelo “verdadeiro” pensamento crítico, e não o que chamam de fraude, que dominou todo o sistema.

Não fica claro exatamente o que o ESP toma por esquerda e, principalmente, direita. O mais próximo que podemos chegar da definição deles de esquerda é relação direta que a esquerda possuiria com os regimes que se auto-intitulavam comunistas no século XX e com os autores marxistas. A noção de direita não fica nem um pouco clara, as únicas relações que podemos fazer é aproximando a direita de ideias de civilização ocidental, cristianismo, “burguesia”, família tradicional, propriedade privada, capitalismo, livre-mercado, agronegócio e regime militar.

Apesar de o nome ser Escola sem Partido, não se luta contra só com partidos, mas com tudo que abarcaria ideologias de esquerda.

Seguindo o argumento, há uma pergunta no FAQ sobre se existe doutrinação de direita e a resposta que a ESP dá é elucidativa:

Existem professores de direita que usam a sala de aula para fazer a cabeça dos alunos. Mas são franco-atiradores, trabalham por conta própria. No Brasil, quem promove a doutrinação político-ideológica em sala de aula, de forma sistemática e organizada, com apoio **teórico** (Gramsci, Althusser, Freire, Saviani, etc.), **político** (governos e partidos de esquerda, PT à frente), **burocrático** (MEC e secretarias de educação), **editorial** (indústria do livro didático) e **sindical** é a esquerda. (as palavras foram destacadas pela própria fonte).

Essa resposta mostra contra quem a ESP está lutando. A luta é contra um movimento de esquerda extremamente organizado (e unificado, na visão deles) que promove a doutrinação político-ideológica nas escolas e universidades com apoio teórico, político, burocrático, editorial e sindical. O Partido dos Trabalhadores é citado como a grande força política provedora deste movimento. O PT é único partido citado nessa seção do *site*. É interessante neste ponto como uma doutrinação por parte de um professor de direita é completamente deixada de lado com a justificativa que de que os professores de direita são “franco-atiradores” em prol do combate a um suposto movimento de esquerda organizado e indivisível.

Na sequência dessa resposta há uma pergunta sobre se o ESP é de direita. Na sua resposta é explicitado que “não defendem” nenhuma ideia de direita, conservadora ou liberal, logo, se colocam como um movimento sem ideologia, logo, um movimento político sem ideologia, algo no mínimo contraditório. Dizem que este rótulo é colocado neles pelos esquerdistas que por verem no ESP alguém que combate a doutrinação, os esquerdistas os veem como rivais ideológicos. Nas palavras do ESP: “Ou seja: se combatemos uma prática da esquerda, temos de ser ‘de direita’. É assim que eles raciocinam” (escolasempartido.org/faq), mas o que é interessante é que se alguém combate o que o ESP defende é visto como “de esquerda”.

Respondendo mais claramente a pergunta: existe a relação entre um conteúdo ideológico específico e as práticas de doutrinação? Para o ESP sim, a prática da doutrinação estaria intimamente ligada à ideologia de esquerda, que possui um arcabouço teórico, ideológico e político para organizar esse tipo de movimento. E agora a outra pergunta: não haveria um viés ideológico mesmo neste combate a doutrinação político-ideológica? Antecipadamente podemos dizer que sim, mas as justificativas só serão dadas mais para frente no desenvolvimento do argumento deste texto.

Ainda falta responder onde entra a noção de neutralidade.

A partir de uma tentativa de síntese sobre o que a ESP aponta, a escola deveria ser um espaço onde reinasse a produção e difusão do conhecimento não doutrinário, onde todos os lados fossem colocados de uma maneira neutra. O ESP admite que a neutralidade perfeita seja impossível, mas ressalta que o argumento que defende que não há imparcialidade está imbuído de má-fé. Pois, a neutralidade absoluta é impossível, mas cabe aos educadores executarem uma metodologia que diminuísse as possíveis distorções ideológicas das quais o conhecimento é vulnerável, só que para o ESP, na verdade os doutrinadores se utilizam do argumento da imparcialidade impossível como salvo-conduto para uma educação ideológica e doutrinadora.

Logo, porque se a objetividade absoluta é impossível, a conduta moralmente certa por parte do professor seria seguir o ideal da objetividade o máximo possível e não usar este argumento como desculpa para realizar a doutrinação. Neste ponto, que está na página FAQ, a ESP até cita Max Weber, na tentativa talvez de invocar uma autoridade científica para o seu argumento.

Agora, na tentativa de buscar o que é visto como político pela ESP para responder ao principal objetivo de uma antropologia da política, no sentido de Kuschnir: “A antropologia da política tem por objetivo entender como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como interagem e atribuem significado aos objetos e às práticas relacionadas ao universo da política” (KUSCHNIR, 2007), encontrou-se uma dificuldade em relação ao fato de que na maioria das vezes que surgia a palavra “política” ou “político”, ela sempre vinha acompanhada da palavra “ideológico”. Isso demonstra, em um primeiro sentido, que no entendimento da ESP aquilo que é político é ideológico e, logo, há uma tentativa de construir uma relação direta entre o pensar político e o pensar ideológico e, também, da ação política e da ação ideológica, misturando discursivamente os conceitos.

Além disso, político-ideológico também seria o que escapa a esse ideal objetivo do conhecimento na escola e, por isso, tem que ser deixado do lado de fora da escola. Há uma clara preferência por uma educação mais

técnica e objetiva em detrimento de uma educação politizada e subjetiva. Até porque a educação moral e religiosa não caberia à escola e sim à família e como já tratado acima isto é algo característico do pensamento conservador.

Mas este “pensar político-ideológico” estaria deslocado da prática política institucional, aquela que se dá nos âmbitos institucionais legais do Estado. Esta política não é vista como ideológica, ela é o campo de disputa onde está em jogo a tentativa do movimento ESP ganhar sua legitimação e força de lei e é aqui entra a questão do papel do Estado. Mas para isso, no entendimento do movimento é preciso que se difunda o seu argumento para a população a partir do *site*.

Dito isso, percebe-se que há um duplo sentido atribuído ao que é político. Um primeiro que seria político-ideológico e que teria maior relação com a prática política.

As controvérsias ou “até onde vai sua ideologia?”

Encerrando essa intensa descrição e colocação de dados, passaremos agora a discutir esses dados a luz de autores como Bourdieu (1989) e Douglas (2007) na tentativa de estabelecer relações e aproximações entre os dados para construção de compreensão do ESP.



Esta seção do texto se desenrolará a partir da última pergunta respondida na seção anterior: o que é política para eles?

Como já explicitado, o que é político pode ser entendido como o que é ideológico (político-ideológico talvez seja a categoria mais adequada), que seria aquilo que escapa à objetividade do conhecimento e, assim, isso não poderia entrar na escola, como explicitado na primeira prática do professor condenada pela página “Flagrando o Doutrinador”. Ou seja, há uma tentativa de justificar a ideia de uma “escola-bolha”, uma escola completamente deslocada do resto do mundo social pelo temor de uma escola que doutrine os estudantes. Em consequência disso, pode-se tentar perceber que o ESP advoga por uma escola que dê preferência a uma educação mais “técnico-objetiva” e individual em detrimento de uma educação mais “político-subjetiva” e social. A escola serviria para formar o indivíduo para o mercado e caberia à família a formação moral e de valores, além da “consciência crítica” (que não pode caber a escola) desse mesmo indivíduo.

Pensando com Bourdieu (1989), primeiramente utilizamos o conceito de poder simbólico, presente no capítulo 1 de seu livro *O poder simbólico*, é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, ou seja, o sentido do mundo supõe um conformismo lógico, uma concepção homogênea que torna possível

a concordância entre as inteligências (BOURDIEU, 1989) e a partir disto pode se pensar que as produções simbólicas são elas mesmas instrumentos de dominação, tornando a escola um lócus central para a reprodução da sociedade. E a separação postulado pelo Escola sem Partido entre um conhecimento técnico e objetivo e um conhecimento subjetivo e “político-ideológico” pode ser visto como estratégia de luta pela dominância do campo educacional e escolar. Este campo é no sentido que Bourdieu dá no capítulo 3 do mesmo livro, onde o campo é uma representação do espaço simbólico onde ocorre a luta entre os agentes pela determinação, validação e legitimação das representações.

Ainda trabalhando com Bourdieu (1989) e as noções de região e de *di-visão*, percebemos que há tentativa de concorrência pelo monopólio da *di-visão* legítima daquele que seria o papel da escola, uma *di-visão* entre aquilo que é objetivo (técnico) e pode “entrar” na escola e aquilo que é subjetivo (político-ideológico) e não pode “entrar”. Assim, o Escola sem Partido não percebe que mesmo os critérios mais bem embasados na realidade se limitam apenas a registrar um estado de luta de classificações e não uma melhor divisão do que é objetivo e subjetivo. A realidade objetiva não está separada de suas representações subjetivas (ou simbólicas), a realidade é um lugar de uma luta permanente de representações para defini-la. Não existe uma realidade objetiva fora do universo de representações (BOURDIEU, 1989).

Pensando a partir de Douglas (2007) e sua discussão sobre o como as instituições pensam, dialogam, se legitimam e se sustentam, qual é a instituição que o ESP pretende sustentar? Um sistema educacional objetivo e técnico que formaria indivíduos para o mercado junto como uma família completamente responsável pela educação moral e de valores destes indivíduos. Além disso, seria uma instituição normativa com embasamento legal, pois a ideia é que a instituição vire lei.

E apesar do discurso defender a exposição da pluralidade ideológica do mundo na escola, há uma clara preferência em perseguir e depurar da escola aquilo que é tido como “ideias de esquerda” por serem ideias consideradas como questões de ordem moral e/ou subjetiva (como, por exemplo, o que a direita conservadora define como “ideologia de gênero”). Deste modo, podemos ver o ESP como um movimento que tem por ambição refundar a instituição escola a partir de novos pressupostos baseados totalmente em uma purificação da escola daquilo que é político, subjetivo e/ou moral. Ou seja, refundar instituição baseada em uma separação tida como natural, fazendo parte da ordem do universo e, assim, podendo servir de embasamento argumentativo (DOUGLAS, 2007). Esta separação é a clássica separação do público e do privado, do objetivo e do subjetivo, do político e do técnico; sendo a escola um espaço público não se pode admitir a presença do subjetivo, do político e da moral (que é tida como

exclusiva do âmbito privado), pois isso é uma afronta a ordem natural das coisas.

Além disso, o ESP na tentativa de legitimar o seu posicionamento acaba por construir uma instituição a partir de analogias, ao modo de pensar de Douglas (2007). Em outras palavras, a ESP ao se utilizar da “analogia iluminista” (já comentada lá em cima) e da analogia de que o desenvolvimento de conhecimento pela escola está para intervenção objetiva na realidade enquanto a família que desenvolve as representações simbólicas. Há uma tentativa de estabelecer uma analogia de um fato histórico e uma analogia de uma divisão moderna do mundo, que para os modernos é praticamente natural: a realidade objetiva e as representações (DOUGLAS, 2007).

E uma tentativa de criar uma analogia serve para tentar legitimar uma instituição frágil, segundo Douglas (2007). Deste modo, podemos ver a iniciativa ESP como um movimento que tenta construir uma instituição irreduzível revertendo uma possível naturalização da doutrinação em nome de outra naturalização, que seria este mundo onde a escola tem que ser uma bolha de conhecimento que está deslocada do resto do mundo.

Por fim, acreditamos ter percebido uma última coisa. Na construção do objeto que a ESP declarou como o símbolo de seu combate, há a criação



de uma subjetivação, a do aluno-vítima. Tira-se a agência do aluno, “cria-se” um sujeito novo, o aluno-vítima que sofre passivamente a doutrinação do professor-doutrinador. Esta agência é retirada dos alunos em prol de uma retórica de que a agência está com a própria ESP como movimento político tenta combater o problema através da difusão e do apoio aos pais e estudantes na luta pelo direito de aprender sem ser doutrinado dos últimos. Pode-se pensar que não é só agência que é oferecida pela iniciativa, é também uma consciência de que ele está vítima de uma doutrinação. E isso se dá por ela perceber o sujeito aluno como um sujeito indefeso, um aluno-vítima.

Considerações Finais

Tentou-se neste trabalho demonstrar a retórica controversa que a ESP se utiliza para embasar sua argumentação para o combate legal da “doutrinação das escolas”. As noções de *di-visão* de Bourdieu, de instituição e analogia de Douglas e a ideia de aluno-vítima serviram como instrumentos para demonstrar que apesar de toda a linguagem objetiva utilizada e pretendida pela ESP, há subjetivações, naturalizações e contradições nessa retórica.

A partir do trabalho ainda é possível deduzir mais algumas colocações. Como rebater a ideia de que o ESP é uma iniciativa “desideologizada”,

pois um movimento que defenda uma divisão de funções entre uma estritamente objetiva para escola e outra subjetiva para a família, separando o âmbito público do privado, está se posicionando em um lado da luta pela produção simbólica, pois essas são noções que coadunam com uma visão de mundo não neutra, conservadora e de direita (segundo o que foi possível tirar do ESP sobre o que o mesmo toma por direita e esquerda). Não estamos afirmando com todas as letras que o ESP é um movimento conservador e/ou de direita e muito menos que é movimento completamente coeso ideologicamente, mas sim que existem certas afinidades entre a ideologia dos idealizadores do movimento (pelo que consta no *site*) com certas ideias comuns a uma ideologia conservadora.

Na retórica do movimento existem ideias que passam por um questionamento da atual educação no Brasil e que consequentemente acabam resultando em um questionamento do papel político da escola e do Estado. Busca-se o estabelecimento de uma nova política de Estado em relação à educação, pois do jeito que está, o partido que governa o Estado acaba apenas contribuindo e se beneficiando (quando não incentiva) os processos de doutrinação. Ou seja, o que está em jogo é a posição um tanto quanto subjetiva que o Estado está ocupando agora devido ao posicionamento do atual governo ao invés de ocupar uma posição mais neutra e objetiva desligada das relações ideológicas de

governo, assim como uma educação “neutra” busca-se um Estado “neutro”.

Demonstramos mesmo que de uma maneira incompleta (é um trabalho que pode ganhar mais profundidade no futuro) o quão controverso podem ser os discursos em torno das disputas pelas representações e funções da educação dentro de uma sociedade política complexa, a partir da visão de apenas um lado dessa luta.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. EDUSP: São Paulo, 2007.

ESCOLA SEM PARTIDO. *Apresentação*. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/apresentacao>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

_____. *Deveres do Professor*. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/deveres-do-professor>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

_____. *FAQ*. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/faq>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

_____. *Flagrando o Doutrinador*. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

_____. *Objetivos*. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/objetivos>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

_____. *Papel do Governo*. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/governo>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

_____. *Quem Somos*. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. *Saiba Mais*. Disponível em: <<http://programaescolasempartido.org/saiba-mais>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.



Entre punir e resolver: um debate sobre a maioria penal e o nosso tempo político

Ana Carolina Ramos de Oliveira*

*Graduanda em Ciências Sociais (habilitação em Antropologia), Universidade de Brasília (UnB)

Resumo: A partir da leitura dos comentários postados nas notícias do *Facebook* da Folha de São Paulo acerca da discussão em torno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93, que sugere a modificação do art. 228 sobre maioria penal, este artigo intenta refletir acerca das várias perspectivas em disputa durante a tramitação desta proposta na Câmara dos Deputados. Busca-se refletir, a partir das falas, sobre como a discussão da PEC colocava em disputa conceitos de estado, indivíduo e moral. Ao partir da mídia como espaço para análise do momento político, busco, ao mesmo tempo, discutir sobre como espaços externos ao meio institucional do Estado dialogam, agenciam e interferem nos processos estatais, bem como também são conformadores do que se chama de política.

Palavras Chaves: antropologia da política; maioria penal; estado; mídias sociais.

Considerações Iniciais

Na tentativa de refletir sobre o debate travado em torno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93, este artigo analisa os comentários postados nas notícias do *Facebook* da Folha de São Paulo sobre esta proposta entre março e julho de 2015. Criada em 1993 e encabeçada pelo então deputado Benedito Domingos (PP/DF), essa PEC propõe a modificação do art. 228, sobre a maioria penal. Neste, ao invés de dezoito anos, os jovens poderiam ser responsabilizados penalmente, por todos os seus atos, a partir dos dezesseis. Este assunto, (re)apresentado na Câmara dos Deputados, foi objeto de intensas discussões tanto nesta Casa, quanto em outros espaços de interação social, como as mídias.

A relação interdependente que esses dois espaços apresentaram no que tange à temática da PEC 171/93 tornou-se o ponto de partida desta pesquisa. Qual o papel da mídia e, em especial, do *Facebook*, nos debates políticos? Essa primeira preocupação coaduna com uma segunda, que intenta compreender não só o debate, como também o que estava em jogo: quais são os pressupostos acionados e levados em consideração no debate estabelecido entre os leitores das publicações do *Facebook* da Folha de São Paulo? Que outras questões sobre a política podem ser elucidadas a partir desse debate?

A situação que figurava no decorrer da tramitação era de intensa instabilidade. A ex-presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014, era alvo de questionamentos, advindos de diversas partes da sociedade. Setores ditos mais conservadores foram um dos principais protagonistas desses questionamentos, que levaram ao processo de impeachment em decurso a partir de setembro do ano de 2015.¹ O debate em torno da PEC 171/93 apareceu como uma questão importante não apenas para a compreensão que estava relacionada com os menores que cometem crimes, como também na situação política daquele momento. Nesse sentido, essas são

algumas das intenções que este artigo buscará percorrer nas próximas páginas.

A política entendida sob o olhar dos antropólogos diverge, de certa forma, daqueles conceitos muitas vezes fechados e que procuram atrelá-la apenas aos ambientes institucionais do Estado. Essa dissociação entre política e instituições governamentais aparece desde os trabalhos de Evans-Pritchard e Radcliffe-Brown, na primeira metade do século passado, quando estes buscavam entender a organização política de outras sociedades mesmo com a ausência de um estado centralizado, através do olhar para outras dimensões sociais. Para a Antropologia, uma análise desse campo requer, na verdade, um foco nas relações sociais e nas complexas redes que, neste caso, são formadas, tendo como ponto de partida a noção de que o fazer político está nas pessoas, independente do local no qual ela está – sem desconsiderar também a importância de se pensar nesse espaço (KUSCHNIR, 2007).

Ao propor essa outra forma de olhar para a política, entende-se, com base em Mariza Peirano (1997), que a categoria política, assim como

¹ Este trabalho foi escrito entre outubro e dezembro de 2015, enquanto o processo de impeachment ainda estava iniciando o seu percurso. Por não ser a intenção colocar esse evento e o debate sobre a PEC 171/93 em relação de causa e consequência, contive a minha análise e decidi por não incluir

desenvolvimentos posteriores a esse período. Entende-se que várias variáveis interferem nas questões políticas e este estudo intenta compreender apenas algumas.



economia, religião, dentre outras, estão relacionadas com a própria construção do conhecimento na ideologia moderna que é “fruto de um processo histórico de longa duração que teve como mola o impulso de distinguir o que antes se mostrava reunido” (PEIRANO, 1997, pág. 19). Nesse sentido, o estudo do comportamento político que aqui se pretende levar a cabo vai de encontro a muitos pressupostos básicos da Ciência Política e intenta recolocar, na política, a centralidade nas relações sociais e não necessariamente nas instituições e no poder, muitas das preocupações que embasam as teorias dessa ciência.

Além de Peirano (1997), Karina Kuschnir, em “Antropologia da política” (2007) também traz uma visão sobre o campo temático no qual esta pesquisa está inserida, mencionando alguns pontos interessantes e que, ao serem aqui elucidados, busca-se que estes, junto com as perguntas, orientem o olhar do leitor. No que tange aos conceitos de Antropologia da Política e política, Kuschnir afirma que

A Antropologia da Política tem por objetivo entender como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como interagem e atribuem significado aos objetos e às práticas relacionadas ao universo da política. [...] a “política”, ou o “mundo da política” não é um dado a priori, mas precisa ser investigado e definido a partir das formulações e comportamentos de pessoas e contextos particulares. (KUSCHNIR, 2007, p. 9)

É importante mencionar também que o olhar dado às postagens possui uma parte da sua base ancorada na teoria desenvolvida por Geertz (1983). Este entende que o etnógrafo, para compreender a sociedade, suas categorias e seu modo de se relacionar com o mundo, necessita identificar nos atos e falas os símbolos públicos:

O que o etnógrafo enfrenta, de fato [...] é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplicitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. (GEERTZ, 2008, p.7)

Ao analisar o debate, várias dimensões emergiram. No entanto, ao buscar por essas estruturas e formas que simbolizam o modo de se relacionar daquele grupo, observei que os argumentos, apesar de advirem de diferentes atores, possuíam conteúdos, expressões e modelos similares. Os posicionamentos a favor e contra pareciam dialogar entre si com bases argumentativas reiteradas constantemente por pessoas distintas. Isso me possibilitou selecionar alguns desses argumentos por se conformarem como bons representantes do que estava sendo defendido em cada lado.

Como “Considerações Iniciais”, esta seção não só apresenta o artigo e o olhar que o direciona, como também pontua e elucida questões teóricas e do campo. Os próximos parágrafos que a conformam

intentam explicar questões estruturais sobre o processo de uma PEC, bem como pressupostos importantes para o restante do trabalho.

Este artigo se divide em quatro partes. Além desta, referente às considerações iniciais, a segunda seção, “Formando o papel da mídia” que abordará a questão referente à mídia, explica como se configura o *Facebook*, aqui selecionado como objeto, bem como traz a nossa abordagem acerca desse espaço. A mídia e seus espaços são encarados não como autônomos e imparciais, mas como produtores de acontecimentos. A suposta referencialidade da mídia que muito se fala nos meios de comunicação também é algo que será analisado nessa parte.

“Entendendo um debate *polarizado*” é o título da terceira seção que traz a análise de algumas falas com argumentos característicos e a compreensão realizada. Nesta parte, discorro sobre como no debate desenrolado na página do *Facebook* da Folha de São Paulo o que estava em jogo eram visões conflitantes acerca do estado, do indivíduo, da moral, dentre outros conceitos. John Locke, Mary Douglas e Foucault são alguns dos teóricos que embasam a argumentação aqui proposta.

Apesar de já elucidar a conexão que o debate sobre a PEC 171/93 teve com a instabilidade política vivenciada pelo governo do PT, este é um assunto mais fortemente desenvolvido na última seção. A teoria de

Douglas em “Como pensam as instituições” (2007), bem como de Max Weber (1998) serve como o principal pilar para conseguir melhor compreender as conexões entre esses eventos.

Em um primeiro momento, é importante explicar, brevemente, como ocorre o trâmite das propostas de emenda à constituição na Câmara dos Deputados. O primeiro passo é a análise da proposta pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que verifica a admissibilidade da mesma. Após a aprovação, a Câmara forma uma comissão especial responsável por analisar o conteúdo da proposta e com um prazo máximo de 40 sessões do Plenário, a comissão deve votar a proposta que segue para a votação na Plenária. Esta etapa ocorre em dois turnos e é necessário que a proposta seja aprovada por 3/5 dos deputados para depois seguir para o Congresso, que também possui uma gama de procedimentos até a aprovação final da PEC (AGÊNCIA CÂMARA, 2015).

A análise do percurso de tramitação desta proposta, disponibilizado pelo *site* da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015), demonstra como, principalmente a partir de 2007, este tem sido um tema muito recorrente nas pautas do legislativo, apesar de algumas modificações terem sido feitas à proposta original. O jornal Folha de São Paulo, da mesma



forma, acompanhou os debates e publicou, na sua página do *Facebook*, notícias relativas a este tema desde 2013.

Em 2015, retomou-se a discussão tanto na Câmara como na mídia. No entanto, as postagens da Folha de São Paulo desse ano apareceram de uma forma diferenciada e com uma maior interação do público, se comparada com algumas daquelas compartilhadas em 2013: estas atingiam números de curtidas no máximo em torno de 1.200, como demonstra a publicação do dia 17 de abril de 2013, que compartilha a notícia “93% dos paulistanos querem a redução da maioria penal”, enquanto as de 2015 já atingiram mais de 40.000. Não existe aqui nenhuma tentativa de explicar o aumento populacional nessa mídia, no entanto, esses valores apontam para a diferença do ambiente virtual de 2015. Dessa forma, optou-se por analisar os diálogos entre os atores sociais e os diferentes grupos que parecem ter se formado durante o debate, nas postagens referentes a esse tema no *Facebook* da Folha de São Paulo entre o dia 31 de março, no qual a proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e pôde seguir para a votação, e o dia 02 de julho, no qual a PEC foi votada pela segunda vez, aprovada, e pôde seguir para o Senado Federal (BRASIL, 2015).

Dito isso, observei trinta e nove publicações que compartilhavam notícias durante o recorte temporal estabelecido. Dessas postagens,

retive minha atenção nos dois comentários mais curtidos e nos diálogos que se estabeleceram em torno de cada um desses comentários, recursos disponibilizados pelo próprio *Facebook*.

Este estudo sobre o debate no *Facebook* da Folha de São Paulo, ao perguntar sobre como se conformou aquele espaço e aquelas discussões, está querendo entender, também, quais foram as formas políticas que os agentes estavam vivenciando. Em muitos casos, a noção de “estou fazendo política” não aparece, mas, como aponta Geertz (2008), cabe a nós, antropólogos, analisar e ver essas práticas como políticas e relacioná-las ao universo maior de relações.

No que tange às postagens, das trinta e nove, optou-se por focar naquelas que compartilhassem notícias referentes ao trâmite institucional acima explicado, para corroborar com um dos propósitos deste trabalho, qual seja, compreender a relação entre a mídia e as instituições públicas. Dessa forma, foram selecionadas cinco publicações do *Facebook* da Folha de São Paulo para analisar o debate formado naqueles comentários que possuíam maior número de curtidas. A primeira, do dia 31 de março, compartilha a notícia “Comissão da Câmara aprova proposta de redução da maioria penal” e parece dar início ao processo de tramitação, com os dois comentários mais curtidos – 978 e 875 curtidas – abarcando o primeiro posicionamento a

favor e outro contrário. A segunda, do dia 31 de maio, compartilha a notícia “Eduardo Cunha diz que votação da maioria penal acontecerá em junho”, apontando que a comissão especial já estava encaminhando para a votação, e os dois comentários com maior número de curtidas – 524 e 199 curtidas – mostram-se, os dois, com posicionamentos favoráveis.

Já a terceira notícia, do dia 10 de junho, compartilhada pela Folha de São Paulo aponta “Relator da comissão da maioria penal adere à proposta de Cunha e do PSDB”, e mostra uma finalização na análise, por parte da comissão especial, do conteúdo da proposta. O primeiro comentário com maior número de curtidas – 199 curtidas – é favorável, enquanto o segundo mostra-se contrário – 54 curtidas. A penúltima publicação selecionada, do dia 01 de julho, compartilha a seguinte notícia: “Após rejeitar redução da maioria penal, Câmara articula nova votação”, e apresenta os dois comentários com maior número de curtidas – 281 e 108 curtidas – com posicionamentos favoráveis.

Por último, a notícia compartilhada no dia 02 de julho diz respeito à segunda votação da Câmara, “Redução da maioria penal avança na

câmara após manobra”. Esta apresentou um cenário particular, frente às outras. O comentário favorável à redução e que enaltece a figura do Presidente da Câmara na época, Eduardo Cunha, recebeu 5.056 curtidas. O segundo, com 3.136 curtidas, mostra-se contrário². Nessas postagens, a agressão verbal direta àquele que se posicionava de forma oposta apresentou-se para mim como um alerta de que além da discordância em torno do conteúdo da PEC 171/93, outras questões estavam em jogo, ainda mais quando se leva em consideração as circunstâncias políticas que figuravam na época.

É importante evidenciar que, consciente de que os termos “menor infrator” e “jovens em conflito com a lei” informam pressupostos e valores diferentes, utilizarei o termo menores que cometem crimes para evitar qualquer equívoco.

Formando o papel da mídia

O levantamento bibliográfico de teses e dissertações que trabalham com a questão de uma antropologia da comunicação realizado por

² Percebi uma dificuldade em relação à forma de citar, durante o decorrer do trabalho, as falas que fossem aqui mencionadas. Em primeiro lugar, é importante mencionar que nenhuma das falas aqui transcritas possuem referência ao seu autor. A intenção de mencionar alguns comentários não é a de mostrar o perfil daquele que está discorrendo, mas sim de exemplificar

os argumentos identificados. Dessa forma, mencionarei, apesar de parecer repetitivo, a data da publicação, a notícia compartilhada e se a fala se enquadra dentro do primeiro ou do segundo comentário mais curtido, com o intuito de evitar equívocos referentes a qual notícia aquela fala estava enquadrada e facilitar caso o leitor queira encontrá-la.



Isabela Travancas (2008), no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social de algumas universidades brasileiras, aponta para uma área ainda incipiente, e uma necessidade de que uma maior conexão entre a antropologia, seus métodos e o mundo dos meios de comunicação ocorra. A presente pesquisa busca coadunar com esse campo de estudos propondo reflexões acerca das relações políticas entre os atores, evidenciadas neste campo de interações sociais que é a mídia. Esta parte tem o intuito, também, de discutir e refletir sobre a noção de imparcialidade dos meios de comunicação.

Antes, atento-me para uma questão metodológica importante deste trabalho: os limites e constrangimentos de uma pesquisa realizada na internet e principalmente nas redes sociais. Uma das principais dificuldades ao encarar esse campo foi o processo de seleção: como escolher dentre tudo que estava disponível nas redes? Com qual critério? Mesmo depois de ter me restringido à página do *Facebook* da Folha de São Paulo, uma sensação que percorreu durante muito do meu trabalho foi a de que provavelmente tivessem outras milhões de possibilidades analíticas a partir de outros comentários. A solução foi aceitar, assim como em qualquer outro campo, que aquilo que nós, antropólogos, conseguimos analisar nunca conseguirá abarcar a totalidade das situações e isso não acontece apenas na Antropologia.

Quando decidi realizar o trabalho nas redes, à primeira vista, acreditei que seria mais fácil do que fazer um campo “tradicional”. No entanto, por mais públicas que as informações pareçam – já que elas estão na rede com uma certa liberdade de acesso – deparei-me com algumas agonias e angústias, como a problemática da responsabilidade em torno do que eu estava lendo. Uma das angústias estava relacionada com a impossibilidade de dialogar com aquele que ali estava se expressando: e se no fundo a intenção não fosse essa? Será que faria sentido para essa pessoa o que eu estava interpretando?

Da mesma forma que buscamos ser justos com nossos interlocutores no campo, durante esta pesquisa essa foi uma questão que muito me assolou. A solução, já elucidada acima, foi não trabalhar com a identidade daqueles que estavam se expressando, principalmente por ter percebido que os argumentos, apesar das diferenças, apareciam em mais de um ou dois comentários. Ademais, essa intenção advém do cuidado de não querer perfilar os seguidores da página do *Facebook* da Folha de São Paulo. As conclusões aqui expressas não pretendem falar sobre aqueles que acessam a página do *Facebook* da Folha de São Paulo, mas sobre um debate que aconteceu não só nas redes, como em outros espaços públicos.

É importante uma breve explicação sobre qual o formato desse nosso ambiente de interações sociais proporcionado pelo *Facebook*. Esta rede social possibilita que diversos agentes, para além das pessoas, como instituições, empresas, dentre outros, criem uma página e se comuniquem com aqueles que curtem esta página por meio de publicações – mas não só. No âmbito da página da Folha de São Paulo, no *Facebook*, essas publicações, em sua maioria, são compartilhamentos de diversas notícias que estão presentes no *site* oficial do jornal. Cada publicação possui alguns elementos interativos que possibilitam a comunicação daquele que lê a postagem com aquele que postou, a saber, os botões curtir, compartilhar e comentar. Cada comentário também pode ser respondido e curtido por qualquer um, o que amplia ainda mais a relação. A possibilidade de que ocorram diálogos e discussões nos espaços das publicações é estabelecida e incentivada pelos próprios recursos dessa mídia.

Complementando, é significativo explicar que no *Facebook*, as postagens, sejam de uma instituição ou de um amigo, não são hierarquizadas. Pressupõe-se uma certa isonomia nos compartilhamentos e nas postagens que aparecem no *feed de notícias* de cada um. Essa é uma questão importante quando se trata da proposta deste trabalho, porque apesar de selecionar os comentários da página do *Facebook* da Folha de São Paulo, entendo que aquelas

manifestações estão mais relacionadas com o fato da pessoa estar nessa rede social do que ser seguidora da página da Folha de São Paulo. Esse foi um dos fatores para que as notícias em si não tivessem sido o objeto de análise, o que não implica que não sejam importantes já que os comentários só existem devido ao compartilhamento das mesmas.

Nogueira (2009) aponta como o processo de escrita das notícias nas redações pode ser expandido e entendido como um processo de produção de acontecimentos. Esta produção de acontecimentos seria influenciada, também, pela interação que essa imprensa e essas notícias teriam com os campos sociais nos quais elas se inserirão (NOGUEIRA, 2009) – ideia que a autora traz da obra de Champagne (1984). Ao identificar que esses acontecimentos *noticiados*, na verdade, são construídos tanto ao longo da produção escrita, como ao longo da interação social que os atores fazem com essa notícia (NOGUEIRA, 2009), percebe-se como o ambiente que se forma a partir do momento que o jornal, no caso desta pesquisa, o Folha de São Paulo, compartilha a notícia é, da mesma forma, um produtor de acontecimentos.

Observou-se que, em meio a esse ambiente de diversas relações, além da produção dos acontecimentos, também se constituiu, no espaço dos comentários, um debate político entre os agentes sociais. É a partir desse entendimento, sobre o ambiente do *Facebook*, que esta pesquisa buscou analisar o que ali estava sendo debatido.



Ao observar os jornais na rede social, uma relação com o que foi apontado sobre a imprensa na obra “A Honra da Política”, de Carla Costa Teixeira (1998), parece ser possível. Em primeiro lugar, ao desconstruirmos a noção de que a notícia *relata* um acontecimento e apontarmos que esse processo de escrita e de difusão, na verdade, se insere na produção do acontecimento, estamos também direcionando o foco para a ilusão da referencialidade, presente na obra de Teixeira (1998).

A imprensa se construiu, durante o último século, como o espaço de transmissão de informação para a população, e se apresentou, cada vez mais, como possuidora de uma linguagem apenas referencial, que, pretende relatar a realidade (TEIXEIRA, 1998). Essa noção de linguagem referencial, segundo Teixeira (1998), é ilusória, haja vista que a notícia possui um caráter de juízo de valor. O ambiente aqui pesquisado – dos comentários mais curtidos em torno de cada notícia selecionada – tem o papel de possibilitar não só manifestações individuais, mas também interações políticas e sociais, de construções de acontecimentos, e no qual não parece haver espaço para essa referencialidade pregada pela imprensa.

À luz das noções de produção de acontecimentos e ilusão da referencialidade, as notícias compartilhadas pelos *posts* selecionados e

os debates ali analisados passam a tomar um outro sentido. Em várias reportagens, as resoluções de cada etapa do processo eram encaradas como vitórias de um ou derrotas de outros. Apesar de não ter me debruçado sobre as notícias, algumas expressões presentes no próprio título, como “manobra”, “adere”, demonstram essa questão. Os relatos e as formas de noticiar da Folha de São Paulo, em específico, também estavam interferindo na realidade em torno do debate sobre a redução da maioria penal, e por mais que tenhamos o cuidado de não querermos colocar a discussão como reflexo direto do conteúdo das notícias – já que não se consegue ter certeza que aqueles que ali comentaram, também a leram - não podemos desconsiderar a agência tanto da mídia como da imprensa para a problemática aqui enfrentada.

Junto com a identificação dessa neutralidade utópica dos meios de comunicação, evidenciou-se como a cada passo que o processo dava para o clímax, que seria a votação na Plenária da Câmara, as redes sociais ficavam mais movimentadas. Os jornais e as mídias não eram apenas noticiários ou informantes isentos de posicionamentos, deixando transparecer juízos de valores acerca da realidade e propiciando debates. O espaço de interação social proporcionado pelas mídias sociais se conformou, nesse processo, numa esfera em constante relação com aquilo que ocorria nos cenários institucionais. A interferência que essas notícias e esse espaço de interação da mídia

tiveram na tramitação da PEC 171/93 não foi única. Entende-se que a instabilidade institucional do ano de 2015 que levou ao processo de impeachment também pode ser melhor compreendida a partir do olhar para este debate. Mas essa é uma questão a ser debatida na próxima sessão.

Entendendo um debate *polarizado*

Tendo em mente o potencial de interferência que a imprensa e a mídia social possuem, esta seção buscará elucidar e problematizar um elemento importante deste debate, qual seja, a polarização percebida por mim principalmente a partir da leitura dos comentários. Apesar do foco estar no debate em torno das postagens da página do *Facebook* da Folha de São Paulo, alguns elementos das notícias também podem coadunar com essa observação, como as fotos compartilhadas, mostrando um clima de tensão e disputa intenso, e afirmações como esta: “A votação na comissão representou mais uma derrota para o governo Dilma Rousseff e o PT que são contrários à redução e não conseguiram mobilizar a base aliada para impedir o avanço da proposta” (FALCÃO, 2015).

Dessa forma, busca-se aqui, na tentativa de responder à pergunta desta pesquisa acerca de como se constituiu o debate, entender também, até

que ponto essas forças estavam colocadas em uma oposição direta e quais eram os embasamentos argumentativos que colocavam cada ator em determinada posição. Algumas questões relacionadas à redução ou não da maioria penal apresentavam percepções diametralmente opostas entre aqueles favoráveis e contrários. A repetição incessante de certos pontos de vista, desde a primeira postagem da Folha de São Paulo no *Facebook* aqui selecionada, possibilitou a seleção de alguns comentários específicos que guiassem o nosso olhar.

Nas falas, a relação entre a redução da maioria penal e a construção de presídios ou de escolas era bem evidente. O segundo comentário mais curtido, na postagem selecionada do dia 31 de março, que compartilha a notícia “Comissão da Câmara aprova proposta de redução da maioria penal”, mostrou uma das perspectivas acerca dessa relação. O comentário afirma: “Agora (se aprovada nas duas casas), ao invés de escolas, vamos construir mais presídios”. Neste caso, a proposta de redução da maioria penal apareceu para um grupo como diretamente relacionada a uma possível precarização da educação.

A partir da leitura de algumas respostas ao comentário acima mencionado, pode-se identificar outro ponto de vista sobre a relação entre redução da maioria penal e construção de presídios ou escolas. “Chega de palhaçada. Escola não educa. Escola só oferece



conhecimentos gerais. Educação vem de casa. Que se construam presídios”³. Essa resposta de um dos internautas demonstra que para outro conjunto de atores sociais era necessária a redução da maioria penal, porque traria maior número de presídio. No que tange à educação, existe um certo entendimento, para este grupo, que esta é uma competência da família. Não deveria o Estado se preocupar com a ressocialização desses “*di menor*”, categoria muito utilizada para referir-se aos menores que cometem crimes. As duplas perspectivas sobre essa relação possibilitaram enxergar um primeiro ponto: o que estava em jogo eram percepções distintas acerca do Estado e das suas competências.

Percebe-se como esses comentários evocam questões valorativas: quais são os valores que devem orientar as decisões do estado? É acerca disso que os atores pareciam disputar quando apresentavam seus posicionamentos favoráveis ou contrários à redução da maioria penal, à escola ou ao presídio. Estes dois elementos serviram para perceber que visões de mundo diferentes estavam guiando os atores sociais.

Alguns pronunciamentos mostram que existe um outro desencontro: enquanto um grupo aponta que a aprovação desta PEC conseguiria, mesmo que minimamente, conter a violência, punindo os menores, outro já entende que o problema da criminalidade e da violência não seriam resolvidos. Estes aparecem como defensores de um estado que proporcione uma educação de qualidade, enquanto aqueles de um que tenha um direito punitivo efetivo.

Identificou-se essas visões nos diversos comentários das notícias aqui selecionadas. No entanto, as falas de dois internautas – um a favor e outro contra – na discussão dentro do comentário mais curtido da segunda postagem escolhida nesta pesquisa, do dia 31 de maio, que compartilha a notícia “Eduardo Cunha diz que a votação da redução da maioria penal ocorrerá em junho” demonstra de forma pontual esse desentendimento: “Como se reduzir a maioria fosse solucionar todos os crimes do Brasil, a solução para isso está lá atrás, numa coisa chamada educação e escola de qualidade.” O que se posiciona a favor, na mesma notícia, afirma que

não vai diminuir 100%. Mas pelo menos os crimes cometidos por eles, deixarão de ser impunes, a impunidade é um dos maiores combustíveis pra criminalidade nesse país. [...] Se um menor comete algum tipo de crime, qual a

³ Comentário identificado, também, na publicação do dia 31 de março de 2015.

justificativa pra que ele não seja punido??? Não vale mais usar o argumento de que é vítima da sociedade, ou não sabe o que faz.

Esse outro ponto também demonstra a existência de uma compreensão desconstruída e, de certa forma, incompatível, sobre a origem e o cerne do problema social da violência. No entanto, mais uma vez o que estava em jogo não era de fato se a violência seria reflexo disso ou daquilo, mas como o estado deve trabalhar para solucioná-la, reforçando, assim, o primeiro ponto evidenciado nesta seção que a discordância dos atores estava em torno da noção de estado e das suas responsabilidades.

Para além do que acima foi mencionado, faz-se importante evidenciar a existência de distintos elementos retóricos que embasavam o posicionamento dos atores. Exemplos de crimes, *de fato*, ocorridos ou a possibilidade da sua ocorrência por parte de um menor passam a ser utilizados, no debate, como um meio de embasar o argumento favorável. Na discussão ocorrida a partir do comentário mais curtido da última postagem selecionada, do dia 02 de julho, que se refere à notícia “Redução da maioria penal avança na Câmara após manobra”, percebeu-se esse elemento argumentativo, não inédito, sendo evocado em maior quantidade, como mostra a seguinte fala “Vc fala isso [que é contrária à redução] minha querida porque não foi vítima ou teve *um dos seus* vítimas desses pequenos assassinos [sic]”.

Os posicionamentos contrários à redução, por outro lado, parecem estar embasados em torno de uma análise que tem como pressuposto primário uma moral do menor que comete crime distinta e acaba por atribuir outras justificativas para o fato da violência cometida pelo adolescente. “[...] se um dia uma filha minha for estuprada por um ‘*dimenó*’ sei que a culpa não é só dele. É da falta de base familiar que o tornaram assim, e da cultura de estupro que existe no nosso país. [...] A educação transforma! A cadeia não [sic]”. Resposta dada, em meio à discussão ocorrida dentro do comentário com maior número de curtidas na publicação da Folha de São Paulo, no *Facebook*, no dia 01 de julho, compartilhando a notícia “Após rejeitar redução da maioria penal, Câmara articula nova votação”.

Essas formas retóricas diferentes e as distintas visões sobre o que seria o estado e suas competências acima evidenciadas, nos conduzem a uma outra hipótese, a saber, a de que o debate acerca da redução da maioria penal estava colocando em oposição, também, visões morais distintas acerca do indivíduo e da sua natureza.

John Locke, um dos teóricos contratualista, parece clarear e possibilitar uma melhor compreensão sobre o tipo de indivíduo presente nos posicionamentos a favor da redução da maioria penal. Em “Segundo Tratado sobre o Governo Civil” (1973), existe a ideia, na sua visão, de uma sociedade, de um estado que se constrói a partir de um contrato no

qual os homens abdicam do seu estado de natureza, da sua liberdade e do seu poder de preservar e controlar suas propriedades. O indivíduo que parece estar aí implicado é aquele que teria a consciência das suas liberdades, das liberdades de outrem, e da existência de propriedades individuais invioláveis, bem como de um estado específico, que estaria à disposição do indivíduo em casos de violação da propriedade privada (LOCKE, 1973). À vista disso, o sujeito moral dos menores que cometem crimes que é construído por aqueles defensores da proposta assemelhasse com essa ideia de um indivíduo que compreende racionalmente seus direitos e suas propriedades e, de igual maneira, o limite entre *ele* e o *outro*, e que, conseqüentemente, deve ser punido caso aja contra a lei.

Em contrapartida, a análise baseada em Émile Durkheim proposta por Mary Douglas, em “Como as instituições pensam” (2007), indica a visão e o tipo de subjetivação acerca do indivíduo daqueles que se mostram contrários à PEC 171/93. Douglas (2007) ressalta que o indivíduo constrói seu pensamento em meio a uma instituição, construída *através* e *para* os indivíduos. Entende-se que essa visão pode coadunar com o sujeito moral construído pelo grupo de atores sociais contrários à redução, haja vista que neste caso o adolescente, o indivíduo, não é analisado fora de um contexto social, nem de uma

instituição, que acaba por atribuir responsabilidades e causas para além da própria agência do menor que comete crime (DOUGLAS, 2007).

Essas primeiras análises aqui propostas demonstram e reforçam o que acima já foi apontado: o embate em torno da PEC 171/93, dentre os dois grupos sociais identificados, não diz respeito apenas à questão de punir ou não punir como o relator da comissão especial da Câmara, Laerte Bessa (PR-DF), afirmou: “A resposta que a sociedade cobra das autoridades é o combate à impunidade” (BESSA, 2015). Ao tentar atingir a dimensão simbólica, que possibilita compreender a interpretação dos atores acerca das instituições, dos objetos, dentre outros, o que parece estar em causa não é apenas quem deve ser punido, mas também visões de mundo conflitantes em relação ao modo de interferência que o estado deve ter na vida do cidadão. O que estava em jogo eram distintos olhares sobre a relação entre indivíduo e sociedade e sobre a própria moral. A desarticulada compreensão da natureza do indivíduo por parte desses grupos mostra bem esses conflitos. Enquanto um lado propõe um indivíduo que vem primeiro que a sociedade, o outro defende a noção de um indivíduo que está imerso em relações sociais mais complexas.

Observou-se uma semelhança deste debate, a partir desses conflitos, com a configuração de uma outra discussão demonstrada por Mary

Douglas em “Como as instituições pensam” (2007). No livro, a autora discorre sobre os debates entre os cientistas e o público, a sociedade, em torno da medicina nuclear, no final do último século. Os dois *lados* se chocavam no que tange à decisão de quem deveria ser sacrificado – o doente ou a população que é colocada em risco com a utilização da técnica nuclear – e o que Douglas (2007) observa é uma *surdez seletiva*, “na qual nenhum dos dois interlocutores conseguem [...] ouvir o que o outro está dizendo” (p. 17).

Por entendimentos distintos e de certa forma difíceis de dialogarem acerca da moral do indivíduo, que é refletida na figura do menor que comete crime, bem como das competências do estado, no caso desta pesquisa, a impossibilidade de uma conversa, de um debate, ao final das análises, transformou-se em uma grande *surdez seletiva* (DOUGLAS, 2007), na qual os argumentos não pareciam nem ser entendidos, muito menos compreendidos, mas apenas rebatidos. Ao final da análise, percebeu-se que, no que tange aos posicionamentos, não parece ter ocorrido nenhuma conversa e construção de fato, e, o que obteve foi o contínuo *diálogo de surdos* o qual não há compreensão e nem compartilhamento de opiniões (DOUGLAS, 2007).

Faz-se importante retomar um apontamento feito na segunda seção para melhor compreensão dessa *surdez seletiva*. Evidenciei como em algumas notícias a Folha de São Paulo categorizava cada etapa do

processo como uma derrota de um ou vitória de outro. Ao enfatizar que um lado saia “vencedor”, a mídia, protagonizada pela página do *Facebook* da Folha de São Paulo neste trabalho, enfatizava a impossibilidade de um consenso, reforçando uma surdez não só seletiva, mas coletiva.

É necessário elucidar um outro aspecto: as insinuações feitas, nos comentários referentes ao compartilhamento das notícias no *Facebook* pela Folha de São Paulo, acerca da incompetência do partido eleito nas últimas eleições, o Partido dos Trabalhadores (PT), para lidar com os problemas atrelados à PEC 171/93 – educação, violência, dentre outros. A relação entre os problemas da violência dos adolescentes e essa incompetência governamental persiste desde a primeira postagem escolhida.

Em todos os casos, aparece a noção de que esta lei é inevitável, já que “a Pátria Educadora não está dando conta de ensinar e a meninada está indo para a criminalidade, pelo menos temos que arranjar um lugar para eles [...]”, fala em meio à discussão dentro do segundo comentário mais curtido da publicação que compartilha a notícia “Comissão da Câmara aprova proposta de redução da maioria penal”, do dia 31 de março. Existe um compartilhamento, por uma parte do grupo, dessa relação e a seguinte fala apresentou-se como característica do que muito se encontrou entre os comentários nas postagens: “Discurso *esquerdopata*



Ptralha: ‘sou contra a redução, tem que ter educação!’. O Pt cortou 9 bi da educação. Esta é a coerência desses canalhas! [sic]”.

Antes de passar para a próxima seção, existe um outro ponto de interesse peculiar para ser aqui pontuado: a utilização, de diferentes formas, da estatística nas falas ali empregadas. Dentro dos dois posicionamentos, existe a evocação de números baseados na técnica da estatística na tentativa de legitimar o seu argumento. “87% da população CLAMAM pela redução da maioria [sic]”, comentário mais curtido na postagem da Folha de São Paulo do dia 01 de julho que compartilha a notícia “Após rejeitar a redução da maioria penal, Câmara articula nova votação”, exemplifica uma utilização por parte daqueles favoráveis. Enquanto o seguinte comentário, proferido na comunicação desenrolada a partir do comentário mais curtido da publicação da Folha de São Paulo relacionada à notícia “Redução da maioria penal avança na Câmara após manobra”, do dia 02 de julho, elucida um modo de usar esta estatística que esteja coerente com o argumento contrário à proposta:

Cerca de 1% dos crimes no Brasil são cometidos por menores de 18 anos. Para os outros 99% o crime já dá cadeia [...]. Continuando, apenas 0,3% dos crimes hediondos no Brasil são cometidos por menores de 18 anos [...]. Pois bem. No sistema socioeducativo a reincidência, ou seja, o número de jovens que voltam a praticar crimes após ganhar a liberdade novamente é de 20% daqueles que

entram. Já no sistema penitenciário este número é de 70%. Ou seja, com a redução estamos pegando esse jovem que tinha 80% de chance de recuperação e jogando para ele 70% de chance de reincidência [...].

É interessante perceber a questão da técnica com base na teoria de Michel Foucault (1984), que traz a relação entre a estatística e a sua possibilidade de criar populações, mudando o caráter familiar da arte de governar e deslocando essa família para a forma de elemento interno da população. A criação de população contingente à estatística pôde ser percebida nas falas: surgiu uma população que busca uma impunidade e que, numericamente falando, aparece como a maioria, bem como uma população de menores que cometem crimes que, em termos estatísticos, mostra-se mais como exceção que recorrência. Como demonstra Foucault (1984), essas populações se conformam como o objetivo final do governo.

A instabilidade do governo da ex-presidente Dilma Rousseff observada durante e após a tramitação da PEC 171/93 se relaciona, também, com essas diferentes populações “criadas” em torno dessa questão. O que estava em jogo era qual dessas populações seriam levadas em consideração e embasariam a decisão entorno da PEC. Além disso, o conflito populacional observado pelas estatísticas acaba por corroborar com o que acima foi exposto acerca das (i) diferentes visões morais

acerca dos adolescentes; e, em vista disso, da (ii) surdez seletiva e coletiva (DOUGLAS, 2007).

No que tange à surdez, ela pareceu ser reenfatizada através das estatísticas pelo fato desta ter demonstrado que cada grupo parecia ter cuidado com uma certa população: ou a maioria a favor da redução ou a minoria de menores que cometem crimes. Destarte, a tentativa de diálogo mostra-se quase incompatível, haja vista a quantidade de pressupostos básicos diferenciados entre os atores sociais com posicionamentos distintos.

Considerações Finais

O conflito em torno da moral do indivíduo identificado no debate político sobre a PEC 171/93 decorrido na página do *Facebook* da Folha de São Paulo também se estendia para a moral daquele que falava. Ao se posicionar como o defensor de um tipo de indivíduo, em detrimento do outro, pareceu existir, por trás dessa afirmação, uma tentativa deste ator social de se colocar como o cidadão do bem, e de, conseqüentemente, deslegitimar a cidadania e o caráter moral do outro com o qual está debatendo.

A afirmação “É por causa de pensamentos burros como o seu que o Brasil está desse jeito. Espero que não passe” presente na segunda

publicação de 31 de maio, que compartilha a notícia “Eduardo Cunha diz que votação da redução da maioria penal ocorrerá em junho”, demonstra o que foi apontado. Encontra-se, através da análise, uma relação feita entre o posicionamento do ator social e a sua moral, podendo identificar que o que também estava em jogo era a moral daqueles que ali pronunciavam-se.

Nesse sentido, fica evidente o caráter demoníaco da política evidenciado por Weber (1998). Para o autor, a política, ambiente onde reina força, poder e violência, está em constante tensão com o mundo do valor pessoal do indivíduo. Carla Teixeira, em “Honra moderna e política em Max Weber” elucida bem isso: “ao contrário do que ocorre na esfera da ética, o dever político tem como referência o indivíduo enquanto membro de uma coletividade historicamente definida, e não o indivíduo como um valor em si” (TEIXEIRA, 1999, p. 112). Dessa forma, o debate aqui evidenciado demonstra bem esse conflito entre o que é um valor pessoal e o que deve ser um valor coletivo, deixando explícito o potencial demoníaco da política, de, em certas circunstâncias, levar-se para arenas coletivas preceitos individuais.

A análise de Douglas (2007) sobre a construção e a forma do pensamento do indivíduo, sobre a *surdez* coletiva, bem como sobre as situações de crise que podem interferir ou não sobre as bases legitimadoras das instituições – seus conceitos de justiça, moral, dentre



outros, também corroborou para a compreensão de uma das questões que aqui se desenvolveu, a saber, a relação entre o debate em torno da PEC 171/93 e a instabilidade institucional vivenciada pelo governo do PT, que levou ao processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Os indivíduos, por viverem em meio a uma sociedade, possuem um pensamento que não só é fruto das instituições como faz parte da própria conformação destas. As crises que muitas vezes são experimentadas indicam não só a desestrutura de alicerces conceituais antigos que embasam a sociedade, como a possibilidade de um rearranjo dos mesmos (DOUGLAS, 2007). As falas nos comentários das publicações da Folha de São Paulo, no *Facebook*, como esta, “Rapaz, muita escola seria feita com o dinheiro das usinas doadas pra Venezuela, das estradas que a *Dilmãe* fez na Bolívia, portos de Cuba... E nem citei o mensalão/petrolão”, feita em réplica ao segundo comentário⁴ mais curtido na postagem do dia 31 de março, que compartilha a notícia “Comissão da Câmara aprova proposta de redução da maioria penal”, mostram como muitas vezes atribuiu-se

ao governo do PT, bem como, em específico, à ex-presidenta Dilma Rousseff, a total responsabilidade da situação do país.

Ao evidenciar essa correlação com base nos conflitos percebidos nos comentários das postagens da página do *Facebook* da Folha de São Paulo, assim como no processo de impeachment que esteve em decurso a partir de setembro de 2015, pareceu-me que a instituição formada por aquele governo parecia enfrentar, com certa parte da população, uma situação de crise, como apresentado por Douglas (2007), na qual o que estava em jogo era a possibilidade ou a tentativa da institucionalização de um novo arcabouço conceitual em torno das ideias de justiça, indivíduo, estado, dentre outros.

A *surdez* surgiu como um apontamento de que algo, para além da aprovação da PEC 171/93, estava em jogo e como uma demonstração de que conceitos basilares para a estabilidade das instituições, como a ideia de justiça, não estavam presentes de forma similar na mente dos indivíduos. Dito isso, percebe-se como as estatísticas utilizadas pelos atores sociais vieram, também, confirmar e fortalecer os

⁴ Este segundo comentário mais curtido desta publicação já foi mencionado nesta pesquisa, na terceira seção e afirma que “Agora (se aprovada nas duas casas), ao invés de escolas, vamos construir mais presídios”.

posicionamentos nesta luta e, de certa forma, tentar legitimar um tipo de visão em contrapartida à outra.

Sobre a autora

Ana Carolina Ramos de Oliveira é graduanda do curso de Antropologia na Universidade de Brasília. Envolvida com o campo temático da Antropologia Econômica e da Antropologia da Política, realiza pesquisa com pessoas em situação de rua que passam pelo processo de reinserção social através de projetos de geração de renda. E-mail: a.carolinaroliveira@gmail.com

Referência Bibliográfica

AGÊNCIA CÂMARA. *Conheça a tramitação de propostas de emenda à Constituição*. Câmara Notícias. 18 fev 2015. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/481883-CONHECA-A-TRAMITACAO-DE-PROPOSTAS-DE-EMENDA-A-CONSTITUICAO.html>> Acesso em 26 nov. 2015.

BESSA, Laerte. *A redução da maioria penal*. Folha de São Paulo. 10 jun. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *PEC 171 de 19 de agosto de 1993: Projetos de Leis e Outras Proposição*. Disponível em: <

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>> Acesso em 26 nov. 2015.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições penam*. EDUSP: São Paulo, 2007.

FALCÃO, Márcio. Comissão da Câmara Aprova proposta de redução da maioria penal. *Folha de São Paulo*. 31 de mar. de 2015. Disponível em: <<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1610691-comissao-da-camara-aprovar-proposta-de-reducao-da-maioridade-penal.shtml?cmpid=facefolha>>> Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 1984.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação da Cultura*. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.

GEERTZ, Clifford. [1983]. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: ___. *O saber local*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. 73 p.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1973.

NOGUEIRA, S. G. *Etnografando os meios de comunicação: reflexões acerca da produção de notícias políticas em dois contextos distintos*. Revista Contemporânea (UERJ. Online), v. n. 13, p. 18-32, 2009. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/308>> Acesso em 15 nov. 2015.

PEIRANO, Mariza. Antropologia Política, ciência política e antropologia da política. In: Três ensaios breves. Série Antropologia 231. Brasília, UnB: 17-29, 1997.

TEIXEIRA, Carla. *A Honra da Política. “Decoro Parlamentar” e Perda de Mandato no Congresso Brasileiro (1949-1994)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

_____. *Honra moderna e política em Max Weber*. Mana, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 109-130, 1999.

TRAVANCAS, Isabel. *Por uma antropologia da comunicação: a construção de um campo e suas pesquisas*. Ilha. Santa Catarina, v. 10, n. 2, p. 114-132, 2008. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2008v10n2p113>> Acesso em 15 nov. 2015.

WEBER. Max. *Ciência e Política. Duas Vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1998.

Referência dos Posts no Facebook da Folha de São Paulo organizados de forma cronológica enfatizando a data da postagem, a notícia compartilhada e o link:

FACEBOOK DA FOLHA DE SÃO PAULO. *93% dos paulistanos querem redução da maioria penal*. 17 abr 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/folhadesp/posts/529082660467075:0>> Acesso em 17 nov. 2015.

FACEBOOK DA FOLHA DE SÃO PAULO. *Comissão da Câmara aprova proposta de redução da maioria penal*. 31 mar 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/folhadesp/posts/1045092325532770>> Acesso em 17 nov. 2015.

FACEBOOK DA FOLHA DE SÃO PAULO. *Eduardo Cunha diz que votação da maioria penal deve ocorrer em junho*. 31 mai 2015. Disponível em: <

<https://www.facebook.com/folhadesp/posts/1091964010845601>>

Acesso em 17 nov. 2015.

FACEBOOK DA FOLHA DE SÃO PAULO. *Relator da comissão adere à proposta de Cunha e do PSDB*. 17 jun 2015. Disponível em: <

<https://www.facebook.com/folhadesp/posts/1107811939260808>>

Acesso em 17 nov. 2015.

FACEBOOK DA FOLHA DE SÃO PAULO. *Após rejeitar redução de maioria penal, Câmara articula nova votação*. 01 jul 2015.

Disponível em: <

<https://www.facebook.com/folhadesp/posts/1120377564670912>>

Acesso em 17 nov. 2015.

FACEBOOK DA FOLHA DE SÃO PAULO. *Redução da maioria penal avança na Câmara após manobra*. 02 jul 2015. Disponível em:

<

<https://www.facebook.com/folhadesp/photos/a.115442961831049.6251.100114543363891/1120850524623616/?type=3&permPage=1>>

Acesso em 17 nov. 2015.



■ Igualdade e Justiça: ■ — conceitos em disputa sob uma perspectiva de gênero —

*Beatriz Lima Ribeiro**

*Graduanda em Ciências Sociais (habilitação em Antropologia), Universidade de Brasília (UnB)

Resumo: O seguinte trabalho foi realizado com base em pesquisa de campo no Senado e na Câmara Federal visando o entendimento das diferenças entre os discursos a favor e contra o estabelecimento da PEC 23/2015. Esta tem como objetivo a paridade de gênero dentro das câmaras federal, municipal e assembleias legislativas por meio da aplicação de cotas femininas. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) gera polêmica e conflito entre duas diferentes concepções de *igualdade* e *justiça*, na disputa por uma hegemonia de categoria de entendimento. Dessa forma, pretendo compreender em que se constituem as duas acepções conflituosas a partir do material adquirido em campo e o arcabouço teórico fundamentado, principalmente, em pensadores da Ciência Política como Carole Pateman e da Antropologia, como Mary Douglas e Louis Dumont.

Palavras-chave: Cotas para mulheres, congresso nacional, igualdade, justiça.

Introdução

O painel Beijing +20, coordenado pela ONU Mulher e o Instituto Patrícia Galvão, de atuação “na produção de notícias e conteúdos sobre os direitos das mulheres brasileiras”¹; além de uma apresentação do panorama da condição feminina na política, objetivou o lançamento da campanha “Mais mulheres na política”, a fim de dar força à fundamentação da PEC 23/2015. Deste ponto de partida etnográfico, o seguinte trabalho busca apresentar o cenário de debate e discussão entre parlamentares e o público cidadão no que diz respeito ao lugar das mulheres dentro da política e, em consequência, do conteúdo da PEC 23/2015. Ao adentrar nos conflitos de ideias que emergem na interseccionalização entre gênero e política, concepções distintas de

¹ <http://agenciapatriciagalvao.org.br/quem-somos/> Acesso em 01 dez 2015

igualdade e justiça são disputadas dentro de um cenário onde o domínio do discurso é essencial. Assim, o artigo tem como elemento central o entendimento dessa disputa a partir da análise de entrevistas feitas entre secretários e assessores de secretarias e gabinetes dentro do congresso nacional.

Uma primeira apresentação etnográfica e discussão acerca da representação

Em 2015, completou-se 20 anos da realização da conferência denominada Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Beijing no ano de 1995, e que contou com a presença e atuação de representantes de inúmeros países. Esta tem como pauta central o estabelecimento de 12 áreas de preocupação no que concerne à equidade de gênero e, em consequência, o estabelecimento de metas para cada uma dessas áreas que busquem reduzir disparidades na situação da mulher no meio social.

O painel Beijing +20, a ser descrito neste trabalho, ocorreu durante o dia 14 de abril de 2015 com duração de aproximadamente 8 horas no prédio Interlegis, anexo ao Senado Federal. Tal teve como objetivo oficial proceder uma análise acerca do cumprimento de tais metas

colocadas como diretrizes durante a conferência realizada em 1995, mais especificamente à condição das mulheres na esfera política. Em nível nacional, a realização deste evento teve como incentivo as reivindicações advindas das manifestações de junho de 2013, com destaque para a demanda popular por uma Reforma Política ampla.

O evento contou com a presença de parlamentares, jornalistas e intelectuais em contato com o debate da representação das mulheres na política. Entre tais figuras, destaco as falas da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e da deputada Erika Kokay (PT-DF), que tiveram uma diretriz comum à ideia da sub-representação política das mulheres. Ao analisar a constituição do parlamento em questão de igualdade de gênero, têm-se como objetivo uma Reforma Política Inclusiva representada institucionalmente, em um primeiro momento, pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/2015; a qual tem como moção um percentual mínimo de reserva para mulheres, cotas, em cadeiras no âmbito da câmara federal, assembleias legislativas, câmara legislativa do distrito federal e câmaras municipais. De acordo com o texto apresentado pela PEC, uma reserva de 30% seria acionada na primeira legislatura, aumentando gradualmente em 5% a cada legislatura afim de que se atinja a paridade de 50% em 2030/2034.

Início pela fala da senadora Vanessa Grazziotin, que apontou essencialmente para a promoção da campanha “Mais Mulheres na



Política”, a qual foi lançada no presente evento. Organizada pela Bancada Feminina e composta por senadoras e deputadas de inúmeros partidos, de diferentes ideologias, a principal pauta da bancada seria a Reforma Política Inclusiva, sendo este o ponto de unidade e congruência de uma bancada diversa ideologicamente. Pode-se realizar um paralelo com a coesa Bancada Feminina, mais conhecida como o Lobby do Batom, concebida durante o período de redemocratização, pós-ditadura, e da Assembleia Nacional Constituinte, durante os anos de 1987 e 1988. Este movimento, que focou e obteve grande apoio popular, agiu de forma direta na concepção da Constituinte e garantiu a adição de direitos específicos da mulher à Constituição como, por exemplo, a licença maternidade de 120 dias, igualdade salarial entre homens e mulheres, proteção estatal à maternidade e à gestante, entre outros.

Como o Lobby do Batom na década de 1980, a Bancada Feminina em 2015, enxergava o apoio popular como essencial para a promoção, perpetuação da campanha e a possibilidade de aprovação da PEC 23/2015. Com este entendimento, a senadora destacou a possibilidade

e realização de eventos que promovessem a campanha por todo país, com o apoio das câmaras legislativas e municipais, além da Secretaria da Mulher da Câmara Federal e da Procuradoria Geral da Mulher do Senado Federal.

Em seguida, a deputada Erika Kokay iniciou sua fala direcionando-se para a unidade da bancada em face à pluralidade de ideologias dentro desta. Além disso, seu discurso apresentou uma perspectiva em termos teóricos feministas. Como parte de seu argumento, a deputada aponta que apesar da atual existência de cotas para mulheres dentro dos partidos, onde devem respeitar o mínimo de 30% de presença feminina; tal sistema não é suficiente para o combate à sub-representação². Visto que aquelas que compõem as listas dos partidos são colocadas em segundo plano dentro da dinâmica partidária, não há atuação destas mulheres em postos de real importância decisória, excluindo-as dos postos de poder.

Segundo a deputada, a sub-representação é estrutural e precisa ser desconstruída em face a uma sociedade que normativiza formas de violência, que, por sua vez, desumanizaria a mulher. Nesse sentido, ao

² Lei 9.504, de 1997, estabelece que “do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”.

serem normatizados papéis caracterizados enquanto femininos, ao se ocupar um espaço que à princípio não é reconhecido enquanto seu, a mulher se torna um agente contra hegemônico e questionador. Este movimento coloca em jogo inúmeros pensamentos e exigências feitas à mulher quando esta ocupa o espaço público, girando em torno da ideia de que esta não poderia ser negligente à sua casa e filhos, ao espaço privado, que lhe seria de *natural* responsabilidade. A característica dupla da jornada de trabalho feminina, já muito discutida no debate feminista, foi assim apresentada pela deputada como uma realidade dentro dos corredores do congresso nacional.

No ampliar desta discussão, o papel naturalizador posto à mulher e associado ao espaço privado, estende-se enquanto um espaço de cuidado. De acordo com Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli, em *Mulheres, carreira e campo político*, ao atingir a esfera pública, enxerga-se um suposto diferencial feminino, onde as mulheres, por serem submetidas a uma socialização específica, teriam uma sensibilidade moral diferenciada, trazida da esfera privada. Isto repercutiria para a arena pública (MIGUEL; BIROLI, 2010, pp.81-85). Dessa forma, vê-se que os espaços na política majoritariamente ocupados por mulheres, residem em comissões de educação, família, de “cuidado”; e muito dificilmente vê-se mulheres em cargos e comissões entendidas nativamente como de maior importância ou

responsabilidade, como aquelas ligadas diretamente à esfera econômica ou a assuntos de relações exteriores. Reitera-se, assim, o ponto levantado por Kokay em seu discurso, em que apesar da existência de uma exigência mínima de 30% de lançamento de campanhas femininas dentro da dinâmica partidária, a sub-representação feminina ultrapassa uma questão meramente numérica.

Como já levantado, as mulheres reunidas na Bancada Feminina, possuíam como ponto comum a aprovação da PEC 23/2015, na luta contra a sub-representação. Entretanto, durante o evento no prédio Interlegis, as perguntas foram abertas ao público presente e que contou com a presença majoritária de mulheres, sendo algumas delas contrárias à adoção de cotas enquanto um caminho para a maior participação feminina na política. Em destaque, aponto a fala de Lúcia Félix, líder do PSDB mulher, que durante o debate, apontou alguns dos pontos de discordância no debate, que seria justamente na crença de que o método de combate a sub-representação não seria perpassado pela adoção de cotas, mas pelo incentivo de treinamento de mulheres para a política. Entende-se que estas não possuiriam a capacidade prévia de competir na arena pública, na política e conseguir uma candidatura significativa; um tipo de treinamento seria necessário para que a quantidade de mulheres na política aumentasse. Tal argumentação gira em torno de concepção tecnicista, de capacitação de mulheres, a “falta” estaria nas



mulheres e não no sistema político em si, que exclui a participação feminina em sua composição, concepção, esta posta por Kokay, colocando este como um problema sistêmico.

Partindo desta concepção última, da fragilidade e da exclusão sistêmica das mulheres no meio político, todos os representantes chamados a argumentar a favor das cotas, como pressuposto, compreendem de forma similar a relação entre representação e democracia: a ideia de representação descritiva. Tal concepção iria em movimento contrário a princípios de uma democracia liberal que, segundo Anne Phillips, enxerga a diferença enquanto uma questão de ideias (PHILLIPS, 2001, pp. 268-271).

A representação descritiva se caracteriza, de acordo com a autora citada a cima, por uma preocupação em *quem* está representando o eleitorado dentro do espaço político; sendo díspare da chamada política de ideias, onde o agir no interesse dos representados, de forma responsiva, seria o ponto central, não importando *quem* seria o representante. Esta última, portanto, não vê a representação enquanto um espelho fidedigno da população, mas somente como um reflexo dos interesses desta população (PHILLIPS, 2001, pp. 270-274; 276-278). No entanto, a concepção de que os homens não seriam capazes de fazer valer os interesses das mulheres, encontra centralidade no discurso a favor da

política de cotas, defendida pelo painel. Portanto, partindo da representação descritiva, os argumentos vão em face a uma *injustiça* no plano político brasileiro; onde, apesar de 51% da população brasileira ser composta por mulheres, menos de 10% do parlamento é composto por elas – a câmara federal consiste na presença de 45 deputadas em oposição à presença de 468 deputados. Além disso, segundo o mapa realizado pela ONU MULHER, sobre “Mulheres na Política 2015”, vê-se que o Brasil ocupa a 124 posição em um ranking de 188 países, onde analisou-se a paridade de gênero.

Os discursos favoráveis à PEC 23/2015 e uma discussão teórica acerca da dicotomia público x privado

Após o evento realizado pela ONU Mulher, deparei-me com uma segunda etapa do campo, em que busquei compreender o discurso favorável à política de cotas, pelos ditos bastidores através da Procuradoria Geral da Mulher do Senado Federal e da Secretaria da Mulher da Câmara Federal. Assim, buscando a possibilidade de perceber de que forma as falas construídas na mesa do evento principal anteriormente presenciado, foram ou não modificadas e as dificuldades encontradas pela Bancada Feminina para a realização da campanha. Aqui destaco as entrevistas realizadas entre a assessora da Deputada

Vanessa Grazziotin e secretárias que trabalhavam diretamente na campanha Mais Mulheres na Política.

Os resultados das entrevistas com minhas interlocutoras andaram em paralelo e semelhança com o discurso oficial proferido pela senadora Vanessa Grazziotin e a Deputada Erika Kokay, expostos no início deste artigo. Destacou-se a informação da assessora, que trabalhava diretamente através da Procuradoria, esta coordenada pela senadora Grazziotin, da vasta agenda da Bancada Feminina afim de lançar a campanha e promover os benefícios da PEC 23/2015 no que diz respeito à representação feminina. Foi-me relatado os grandes esforços colocados na divulgação nacional da campanha, tanto da senadora, quanto de inúmeras deputadas em câmaras legislativas estaduais e municipais. A busca por apoio popular mostrou-se de fato um dos pilares da campanha que recebeu, desde o seu início inúmeras críticas no plenário do congresso nacional, quanto de parte da mídia. Nesse sentido, em entrevista com uma das secretárias da Secretaria da Mulher da Câmara Federal, esta apontou a empreitada de muitas deputadas de conversar e mostrar a importância das cotas entre aqueles deputados, em sua maioria homens, que se encontravam indecisos e sua posição e, por consequência voto no plenário, a favor ou contra a PEC 23/2015.

Além disso, diante destas entrevistas, um dos pontos comum nas falas dizia respeito à exigência colocada sobre as mulheres, seja em qualquer

posto por elas exercido, por um não abandono ao espaço privado. Exigência esta colocada pela concepção de que as mulheres seriam naturalizadas em seu papel de mãe e dona de casa, aparecendo assim o fator da divisão sexual do trabalho, onde aquelas que adentram o espaço público, enfrentam uma dupla jornada de trabalho.

Partindo da fala de Kokay e das entrevistas realizadas nestes primeiros momentos de campo, percebe-se a existência de uma discussão primordial dentro de teorias feministas que vale ser apontada: a dicotomia público e privado, e com a ideia de contrato social. Esta última é muito presente nos primórdios do pensamento liberal no que diz respeito à formação do Estado enquanto uma instituição, onde os assuntos ditos comunitários e públicos passam a ser discutidos e pensados em um espaço específico, e não mais relacionados a um pequeno núcleo familiar, ligado ao parentesco, o espaço privado. Teorias que se originam do questionamento da maneira como, a partir do corpo social, a instituição emerge e como diferentes montantes e grupos são reorganizados em face a uma ruptura no que diz respeito a relações sociais e resolução de conflitos. Dentre os autores contratualistas, ao pensar a formação do Estado como o estabelecimento de um contrato social, direitos universais seriam



garantidos nessa transição³, em destaque, o da propriedade privada e da chamada liberdade civil, sendo estas duas das bases do liberalismo clássico.

Em um pensamento crítico acerca das teorias contratualistas, Carole Pateman traz uma perspectiva de gênero para a discussão que muito se encontra presente no meio da política. Questionadora da maneira como a teoria do contrato social foi pensada e, em consequência, do caráter motivador desta teoria na organização de sistemas políticos, aponta divergências com tal concepção de liberdade civil universal. De acordo com a autora, o contrato original não é somente social; mas, também, sexual, em que se estabelece ambas liberdade e subordinação, respectivamente, do homem e da mulher. A liberdade civil, em consequência, encontra-se enquanto atributo masculino e no direito patriarcal e, no estabelecimento do contrato, forma-se o direito político dos homens sobre o espaço público e sobre as mulheres.

De acordo com a autora, o contrato original não tem participação das mulheres, onde transforma-se a liberdade natural em liberdade civil,

pois, quando apontado pelos autores clássicos, como Locke, estas não possuiriam os atributos necessários de indivíduo e que, portanto, não são naturalmente livres para que façam parte do estabelecimento do contrato. Exclui-se, consequentemente, as mulheres da categoria de indivíduo e cidadão (PATEMAN, 1993, pp.16-24).

Assim, na separação entre os espaços público e privado e o estabelecimento dos contratos, vê-se na formação dos ideais liberais a concepção de indivíduo e de liberdade, dos quais as mulheres encontrar-se-iam excluídas. Destaco, assim, na fala de Erika Kokay, o apontamento de que as mulheres se encontram desumanizadas literal e simbolicamente, por não serem donas de “seu destino, corpo e vida”, pondo em foco também sua sub-representação nos espaços de poder.

Nessa discussão, encontra-se a ideia de indivíduo de direitos, característica do pensamento liberal, e, portanto, vê-se um diálogo entre o discurso e demandas feministas com princípios liberais. Ambos têm seu surgimento baseado na construção do individualismo enquanto teoria geral da vida social. Coloca-se, assim, a importância do destaque

³ John Locke compreende a separação dicotômica entre público e privado com base no entendimento da existência prévia de um Estado de Natureza. Neste, haveria uma inconstância do que, para o autor, são direitos universais (vida, propriedade e liberdade). Dessa forma, para viver em união e estabilidade, os homens, partindo de sua racionalidade característica, abrem mão de parte de

sua liberdade do Estado de Natureza e estabelecem um contrato, no qual o Estado Civil formado garantiria tais direitos universais (LOCKE, s/d, pp. 69-70; 74-75).

na também relação entre liberalismo e o patriarcalismo. De acordo com Pateman, o liberalismo não explicita onde residiria o limiar entre o público e o privado, o que obscureceria a submissão na qual as mulheres se encontram em uma ordem dita universal e igualitária. Em teoria, tais conceitos seriam opostos, no entanto, como indicado anteriormente, a divisão do político e do familiar também reside em uma divisão sexual (PATEMAN, 2013, pp.20-27).

A fim de trazer mais um ponto de importância ao argumento de centralidade deste artigo, questiono como é possível a compreensão entre tal divisão sexual e o individualismo moderno, agora, na perspectiva antropológica? De acordo com as antropólogas, Bruna Franchetto, Maria Laura V. C. Cavalcanti e Maria Luiza Heilborn e diante do material etnográfico adquirido, o discurso colocado a favor das cotas para mulheres perpassa a noção a igualdade de oportunidade e espaço para ambos os sexos, bem como a noção de que a representação política deve exercer o caráter descritivo. Haveria um reconhecimento da desigualdade entre homens e mulheres em relação à participação de ambos na sociedade, na política, nos espaços de poder (FRANCHETTO, CAVALCANTI, HEILBORN; 1980).

Os discursos favoráveis ao estabelecimento das cotas e o discurso feminista partem da concepção de uma opressão vivida pela mulher, que, por sua vez, para ser entendida como tal, perpassa categorias

compreendidas como conceitos, mas que se tratam de valores (FRANCHETTO, CAVALCANTI, HEILBORN; 1980, pp. 30-32). Há um desdobramento da categoria de indivíduo, na qual se associam outras em sua consequência, como *direitos, desigualdade, justiça, poder*. Estas ganham sentido situando-as na ideologia que as constitui historicamente, o individualismo moderno; percebendo-se, assim, “o *feminismo* como um desdobramento do *individualismo*” (FRANCHETTO, CAVALCANTI, HEILBORN; 1980, pp. 35). A ideia de autonomização da mulher sobre o homem e o questionamento de sua exclusiva presença no espaço doméstico, trazem uma reivindicação por *igualdade*, por *direitos iguais*, prometida pelos princípios liberais construídos a partir da concepção de uma ideologia maior, o individualismo.

Entretanto, pode-se enxergar um aparente paradoxo. O discurso baseado em ideais de *igualdade, justiça e liberdade* é também acionado nos discursos daqueles que são contrários à implementação das cotas femininas em cadeiras do parlamento. Com apoio no material etnográfico adquirido em campo, apresentarei falas apontadas pelos assessores, pelos próprios deputados contrários à PEC 23/2015 e por acepções do público civil adquiridos na página Instituto Liberal do Centro Oeste. Além disso, pretendo desenvolver a noção de individualismo como constitutiva da sociedade moderna, bem como, a



dimensão de valores firmados em instituições; apoiando-me teoricamente nos trabalhos de Louis Dumont e Mary Douglas, respectivamente.

Os discursos contrários à PEC 23/2015 e a concepção de *igualdade*

Chego a este segundo momento de campo, a partir de notas taquigráficas adquiridas no *site* da Câmara Federal e por vídeos gravados durante a sessão de votação da PEC 23/2015 nesta mesma Casa. Primeiramente, inicio com as ponderações do Deputado Delegado Edson Moreira (PTN-MG) e com a entrevista realizada com seu assessor. Afim de legitimar seu discurso, toma como referência o Artigo 5 da Constituição que garante igualdade a todos. A centralidade de sua argumentação se foca na ideia de que é preciso trabalho para garantir uma cadeira, seria *injusto* uma “minoridade de pouco trabalho” conquistar uma cadeira que demanda tanto trabalho; segundo ele, o direito de ingresso tem que ser igual a todos. Ainda, com a entrevista realizada com o assessor, chefe de gabinete, do deputado, tal discurso é reiterado, em que o assessor afirma não existir uma concorrência leal ao se implementar as cotas, não sendo este um acesso fidedigno e igualitário. Além desse apontamento, o assessor também alega perceber

que as mulheres não se predispõem à política, não se destacam na Casa e que “mulher não vota em mulher”.

Nesse sentido, as construções de divisão entre o público e o privado aqui aparecem na aceção de que o fato de parte da desigualdade de gênero existir na arena pública advém de uma suposta indisposição feminina de participação política. Tal indisposição colocada pelo assessor pode ser entendida como um dos elementos do discurso em que, por o espaço público não ser de *natural* feitio da mulher, estas não possuiriam a vontade e características necessárias para a inserção em um mundo onde as questões “femininas”, associadas ao espaço privado (da mãe e dona de casa), não teriam lugar. Por fim, pergunto-lhe se não seria por alguma questão de falta de oportunidade oferecida pelos partidos e, o assessor contra argumenta que os partidos estão abertos e incentivam a entrada e atuação feminina.

Neste discurso, encontra-se a concepção de autonomia do indivíduo, o ideal liberal de que este é indiferenciado em sua capacidade de trabalhar e garantir conquistas e, portanto, é preciso igualdade nos meios de ingresso, que garantiria um justo processo. No entanto, ainda que contra o sistema de cotas, o assessor reitera em sua fala que é a favor do maior ingresso de mulheres nos espaços políticos pois estas seriam melhores gestoras e “menos corruptas” que seus colegas homens. Dessa forma,

retomo a discussão já desenvolvida anteriormente acerca do suposto diferencial feminino nos espaços políticos devido às características ditas “naturais” às mulheres, categorias que garantem a reprodução de seus papéis naturalizados. Nesse sentido, a fala do assessor aponta para a existência de uma moral feminina diferenciada e que, devido a esta, seriam melhores gestoras. Entretanto, para isto, segundo ele, as mulheres deviam ter mais “empolgação” para a política, maior preparo ao adentrar os espaços e buscar se incluir nos grandes temas e discussões, como os econômicos e de política externa, considerados nesse meio como de importância primeira.

Em extrema concomitância com o discurso anterior, há a fala do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC) que afirma ser contra qualquer tipo de cota, que privilegiariam um ou outro segmento da população. Para o deputado, há de se promover no Brasil, a *igualdade*, independentemente do sexo ou raça. As últimas falas que trago são do deputado João Rodrigues (PSD-SC) que define o Brasil como um país de cotas, com suas palavras, “por cor” ou “por *opção sexual*”, assim, como os anteriores é preciso trabalho e dedicação afim de garantir qualquer espaço na arena política. O assessor deste, alegando ter conversado com o deputado sobre o assunto, argumenta que a utilização de cotas é uma maneira de discriminação, é criar um excludente; o que é necessária é a igualdade e o esforço e trabalho a se

realizar. De acordo com este assessor, quando se atribui cotas a um estrato da população, outras se sentiriam no *direito* de reivindicar cotas como, “ a população negra e os homossexuais”. Para legitimar seu argumento, utiliza o exemplo de Joaquim Barbosa, que, segundo o assessor, é uma pessoa letrada que chegou ao status que ocupa por meio de competência e trabalho e não por cotas e faz uma indagação “ tem que ser cotista porque é negro?”.

Por fim, exponho um texto postado na página denominada Instituto Liberal do Centro Oeste na rede social, *Facebook*, redigido por Mariana Sinício. O *post*, contrário às cotas, foi redigido em maio de 2015 e também publicado no *blog Libertzona*. Assim, destaco:

A medida contraria a democracia e a representação por meio das ideias, na medida em que rompe com pressupostos constitucionais importantes: o da igualdade entre homem e mulher (art. 5º, I, CF) e o da soberania popular exercida mediante o voto universal, que deve ter o mesmo peso para todos (art. 14, CF). Torna-se, portanto, um atentado à representação política, que ocorre de forma indireta mediante representantes eleitos pelo povo. [...] A democracia e a liberdade de escolha não podem ser prejudicadas em decorrência da busca pelo o que determinados segmentos consideram como “justiça social”. Mulheres não são preteridas em relação aos homens em um



processo eleitoral, não precisando, da mesma forma, serem beneficiadas.⁴

Há a defesa de uma representação com base nas ideias e não em uma suposta diferenciação entre os sexos. Segundo a autora do texto, é preciso uma *igualdade* perante à lei para que se garanta a preservação de direitos individuais e da democracia. A soberania do voto, a isonomia deste, e a liberdade da população seriam pontos principais da argumentação contrária às cotas. Uma igualdade perante à lei seria central para a “preservação dos direitos individuais e da democracia”.⁵

Como já relacionado neste trabalho, retomo a discussão de Anne Phillips acerca da representação com base em ideias e a representação descritiva. A primeira, partindo de um ideal universal e neutro de indivíduo que deve garantir a representação das vontades e ideias do povo, independentemente de qual grupo ocupa os espaços de poder, a partir do momento que este desempenha esse papel de garantir os interesses do corpo representado. Ainda, trago Joan Scott nesta perspectiva onde tal universalidade característica dos princípios liberais

⁴ Disponível em: <http://liberzone.com.br/cotas-100-e-o-limite/>. Acesso em 01 dez 2015

⁵ Idem

⁶ Pode-se relacionar as concepções trazidas pela representação descritiva com a conceituação de James Frazer acerca da Magia Simpática. De acordo com o

clássicos vista do quesito da representação política do indivíduo, não reconhece as diferenças. O indivíduo, para ser visto como de direito, teria que se adequar a padrões específicos. (SCOTT, 2001, pp. 367-369). A representação descritiva, por sua vez, daria importância ao espelho do grupo representante desses interesses, como um reflexo fidedigno da constituição da população e só assim tais interesses seriam verdadeiramente concretizados, em um paralelo de semelhante para com semelhante.⁶

Dessa forma, vê-se eixos simétricos de direção do argumento destes discursos aqui descritos. A construção da ideia de indivíduo como autônomo e agente a partir de escolhas racionais, tanto daquelas mulheres que teriam a capacidade de ingressar às cadeiras do parlamento sem ajuda de cotas, quanto dos eleitores que teriam a *liberdade* de votar sem uma tutela do Estado sobre suas escolhas. A centralidade, no entanto, reside, em uma compreensão específica do que é *igualdade* e o que é *justiça*, diferente do entendimento daqueles que são favoráveis às cotas.

autor, os princípios da magia se dão por meio de contágio, e, neste caso, de similaridade, em que um mimetismo se apresenta. Ou seja, o processo mágico se realiza em uma relação de semelhante para com semelhante. (FRAZER, 1982, pp. 80-86)

Individualismo e a disputa

Individualismo

Em um primeiro momento, desejo fazer uma breve análise das percepções da categoria de indivíduo reconhecida pelos dois discursos, de que forma ambos têm sua origem da estrutura em um conjunto de ideias constitutivas da sociedade moderna: o individualismo. Assim, o trabalho de Louis Dumont é essencial afim de compreendermos a construção histórica de um arcabouço ideológico de entendimento do mundo.

O autor francês entende ideologia quanto “um sistema de ideias e valores que tem curso num dado meio social” (DUMONT, 1983, pp. 20) e a ideologia moderna seria, por tanto, individualista. Trata-se, segundo Dumont, de uma *configuração* que engloba valores, sendo o indivíduo possuidor de atributos, como a *igualdade*, adquiridos através de uma perspectiva histórica. A aplicação socioeconômica desta ideologia seria, por sua vez, o liberalismo. O autor tenta traçar, então, uma história das ideias; os modos como, nos termos de Mary Douglas, legitimaram-se as instituições modernas.

As duas concepções de igualdade e justiça

De acordo com a construção teórica de Simmel, o conflito, em si, é uma forma de sociação que se destina a “resolver dualismos divergentes” (SIMMEL, 1983, pp. 122), buscando, assim, constituir uma unidade, mesmo que extinguindo uma das partes em conflito. A contradição, o conflito, seriam precedentes da construção da unidade social, das instituições que dispõem as categorias de entendimento de mundo de uma sociedade.

Portanto, observa-se, a partir do material etnográfico adquirido, uma tensão – conflito – entre duas dimensões de igualdade no contexto brasileiro, e, em consequência, uma disputa pela unidade de entendimento de uma categoria. Na constituição das ideias e valores modernos, têm-se no princípio da igualdade uma máxima quase universal, à qual se associa como um componente de centralidade, o princípio de *justiça*. Ser a favor das cotas é proporcionar uma *justiça* a mulheres que, em razão da existência de um sistema valorativo de homens dentro e fora dos espaços de poder, necessitam de um incentivo institucionalizado para uma mudança dos espaços de representação a curto prazo. Por outro lado, ser contra as cotas é proporcionar uma *justiça* universal, onde todos são tratados com igualdade independentemente de sua trajetória de vida, ligada a recortes de raça, classe ou gênero; mulheres não possuiriam supostos benefícios de



ingresso na política, pois há a concepção primeira de que homens e mulheres são iguais enquanto indivíduos aptos ao trabalho.

Pensar em ideais justos perpassa um status igualitário, que, por sua vez, “passa a ser um forte símbolo de equanimidade nas relações sociais e um parâmetro importante para a avaliação das instituições de justiça” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2011, pp. 38). Em consequência, a concepção de cidadania, esta enquanto chave de democracias ocidentais, também é associada à ideia de igualdade. Possuir um *status* desigual significa negação de direitos do indivíduo cidadão pertencente àquele sistema.

À vista disso, a compreensão de igualdade enquanto a possibilidade de uma paridade de gênero no parlamento – a partir das cotas - na tentativa de reverter uma opressão *estrutural* a qual estão submetidas as mulheres compete uma das concepções de igualdade em disputa: esta como um tratamento diferenciado. Já quando as cotas são postas como *injustas* por não garantirem um tratamento uniforme e um equivalente acesso às cadeiras do parlamento, que devem ser adquiridas por esforço e trabalho, corresponde à segunda concepção em disputa: a igualdade enquanto um tratamento uniforme (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2009, pp.10-16).

Entretanto, assim como apontado por Cardoso de Oliveira, a expansão e desenvolvimento da ideia de cidadania e fundamentação do ideal de igualdade, não suprimiram uma existência de privilégios entre as partes, e, nesse caso específico, entre homens e mulheres. A hierarquia existente entre os gêneros nesse desenvolvimento da cidadania já subsiste na formação primeira da ideia de cidadão, este como o homem racional e proprietário; partindo dos princípios liberais apontados por John Locke, princípios estes que, por sua vez, são consequência da ideologia individualista.

Neste universo de privilégios da isonomia jurídica, da cidadania universal, onde para assegurar o pertencimento, precisa adequar-se a padrões específicos, as

[...] diferenças de *status* não legitimam diferenças de tratamento ou direitos diferenciados: no plano da cidadania, qualquer ameaça ao *status* igualitário do ator pode ser vivido como uma ofensa. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2011, pp. 45)

Nessa acepção, a fala no *blog Libertzzone* possui destaque. A isonomia e universalidade da constituição é constantemente retomada e esta

garantiria a igualdade formal entre homens e mulheres⁷. Bem como a ideia de representação baseada em ideias, em que as diferenças não são encaradas enquanto legitimadoras de um tratamento diferenciado; assumindo, assim, que as condições de acesso à arena pública para homens e mulheres são e devem ser iguais.

A igualdade enquanto instituição em disputa

Dentro dos discursos favoráveis e contrários às cotas, como já antes dito, há uma disputa pela ideia do que seria uma ação igualitária no que diz respeito à representação no meio político. Como arcabouço analítico, penso *igualdade* no contexto etnográfico deste campo, como uma instituição em disputa, sendo esta constituída enquanto um *pensamento social legitimado*, que define uniformidade. Parte-se de uma base compartilhada de padrões morais presente na mente dos indivíduos e que guiam as decisões tomadas. A unidade, descrita por Simmel, que é posterior aos momentos de conflito e disputa de instituições, nos termos de Mary Douglas, asseguram uma

solidariedade, onde os indivíduos têm a capacidade de decair em benefício de um outro grupo. No entanto, isso se dá somente como consequência de uma base compartilhada de entendimento, o que a autora considera como o processo de estabelecimento de uma instituição. O contexto descrito nesse trabalho não situa, portanto, esta solidariedade, visto que a construção da *igualdade* enquanto instituição, encontra-se em disputa. Dessa forma, como uma instituição se legitima?

De acordo com Douglas, toda e qualquer instituição necessita de um modelo que encontre sua justificativa final na natureza e na razão. “A resposta final se refere ao modo como os planetas são fixados no céu ou como os planetas e os seres humanos se comportam naturalmente” (DOUGLAS, 1998, pp. 59). Dessa forma, a naturalidade dos papéis sociais atribuídos à mulher e a aceção de seu pertencimento ao espaço privado são ponderações consequentes da ideia, trazida pelos assessores e deputados contrários às cotas, de uma suposta indisposição feminina aos espaços políticos. Desse modo, tais noções e bem como a existência de suposta moralidade feminina diferenciada podem ser

⁷ “Art. 5o. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; [...]” (art. 5º, I, CF)



encaradas como convenções cognitivas paralelas que dão apoio à instituição. Este basear-se no biológico e dito essencial da mulher são analogias construídas paralelamente à natureza, a fim de eliminar possíveis incertezas dos agentes diante de instituições frágeis, sobrecarregando-as de conteúdo moral e político. (DOUGLAS, 1998, pp. 76-81)

A instituição, portanto, baseando-se na natureza e na razão, confere um conjunto de analogias a serem utilizadas como instrumentos de exploração do mundo e da naturalidade dos papéis sociais instituídos. Dessa forma, agir racionalmente, confere agir de acordo com as instituições, as quais se autopoliciam e mantêm-se. Tais instituições estabelecem autoconhecimento e criam identidades dos agentes; o indivíduo racional e livre em suas escolhas, argumento no texto composto por Mariana Sinício no *blog Libertzzone*, agiria em concomitância com as analogias e convenções construídas para a manutenção de uma instituição. Dessa forma, a ideia do estabelecimento de cotas enquanto uma imposição do Estado e retirada da liberdade de expressão de um cidadão racional, encontra uma quebra. Se agir racionalmente é ser concomitante à instituição, o direcionamento do voto do eleitor racional, tenderia a direcionar-se à concepção de naturalidade do espaço público enquanto masculino, por uma maior competência e características dos homens a serem bem-

sucedidas nesse espaço. A igualdade entendida com base na argumentação contra as cotas, conceberia, assim, um ciclo, onde votar-se-ia em privilégio aos homens; agregando-se, desse modo, ao patriarcado, o qual se caracteriza como uma estrutura de autoridade, uma instituição reforçada por analogias e advinda do contrato sexual, o qual estabelece a submissão feminina e autoridade masculina, de acordo com as ideias de Pateman (DOUGLAS, 1998, pp. 58-65) (PATEMAN, 2013, pp.55-57).

A acepção de justiça aqui, em consequência, garante “a coordenação de um determinado conjunto de instituições” (DOUGLAS, 1998, pp.133) e que depende de uma generalidade ao adequar-se a princípios gerais reconhecidos. Existindo, por conseguinte, um conflito entre conceitos de justiça, gera-se tensões. Tensões estas que tem origem em um conflito primeiro de *igualdade*, entre concepções de instituições de princípios incompatíveis, no contexto aqui apresentado. A justiça que garante uma igualdade entre os gêneros no parlamento, tratando de forma desigual os desiguais; *versus* uma justiça que assegura uma forma de ingresso às cadeiras do parlamento igual, não sendo justificável a diferenciação entre homens e mulheres, sendo esta uma forma de discriminação de valoração negativa. (DOUGLAS, 1998, pp.133-135)

Por fim, unindo Mary Douglas e o entendimento de Luiz Roberto Cardoso de Oliveira acerca da constituição brasileira, finalizo com a aceção de que o conflito aqui apresentado entre estas *igualdades*, a disputa entre duas concepções de instituição, se dá a partir de uma “constituição liberal que enfatiza a importância da igualdade de direitos a todos os cidadãos, mas, também recomendam tratamentos desigual em certas circunstâncias” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2009, pp.8).

Conclusão

Desta forma, em considerações finais deste trabalho, concluo com a argumentação construída ao longo desde, de que o *individualismo*, enquanto ideologia central da sociedade moderna, constitui-se enquanto um conjunto de valores (categorias de entendimento); instituições- nos termos de Mary Douglas-, que irá legitimar a construção dos argumentos contra e a favor da PEC 23/2015. A igualdade, na qualidade de instituição em disputa nesse processo, é acionada em ambos os discursos, sendo ela uma demanda tanto feminista quanto liberal; que, por sua vez, encontram suas origens e fundamentações de pensamento no individualismo, e que, portanto, não são excludentes. O discurso feminista, ao buscar autonomia e liberdade da mulher, incorpora uma compreensão de indivíduo específica da

elaboração liberal, presente no discurso Lockeano, também consequente do entendimento *individualista*. O cidadão de Locke; racional, livre e senhor de direitos; é buscado pelo discurso feminista, que procura incluir as mulheres nestas categorias. Os discursos, que aqui coloco como liberais, contrários à aplicação de cotas, em contrapartida, enxergam a aplicação destas como ataques à racionalidade e liberdade do sujeito eleitor, visto que o Estado estaria impondo a escolha de um candidato específico. Além disso, a (des)igualdade se daria nos modos de ingresso ao parlamento, o que seria injusto devido a isonomia de direitos e igualdade garantida pela Constituição.

Os entendimentos de justiça, de acordo com Mary Douglas, sempre concebida a partir da igualdade e justificada/ legitimada por ela, situa-se em conflito, visto que as analogias impostas a ambas concepções são questionadas, não garantindo a uniformidade e estabilidade da *instituição igualdade*. A igualdade, em si, já é legitimada como instituição, que constrói as categorias de pensamento e de entendimento do mundo; no entanto, o que aqui são frágeis são as analogias e convenções associadas a ela, sempre em constante questionamento e disputa. (DOUGLAS, 1998, pp. 58-65; 133-135)

A aceção de igualdade nos modos de ingresso às cadeiras das Câmaras federal, municipal e das assembleias legislativas entende a autonomia



e capacidade do indivíduo como pontos centrais para adquirir tais cadeiras, bem como da liberdade do sujeito racional em escolher em quem votará; seja este candidato homem ou mulher. Sendo o pensar racional, ir de acordo com as instituições, a ideia do voto realizado pelo indivíduo racional, da fala no *blog Libertzzone*, vai em sentido de voto no candidato masculino. A razão de tal advém do fato de que a instituição legitimada é de caráter naturalizado e legitimamente constituído, em que o espaço público é encarado enquanto de homens. As cotas quebram essa concepção, atribuindo um tratamento diferenciado para aquelas que são *institucionalmente* excluídas da esfera pública.

Por fim, destaco que apesar de todo o processo de tensão e disputa por uma instituição, não se trata de um conflito de interpretações ou visões de mundo distintas, mas simétricas nas suas inserções, partindo ambas de um mesmo princípio baseado em interpretações ligadas ao pensamento liberal. No caso específico da luta a favor das cotas, tal processo buscou articular e legitimar novas práticas políticas que permitam, na perspectiva de suas proponentes, reverter hierarquias de poder entre homens e mulheres na vida pública.

Referências Bibliográficas

- LOCKE, J. *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil*. Editora Vozes (pp. 1- 103- Cap. II, III, V, IX, XI, XV), s/d.
- SCOTT, J. “*La querele des femmes*” no final do século XX. In: Revista Estudos Feministas, Ano 9, 2001.
- PHILLIPS, A. *De uma política de ideias a uma política de presença?*. In: Revista Estudos Feministas, 2001.
- SIMMEL, G. *A natureza sociológica do conflito*. In: Moraes Filho, Evaristo (org.), *Simmel*, São Paulo, ática, 1983.
- DOUGLAS, M. *Como pensam as instituições*. Editora da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1998.
- PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Editora Paz e Terra S.A., São Paulo, 1993.
- _____. *Críticas feministas à dicotomia público/privado*. In: Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (orgs.). *Teoria Política Feminista – Textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

MIGUEL, L. F. & BIROLI, F. *Mulheres, carreira e campo político*. In: Caleidoscópio convexo – mulheres, política e mídia. Editora Unesp, São Paulo, 2010.

FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M.L.; HEILBORN, M.L. *Antropologia e Feminismo*. In: Perspectivas Antropológicas da mulher 1. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. *Concepções de igualdade e (des)igualdades no Brasil (uma proposta de pesquisa)*. In: Série Antropologia Vol. 425, DAN/UnB, Brasília, 2009.

_____. *Concepções de igualdade e cidadania*. In: Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011, n. 1, p. 35-48.

_____. *A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflito*. In: Revista de Antropologia V.53 nº2, USP, São Paulo, 2010.

DUMONT, L. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1983.

FRAZER, L. *O ramo de ouro*. Ed. Zahar, 1982.



■ A construção da imagem eleitoral do candidato João Dória em 2016: ■ uma análise qualitativa a partir da *Folha Online* ■

Alberto Luís Araújo Silva Filho*

Isadora Lemos Vaz Campos**

* Graduando em Ciência Política, Universidade Federal do Piauí (UFPI)

** Graduanda em Ciência Política, Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Resumo: O presente estudo se insere na subárea de pesquisas da ciência política relacionada à comunicação política. As últimas eleições municipais, ocorridas em 2016, foram marcadas pelo esgotamento dos êxitos eleitorais do Partido dos Trabalhadores e pela ascensão de candidatos conservadores em todo o país. Um deles ganhou grande evidência, não só pelos números elevados de vantagem sobre o segundo colocado – então prefeito Fernando Haddad – mas também por se constituir enquanto um autoproclamado *outsider* do mundo político que galgou conquistar a prefeitura da cidade mais populosa do país, São Paulo: João Dória Jr. O objetivo deste artigo consiste em analisar, por meio do método da análise de conteúdo, como se constituiu a conversão do empresário em candidato a partir da imagem eleitoral. Para isso, serão mapeadas notícias do portal de notícias mais lido na capital paulista: o site da Folha de São Paulo, objetivando identificar as abordagens predominantes sobre a campanha de Dória e a quantidade

de vezes na qual o conteúdo relacionado à mesma é evidenciado. Com isso, pretende-se contribuir para investigações referentes ao recrudescimento na seleção democrática de figuras políticas provenientes de fora das elites políticas consolidadas.

Palavras-chave: Eleições. Imagem. Política.

Introdução

De 1989 até os nossos dias, os enquadramentos da mídia têm sido decisivos não apenas para a vitória de candidatos X ou Y nas eleições presidenciais – principalmente de políticos alinhados a determinados projetos e visões hegemônicos –, mas também para a determinação dos

compromissos que os mesmos assumem conforme o maior ou menor grau de abertura midiática aos processos eleitorais ocorridos (MIGUEL, 2004; RUBIM, COLLING, 2005). Embora sejam facilmente encontráveis diversos pontos analíticos nos pleitos para Presidência da República ocorridos desde o final dos anos de 1980, estudos em nível municipal sobre as relações entre mídia e política continuam fora do próprio *mainstream* da subárea¹. Na contracorrente caminha este artigo, ao analisar a representação do marketing eleitoral de João Dória na *Folha Online*, entendendo por marketing eleitoral um elemento contraposto à ideia de marketing político (GALINDO, 2008)².

A construção gradual das imagens eleitorais é um dos temas mais relevantes no campo de pesquisas sobre comunicação política. O corpus teórico dessa linha de estudos, que emerge no pós-redemocratização, tem se pautado há décadas na imbricada interação entre mídia e política na sociedade brasileira; relação essa feita de consensos e dissensos analíticos, envolvendo comunicólogos e cientistas políticos (MUNDIM, 2010). Por um lado, um grande papel tem sido atribuído à

mídia nas explicações sobre fenômenos políticos cruciais para a vida nacional, majoritariamente dos processos eleitorais que decorreram após a redemocratização do país. Por outro, o papel dos meios de comunicação como determinantes na condução dos eixos políticos dos regimes democráticos tem sido sistematicamente ignorado (RUBIM, AZEVEDO, 1998), principalmente no interior da ciência política, pautada pelo institucionalismo. Estudos clássicos, no entanto, como o de Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972), caminharam na contramão das tendências da área, ao enfatizar a relevância da mídia de massa na constituição do *agenda-setting* ou da agenda política pela qual se pauta o debate público durante e após as eleições.

A aparente contraposição entre os estudos sobre mídia e política na comunicação social e na ciência política desvela a necessidade de um diálogo entre as duas áreas (MUNDIM, 2010) ainda mais em um contexto, como o da presente quadra histórica, no qual antigos ciclos eleitorais se esgotam, dando vazão a novas “ondas” na América Latina. No final dos anos 1990, tem início a chamada “Era Rosa” na qual uma série de governos de esquerda e centro-esquerda ascende aos poderes

¹ Estudos sobre os impactos dos enquadramentos midiáticos de candidatos às eleições municipais, mesmo de grandes cidades, passam longe de ter a mesma relevância que as pesquisas realizadas sobre as eleições presidenciais.

² Marketing eleitoral diz respeito à promoção da imagem de um candidato nas eleições, enquanto o marketing político diz respeito à toda tentativa de empoderamento de um político, seja antes, durante ou depois de um mandato que o exerça (GALINDO, 2008).



executivos no continente. A partir de 2015, com a eleição de Mauricio Macri na Argentina e em 2016 com o impeachment da presidente Dilma Rousseff no Brasil, observa-se uma retomada na ascensão das forças conservadoras nesses países, o que impacta diretamente em nível municipal.

No Brasil, as eleições municipais de 2016 são marcadas pela derrota sistemática do Partido dos Trabalhadores em todo o país. O número de prefeituras administradas por correligionários da legenda caiu em torno de 60% (TSE, 2016), o que levou a uma crise interna no partido. Por sua vez, o antigo campo oposicionista, cujo maior representante é o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), teve um aumento de 15.5%, chegando a 803 prefeituras – sendo 14 vitórias em 19 disputas no segundo turno (TSE, 2016); se consolidando, dessa forma, como o “grande vencedor das eleições”. A principal dessas vitórias se deu no maior colégio eleitoral do país: a cidade de São Paulo. Fernando Haddad, prefeito da cidade e filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) que via sua popularidade em queda desde as manifestações de junho de 2013, foi derrotado ainda no primeiro turno, ficando abaixo da casa dos 20% após o escrutínio eleitoral ocorrido em 02 de outubro de 2016 e eliminando as possibilidades de um eventual segundo mandato comandado pelo mesmo.

O eleito na capital paulista pelo PSDB foi João Dória Jr., ex apresentador de TV e membro da afamada elite paulistana. Tido como *outsider*, Dória Jr. participou da campanha pelas Diretas Já em 1984 e foi presidente da Embratur durante o governo José Sarney (1985 – 1989), além de ter participado de outros órgãos como a CNT, o que indica que a despeito da negação da política operada em suas falas na campanha, Dória possuía e possui uma trajetória de atuação no Estado brasileiro. Com esse discurso antipolítico e se apresentando como gestor e não enquanto membro do sistema político tradicional, além de suposto detentor de uma trajetória meritocrática e marcada pela superação, Dória conseguiu captar boa parte do eleitorado da cidade, vencendo ainda no primeiro turno com aproximadamente 54% dos votos sobre o segundo colocado, que concorria pelo do PT que mal ultrapassara a marca dos 16% dos votos válidos. Como isso foi possível? Este trabalho não visa dar uma resposta a essa pergunta, mas apontar um caminho analítico para que seja possível chegar a ela.

Esse percurso passa pelo entendimento da importância daquilo que Bezerra e Silva (2005) intitulam de imagem-marca nas campanhas eleitorais. Segundo os autores, é possível fazer uma analogia entre a imagem de um produto comum que os consumidores adquirem no mercado e a imagem de um político que é construída gradualmente no período anterior às eleições. Isso se deve à incorporação de técnicas

publicitárias – analisadas nas pesquisas de comunicação política – que permitem a sofisticação do *mercado político* e a disposição de alternativas imagéticas presentes nele, que causam impactos simbólicos no consumidor-cidadão que dentre as opções disponíveis eleitoralmente tenderá a escolher aquela que mais lhe apraz. Aquela que possui a sua “cara” ou a sua “marca” (BEZERRA, SILVA, 2005), conforme pontuado pelos autores: “O consumidor não quer apenas suprir uma necessidade real, é crucial que o produto também tenha a sua “cara”. O que promove essa identificação entre produto e consumidor é a marca do objeto de consumo. É ela que confere “personalidade”, “diferenciação” (*idem*, p.3). Esse cenário que se coaduna com a análise que Manin (1995) fazia das “democracias de público” é permeado pela constante assimilação da política enquanto parte do *show biz*.

Neste sentido, o eleitor assume um lugar de consumidor de imagens que por meio da subjetividade seduzem, provocam, emocionam. O discurso político segue a tendência do discurso publicitário impetrando o elo de identificação com o eleitor através do apelo emocional. Entra em declínio a atividade política tradicional, o engajamento direto através de partidos e entra em cena as “personalidades”, as “estrelas” do show da política de imagem. (BEZERRA, SILVA, 2005, p.4)

É interesse notar que uma das formas de transmitir o conteúdo propagandístico que fundamenta esse mercado político são justamente

os meios de comunicação, novos e tradicionais. Através deles, a imagem que o candidato deseja transmitir chega até os espectadores, com a proposição de alternativas de um “futuro melhor” (FIGUEIREIDO, 1997) adotada tanto por parte de governistas quanto de oposicionistas, que contribuam para o fomento de um “clima de opinião” (NOELLE-NEUMANN, 1993) favorável a sua candidatura, mesclando paralelamente a profissionalização política com algum grau de aproximação popular, que vai desde o humor escrachado até a tentativa de soar mais palatável a amplas parcelas do eleitorado, decisivas para a seleção de determinado candidato, como coloca Luis Felipe Miguel (2011) ao descrever a estratégia do discurso político eleitoral.

O discurso político, portanto, precisa buscar um delicado equilíbrio entre as estratégias de simplificação e aproximação com seu público, necessárias para estabelecer a comunicação, e as pitadas de distinção, que marcam a superioridade social daquele que o enuncia, credenciando-o com os atributos de seriedade, preparo e competência que este mesmo público julga necessários para o exercício das funções públicas. Não há um ponto correto, determinado de antemão, já que a estratégia discursiva mais adequada é determinada pelas características do público, pelo momento político e, em especial, pelas características da persona que o político deseja projetar. Dito de outra forma, o que vale para um político não vale para o outro; o que funciona em determinadas circunstâncias fracassa em outras. (MIGUEL, 2011, p.191)

A representação da imagem político-eleitoral é imprescindível não só para o desenvolvimento de campanhas vitoriosas, como foi o caso da de João Dória Jr., mas para o próprio aproveitamento das estratégias de imagem no incremento do pluralismo político e social, cuja existência depende da possibilidade da competitividade entre forças antagônicas, bem como no estabelecimento de uma comunicação entre representantes e representados, que a despeito da possibilidade de “falseabilidade” nas campanhas, é o que permite a efetivação da *accountability*³ vertical, materializada por meio do voto. Sendo assim, a imagem eleitoral pode ser lida como um instrumento de consolidação democrática, a despeito das críticas que suscita e dos malefícios que pode vir a apresentar durante uma campanha.

A imagem política pode ser comparada aos rótulos que revestem os produtos, a imagem marca de uma pretensa identidade diferenciada que pode indicar tradição ou quebra dessa tradição e indicador do novo; confiabilidade; qualidade; competência administrativa, ou outros atributos que se mostrem necessários para aquele personagem de acordo com as pesquisas de opinião e da análise conjuntural dos problemas sociais em evidência. Seja qual for a estratégia, a composição da imagem torna-se um processo complexo, pois o modo de representação deve

manter um certo grau de permanência e coerência.
(BEZERRA, SILVA, 2005, p.6)

Conforme os ditames de alguns dos estudos de comunicação política mencionados anteriormente, a pesquisa se fundamenta na construção de um traçado que torne possível a detecção de modelos de tendência na campanha eleitoral do referido candidato. Essa identificação será possível a partir da análise de conteúdo do principal jornal do país – e também o mais lido na cidade de São Paulo –: a Folha de São Paulo. Com base no critério da tiragem do jornal Folha de São Paulo, foi selecionado o portal do mesmo; investigou-se esse veículo com o objetivo de identificar de que modo foi sendo construída, durante a campanha, a imagem de João Dória Jr., que viria a se tornar prefeito da maior e mais populosa cidade brasileira, sem ter feito carreira política. A Folha realiza coberturas políticas há décadas, seja na versão impressa criada na década de 1920, ainda na República Velha, seja na versão online – aqui analisada – disponível na web a partir da década de 1990. A *Folha Online* dispõe de uma seção intitulada “poder”, além das seções “economia” e “mundo” que trazem como foco notícias políticas.

³ Princípio de responsabilização política dos eleitos diante dos eleitores ou diante das demais instituições políticas, em especial as que realizam formas de controle (FILGUEIRAS, 2011).

Para cumprir o objetivo proposto dentro do universo disponível no site, os procedimentos metodológicos consistiram essencialmente em quatro passos: (1) a pesquisa no buscador do site da Folha de São Paulo combinando os termos “campanha” e “Dória”; (2) a quantificação do número de resultados, identificando desde a notícia mais antiga até a mais recente, referentes ao objeto de investigação, encontradas via pesquisa no buscador; (3) a sistematização das notícias com vistas a reunião das abordagens existentes, separando as predominantes e as que menos aparecem no principal noticiário impresso do estado de São Paulo através dos softwares NVIVO e MAXQDA; (4) por fim, a análise dos resultados qualitativos obtidos, inferindo de que maneira a mídia em questão abordou a campanha de João Dória. Objetiva-se contribuir, com os resultados apontados, para futuras investigações de pesquisadores em comunicação política que decidam analisar as campanhas eleitorais inauguradas em 2016 e o fenômeno do “não político”.

1. Referencial teórico e metodologia

A imagem pessoal é um dos fatores chave para o êxito dos sujeitos nas campanhas eleitorais. Performances, jingles, discursos, olhares ou mesmo a maneira próxima ou distanciada pela qual se porta o candidato diante de seu público podem ser determinantes na construção de um

imaginário social que posteriormente impactará na seleção dos candidatos por parte dos eleitores (WEBER, 2009). Historicamente, as campanhas políticas costumavam ser feitas a partir do contato direto de políticos com a população, através de longas caminhadas e comícios (RUBIM, COLLING, 2005), como foi o caso do Brasil até meados da década de 1960. Com a ascensão dos meios de comunicação de massa, a exemplo da televisão, o país ingressa em uma nova conjuntura que solidifica cada vez mais a interconexão entre aparelhos midiáticos e mecanismos políticos, de tal forma que não é mais possível pensar as duas esferas apartadas – tanto quanto não é mais concebível para alguns cientistas políticos a separação entre política e economia nas análises políticas.

Rubim e Colling (2005) ao fazerem uma reconstrução histórica das interações profundas, e ao mesmo tempo tensas, entre eleições presidenciais e imprensa no Brasil, enfatizam a necessidade de subdividir os períodos históricos pelos quais atravessou a nação a fim de compreender em que momento a entrada da política no campo midiático tornou-se fato corrente. Indubitavelmente, formas de comunicação anteriores talvez tenham evoluído quando da chegada da televisão aos lares brasileiros e mais recentemente com a ascensão da internet. Todavia, um deslocamento essencial precisa ser pensado quando é feita essa transição: a expansão da dimensão. Os meios de



comunicação, dada a velocidade e o alcance que possuem no atual contexto de crescente internacionalização das informações, são capazes de canalizar o discurso político dos candidatos para setores sociais antes não contemplados. A midiaticização da política ou a politização da mídia são frutos de um processo que desemboca no período histórico presente, ao qual é atribuída a alcunha de “Idade Mídia” (LIMA, 2009).

A evolução político-midiática, com a consequente pluralização das fontes de propaganda, todavia, não significou a derrocada na determinação da agenda política por parte de segmentos há décadas hegemônicos na transmissão de conteúdo no país, como é o caso da Rede Globo. Isso vai na direção da tese de que a mídia é determinante não apenas na definição do que é o “público” e quais os seus contornos, como também na propagação de estigmas culturais e discursos rígidos que delimitam o campo de atuação da “política” e dos “políticos” (LIMA, 2009). Isso pode ser observado nas campanhas para eleições presidenciais ocorridas entre os anos de 1989 e 2014 e continua sendo uma constante quando se observa as capacidades de agendamento e enquadramento midiáticos sobre determinadas figuras do mundo público. Embora não seja sempre determinante com relação aos resultados, os aparelhos midiáticos são decisivos na determinação das prioridades do mundo político e por conseguinte, dos que participam politicamente (McCOMBS, SHAW, 1972).

Miguel (2004) alertara para as possibilidades que o Horário Político Eleitoral Gratuito, estabelecido pela legislação brasileira, oferecia tanto em termos positivos, no concernente às oportunidades de visibilidade geradas aos candidatos de menor porte, quanto negativos, na medida em que perpetuava e perpetua as desigualdades técnicas e temporais na competição política ao invés de superá-las. Hodiernamente, o HPEG ainda é um dos caminhos fundamentais para se pensar estratégias político-eleitorais, embora os canais de difusão da imagem performática dos sujeitos em disputa tenham aumentado, como já ressaltado acima. Nas eleições municipais de São Paulo no ano de 2016, especialmente na vitória de Dória, por exemplo, contaram não apenas as aparições televisivas, o apelo a símbolos ligados ao “trabalho duro” e à eficiência, e o próprio contexto de guinada à direita do eleitorado, mas sobretudo a construção de emissores discursivos nas redes sociais, imprensa impressa – em menor grau –, campanhas nas ruas etc.

Com a redemocratização brasileira, Lula e Collor de Melo protagonizaram a primeira campanha para presidente da República após 29 anos. A participação da mídia nesse processo foi essencial para a vitória do ex-governador alagoano, embora não seja o único fator que a explique. Todavia, nesse período a própria inexperiência das grandes redes de televisão que não haviam coberto uma campanha para presidente antes, tendo em vista o fato de terem sido criadas em grande

parte no espaço comunicativo cerrado que vigeu durante a ditadura civil-militar, possibilitou o fato de que os políticos pudessem gerar enquadramentos discursivos e imagéticos que penetraram na mídia, desvelando uma maior independência do *campo político* (BOURDIEU, 1981) em relação à imprensa, contrariamente ao que viria ocorrer depois (RUBIM, COLLING, 2004), quando o *agenda-setting* precedido pelas decisões midiáticas reduziu as chances de autonomização dos políticos frente aos ditames jornalísticos, que se inclinaram para as pautas econômicas e o combate à inflação (MIGUEL, 1999, 2004).

Logo, a campanha de 1994 ficou marcada pelo “clima de opinião” (NEUMANN, 1993) gerado em torno do sucesso do Plano Real, que ganhou a simpatia do eleitorado e da imprensa, secularmente alinhada com o projeto político de centro-direita/direita, encarnado na época pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Com baixas possibilidades para se contrapor à hegemonia discursiva do Real, Lula partiu para o ataque, sem sucesso. Além de ter de disputar com a alta qualidade técnica da campanha daquele que vencera o pleito, Luiz Inácio ainda

enfrentara restrições impostas via lei eleitoral como a proibição da realização de tomadas externas durante a propaganda (MIGUEL, 2004), dispositivo que pôs fim a famosa caravana feita pelo candidato em 1989. Lula e o PT também não traziam o mesmo clima de otimismo das campanhas televisivas de FHC, adotando o caráter de denúncia ao invés da celebração do status quo: havia um embate entre o sucesso da nova moeda e algumas questões sociais agudas como a fome, a pobreza, o desemprego etc.

Em 1998, a mídia deu menor ênfase às eleições. Dados levantados por Miguel (2004) mostram o quão irrelevante a pauta eleitoral era para os grandes órgãos de imprensa, principalmente para o Jornal Nacional, o noticiário de maior audiência do país⁴. Com a reeleição, aprovada em forma de lei – sob controvérsias – no mesmo ano pelo Congresso Nacional, do então presidente da República tida como certa, a imprensa optou por não dar vazão a discursos de contraposição que abordassem problemas crônicos vivenciados por brasileiras e brasileiros, como a calamidade da seca no Nordeste (RUBIM, COLLING, 2005). Dessa forma, FHC garantiu vitória no primeiro turno, não havendo espaço

⁴ Rubim e Colling em artigo publicado no ano seguinte fazem referência à decadência do jornal, que na época das eleições de 1989 chegava a 84% das televisões ligadas no horário de sua exibição, tendo despencado para menos de 50% nos anos 2000. Fato icônico da antiga hegemonia absoluta do JN é a

edição de 29 de abril de 1986 na qual o apresentador Cid Moreira se vangloria dos 90% de televisores brasileiros ligados no noticiário na noite imediatamente anterior.



para a atuação de Lula, apesar do mesmo já demonstrar uma sensível mudança em sua campanha (RIBEIRO, 2002) que incluía um tom mais leve nas suas campanhas no HPEG, juntamente a ausência de menções à “elite brasileira”, tida como a grande inimiga do povo na campanha democrático-popular de 1989.

No ano de 2002, as eleições chegam ao centro da pauta midiática. Com a pluralização de candidatos potencialmente competitivos e a adesão de Lula a um discurso “conciliatório”, a opção dos meios de comunicação foi por privilegiar, nos dois turnos ocorridos, a matéria eleitoral; chegando ao ponto de haverem uma série de entrevistas com os quatro principais candidatos (Lula, José Serra, Anthony Garotinho e Ciro Gomes) nos noticiários de maior audiência da Rede Globo (RUBIM, COLLING, 2005). Daí em diante, o tom da imprensa não é por favorecer um candidato, mas força-los a aderir à continuidade da agenda econômica do governo da coalizão PSDB-PMDB-PFL (1995 – 2002). Com um tom de pactuação nacional e uma ofensiva no marketing, capitaneada por Duda Mendonça, Lula se elege presidente da República após quatro tentativas. A tônica de Lula passa a ser a de possibilitar ganhos concomitantes para setores divergentes, bem como

a de tornar o seu governo “técnico” e compromissado com a continuidade dos ajustes fiscais impostos pelo FMI⁵ (RIBEIRO, 2002)⁶.

Como é perceptível a partir desse breve histórico, levantado com base nas campanhas para eleições presidenciais realizadas, a imagem pública é imprescindível para a conquista da hegemonia discursiva no âmbito da competição política. Ela também é ponto de partida para a construção de um elemento simbólico imprescindível nos fluxos e contra fluxos que se estabelecerão na esfera do Estado, conforme explicitado abaixo:

Cada ação política prevê apoio, defesa, ataque e, neste sentido, depende de visibilidade pública e, nessa direção, pactos e disputas são ingredientes permanentes dos modos de fazer e aparecer publicamente. É preciso promover, ser visto, aprovado, reconhecido como político, primeiramente no espaço partidário e, depois, no exercício da representação junto aos poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário. Outro nível de pactos e disputas da representação ocorre na intermediação dessa representação, especialmente nos media. As ações do representante político são justificadas, contestadas ou ignoradas em instâncias de produção de opinião e ações equivalentes. É o caso da base partidária, dos partidos adversários, movimentos sociais, entidades de classe, grupos religiosos, organizações representativas e, particularmente, os meios de comunicação de massa. (WEBER, 2009, p.16)

⁵ Fundo Monetário Internacional

⁶ Ver a Carta aos Brasileiros (2002)

João Dória Jr., notório capitalista, cruzou três discursos essenciais que firmaram a sua atuação por todo o período da campanha: a noção de “gestão”, tipicamente liberal, em lugar da administração política, repleta de vícios e geradora de ampla desconfiança institucional entre o eleitorado; por conseguinte, a substituição da figura do político pela figura do empreendedor com experiência de gerir as suas empresas e, portanto, conhecedor do que significam valores como a eficiência, eficácia e efetividade no melhor desenrolar dos negócios; e por fim, a desconstrução do sujeito que herdou seus proventos de uma longa tradição familiar que o antecedeu dando lugar para alguém que graças ao esforço e ao mérito construiu toda a sua carreira empresarial, sem auxílio do Estado ou de terceiros, e que nem por isso deixou de representar os mais pobres como ficou claro no seu emblema: “Não sou o candidato dos ricos, sou um candidato rico”. Nessa linha, Dória é a encarnação de uma ética discursiva “apolítica” que arregimentou número expressivo de eleitores.

Para demonstrar a intersecção dessas facetas apresentadas, é necessário recorrer a própria materialidade da campanha. A opção metodológica poderia ser pela análise das propagandas veiculadas na TV e no rádio,

ou mesmo pelos vídeos produzidos via marketing e postados na internet. No entanto, optou-se por focar na interação midiático-política tanto pela necessidade de preencher uma lacuna ainda existente que aproxime as discussões de ambas as esferas quanto pelo fato da mídia, principalmente a televisão que chega a mais de 95% dos lares brasileiros⁷, ainda ser o campo que tem a maior capacidade de gerar capilaridade da imagética eleitoral para a maior quantidade de sujeitos observadores ou participantes possíveis dos processos eleitorais que ocorrem bianualmente no país. Contrariamente, revistas ou jornais impressos encontram-se em franco declínio de assinaturas e vendas, com a proliferação de informações na internet. Por sua vez, a economicidade temporal da pesquisa, nos levou à incursão científica na rede mundial de dados.

A Folha de São Paulo aqui investigada, portanto, é a *Folha Online*. Embora não seja o portal de notícias mais acessado da internet, sua seleção metodológica se dá com base nos critérios de tiragem do jornal impresso. Fato que leva em conta também a localização geográfica da sede do jornal e o seu foco regional, justamente o estado de São Paulo. Com isso, pressupõe-se que o tempo dedicado à cobertura da campanha

⁷ Segundo dados da EBC divulgados no segundo semestre de 2016, a internet chega a 60% dos brasileiros, estando ainda 40% da população afastada da navegação via web.



para as eleições municipais é muito maior do que seria, por exemplo, em O Globo, jornal carioca. Para fazer com que as notícias sobre a campanha de Dória se enquadrassem justamente nos 45 dias de campanha permitidos pela nova legislação aprovada na minirreforma eleitoral de 2015 – 16/08/2016 a 29/09/2016 – nos valem os filtros de busca do site da Folha que permitem uma pesquisa delimitada dos termos a fim de abarcar critérios de possíveis pesquisadores.

2. Resultados e discussão

Na pesquisa realizada combinando os termos “campanha” e “dória” na *Folha Online* entre os dias 15/08/2016 e 29/09/2016 foram encontrados 237 resultados. Cada página de resultados do site mostra 25 resultados, o que pode variar para baixo na décima e última ala, quando são encontrados 11 resultados. Para dar conta de captar a abordagem predominante, o presente artigo se vale da técnica de análise de conteúdo. Ela não será tão detalhada em virtude do espaço disposto para a apresentação dos resultados, impossibilitando uma leitura mais detida

das notícias encontradas e mesmo em razão da não utilização de técnicas mais sofisticadas para a apuração dos textos.⁸

Segundo a análise preliminar das dez páginas de resultados, foram filtradas aquelas que tinham João Dória como elemento central. É importante fazer esse apontamento tendo em vista que o termo pode aparecer como “menção” ou de maneira “protagonizada”, o que denota duas situações absolutamente díspares. Esse quadro, gerado mesmo quando a pesquisa feita leva o termo “dória”, se dá porque a sua campanha tanto existe *per se* quanto de maneira contraposta às demais. Nas eleições em questão, os principais candidatos em disputa, além de João, eram Celso Russomano, Fernando Haddad, Luiza Erundina e Marta Suplicy. Logo, é comum que em notícias referentes primordialmente aos demais, a campanha de Dória seja citada. O quadro abaixo mostra qual número de notícias, dentre as 237 levantadas, possui João Dória e sua campanha eleitoral como foco⁹:

⁸ A pesquisa abre um flanco para que futuramente haja o aperfeiçoamento com softwares e técnicas metodológicas qualitativas da análise dos resultados aqui registrados.

⁹ O critério para selecionar essas notícias que tem Dória como protagonista é a “manchete” e não a leitura compenetrada do texto

**Quadro I – Resultados por páginas encontradas na
pesquisa na *Folha Online***

Página de resultados	Notícias que abordam Dória de maneira central
1 ^a	10
2 ^a	5
3 ^a	8
4 ^a	6
5 ^a	8
6 ^a	11
7 ^a	8
8 ^a	12
9 ^a	8
10 ^a	5
TOTAL	83

Fonte: autores (2017).

As páginas de resultados apresentam as notícias de frente para trás. Ou seja, a primeira página corresponde às matérias mais concentradas entre os últimos dias, contempladas pela pesquisa feita no buscador, enquanto a última se refere às notícias ainda da metade de agosto – as primeiras rastreadas na linha temporal estabelecida. A maior quantidade de notícias encontradas se refere às datas de 21/08/2016 a 25/09/2016 (12 notícias), início da campanha na qual eram muitas as especulações em torno de um possível segundo turno nas eleições municipais de São Paulo, inclusive sem a presença de Fernando

Haddad, o que não chegou a ocorrer, dada a vitória do tucano ainda no primeiro turno. Outro fato que não se confirmou foi a pesquisa Datafolha divulgada em 26/08/2016 na *Folha Online* que dava como certa a vitória de Celso Russomano no inexistente segundo turno e uma liderança folgada no primeiro.

Como pode ser observado, das 237 notícias encontradas, apenas 83 tem Dória como foco da matéria. Essa análise esquemática, identificando as manchetes que têm o “não político” como personagem protagonista, também permitem alguns apontamentos prévios sobre o conteúdo predominantemente abordado pela *Folha Online*. A despeito de ser um jornal historicamente alinhado com o conservadorismo brasileiro, a Folha tem a tradição de publicar colunas e críticas que refletem posicionamentos frontalmente contrários aos seus princípios político-editoriais. É o exemplo da crítica escrita por Guilherme Boulos, líder do MTST e professor da USP, intitulada “O xadrez das eleições em São Paulo”, publicada em 29/09/2016, último dia de campanha e às vésperas da ocorrência do processo eleitoral. Também é comum a republicação de sátiras do “Sensacionalista” sobre os candidatos às eleições, incluindo Dória.

Outro fato que chama a atenção é que um levantamento geral das manchetes indica que a Folha passa longe de atribuir a Dória uma imagem eminentemente positiva. Pelo contrário, são comuns notícias

mostrando denúncias contra o candidato do PSDB como a exposta em 15/09/2016 sobre as irregularidades na propaganda eleitoral do tucano que chegaram às mãos do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Ou então de críticas veementes que eram lançadas a João Dória Jr., a exemplo das emitidas pela deputada federal Mara Gabrilli (PSDB-SP), ativista dos direitos das pessoas com deficiência, quando do anúncio que o candidato fez afirmando que iria extinguir as pastas das mulheres e pessoas com deficiência caso fosse eleito (FOLHA ONLINE, 18/08/2016); e mesmo as manchetes sobre o mal-estar no PSDB paulista com sua candidatura. A próxima seção busca esquematizar essas abordagens, de modo a ser possível a produção de inferências a respeito da construção da imagem de João Dória no referido veículo de comunicação.

2.1. Abordagens predominantes sobre João Dória e sua campanha eleitoral

Para a análise de conteúdo das matérias jornalísticas sobre João Dória, utilizou-se softwares de análise que julgamos serem mais adequados para a finalidade em questão, sendo eles o NVIVO e o MAXQDA. A partir dos mesmos, foram produzidos mapas e nuvens de palavras e listas de frequências de palavras para podermos visualizar mais

sintaticamente o extenso conteúdo publicado pela Folha durante o período de campanha. A análise foi realizada pelos autores baseada no resultado fornecido por essas ferramentas.

2.1.1. Nuvem de palavras I: Análise das notícias sobre a Campanha de Dória



A nuvem de palavras acima demonstrada apresenta as 50 principais palavras mencionadas nas reportagens, excluindo-se palavras que consideramos pouco contributivas à análise, tais como “se”, “mais”, “quando”, entre outras.

Nela podemos observar que as matérias que mencionam o candidato João Dória frequentemente o associam com os seus adversários políticos, comparando-os em suas estratégias de campanha, aparições

A citação de termos como “tv”, “gestão” e “empresário” demonstram um traço característico da campanha de Dória: a frequente aparição televisiva do mesmo - sempre acompanhada de postagens nas redes sociais oficiais do atual prefeito -, não somente no horário de propaganda eleitoral gratuita, como também através de participação em entrevistas e programas de TV em geral, o que o proporcionava liberdade de falar de modo mais aberto sobre suas propostas, além de criar proximidade com o público e reforçar a tentativa de distanciamento da figura do político tradicional.

[illegible]

Neste novo mapa de palavras, observamos de forma mais ampla as relações já estabelecidas, dentre elas as principais conexões feitas pelo

jornal: apontamentos da relação do prefeito com Geraldo Alckmin, mencionando supostas desavenças ou amizades entre os dois políticos; o impulsionamento surpreendente da campanha de Dória e as possibilidades -que se tornaram realidade - do candidato vencer ainda no primeiro turno; além das problemáticas do candidato com ações judiciais e suas críticas ao ex-presidente Lula; além disso, as menções frequentes à sua proposta de gestão pública baseada no modelo da gerência dos negócios privados.

A partir da análise detalhada dos termos utilizados nas notícias jornalísticas em que Dória era tema central, notamos, em oposição ao que seria a hipótese inicial do *paper*, que as matérias analisadas apresentam Dória em uma perspectiva não tão idolatrada. Em realidade, observamos muitas matérias que abordam o político em situações problemáticas, tais como as denúncias feitas à sua campanha, tanto promovidas pela Justiça Eleitoral, quanto pelos adversários políticos e até mesmo pelo Posto Ipiranga, que acusou a equipe publicitária de Dória de plágio.

Além disso, manchetes que problematizam o “fenômeno Dória/Trump”, comparando o atual prefeito de São Paulo com o presidente dos Estados Unidos também são relativamente recorrentes. Outras matérias e opiniões divulgadas pelo meio de comunicação

acerca do candidato eram relacionadas ao seu crescimento nas pesquisas e na disputa acirrada entre os demais candidatos por um segundo turno - que acabou não ocorrendo devido à vitória de Dória logo no primeiro turno. A tentativa de parceria com o governo do estado e com a figura política de Aécio Neves também se fez aclamada nas matérias encontradas.

A própria adjetivação de Dória era evitada pelo jornal, que tentou equilibrar críticas e relativo apoio ao atual prefeito e sua campanha, mas que, pelo excesso de notícias relacionadas aos seus deslizes políticos, gafes de campanha e problemas com a Justiça Eleitoral, acabou inclinando-se para uma visão não tão favorável ao paulista quanto seria o esperado.

2.1.4. Frequência de palavras: Análise das notícias sobre a Campanha de Dória

Palavra	Frequência
Doria	454
Campanha	202
PSDB	171
Candidato	162
Paulo	162
João	157
Marta	121
tucano	107
Haddad	90
Alckmin	82
afirmou	78
eleitoral	75
PT	75
prefeito	72
governo	67
propaganda	66
partido	62
também	59
Russomano	56
Prefeitura	54
segundo	51
SP	50
candidatos	47
Suplicy	46
PMDB	44
política	44

A partir das informações captadas pela frequência, mapas e nuvem de palavras, podemos observar a tendência geral das reportagens analisadas de mostrar Dória como forte candidato: apontando os embaraços enfrentados pelo mesmo ao longo da campanha, tanto pelas gafes públicas, como por realizar campanha em shoppings de São Paulo, assim como as acusações de plágio pelo Posto Ipiranga. Temas recorrentes também eram as quantias grandiosas envolvidas na campanha do candidato, que se consagrou na opinião pública por construir sua imagem de sucesso, por ser empresário bem-sucedido e propor reformas na gestão pública no sentido do enxugamento da máquina estatal. Assuntos que envolviam essa questão também foram problematizadas pelo jornal, que focava com relativa frequência o caráter diversificado do atual prefeito, apontado como um novo perfil de político que já se consagrara nos Estados Unidos da América através de Donald Trump.

Considerações Finais

Por fim, podemos inferir a respeito dos novos contextos midiáticos, e a sua relação com a “política” e os “políticos”, que são crescentes os usos intensivos de pesquisas de opinião e do marketing eleitoral; a centralidade dos meios de comunicação de massa, a profissionalização



dos candidatos e das equipes de publicidade; bem como a personalização e o uso de apelos de caráter mercadológico, que emergem como as principais características das campanhas eleitorais modernas. Nesse sentido, observa-se a campanha de João Dória Jr. como ícone de uma possível mudança no perfil político almejado pela população: desde seu projeto de privatização e liberalização do Estado quanto seu modo diferenciado de se relacionar com o eleitorado, através das redes sociais e da promoção individual e independente de sua imagem, dependente em menor medida da mídia impressa e *online*, que costumam retroalimentar um mesmo *corpus* de informações e opiniões. Dória se insere em um fenômeno internacional de negação da política como forma de alcance dos espaços políticos.

Talvez por isso os nossos resultados aqui apresentados tenham menor representatividade do fenômeno midiático que foi a Campanha Eleitoral de João Dória. A autonomia da mesma e sua contextualização significativa podem ter feito da eleição do empresário fato não necessariamente dependente da divulgação positiva por parte do *mainstream* midiático. Nos Estados Unidos da América, Donald Trump não obteve apoio da imprensa ao levantar um discurso agressivo e se afirmar como de fora do sistema político tradicional. Na Itália, o movimento 5M ou Cinco Estrelas, fundado pelo comediante Beppe Grillo, conquistou diversos postos de representação política no Estado

italiano, incluindo a prefeitura de Roma comandada agora por uma mulher – Virginia Raggi –, à revelia das estruturas político-partidárias históricas do país.

São pontos da presente quadra histórica que podem nos ajudar a compreender aquilo que Dória representa e a maneira pela qual foi representado midiaticamente. Há um conjunto de fatos que indicam que as democracias representativas passam por uma crise e que os consensos que vigoram há décadas estão desmoronando, o que abre a chance para novas alternativas representativas, que fazem da filosofia pós-política um dogma da própria *práxis* eleitoral ou mesmo institucional. No entanto, e inevitavelmente, ainda é necessário refletir e realizar análises mais aprofundadas a respeito do tema para que possamos inferir com mais segurança nesse sentido. O *paper* aqui apresentado é apenas um passo analítico, que permite a abertura de janelas de oportunidades para pesquisas futuras acerca de campanhas eleitorais tão singulares quanto a de João Dória, além da reflexão mais ampla que cerca o debate sobre mídia e política, e portanto, os altos e baixos da subárea de pesquisas em comunicação política no Brasil.

Referências Bibliográficas

- BEZERRA, Ada Kesea Guedes. SILVA, Fabio Ronaldo da. *O marketing político e a importância da imagem-marca em campanhas eleitorais majoritárias*. 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *La représentation politique Éléments pour une théorie du champ politique*. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Anné 1981. Volume 36. Numéro 1. pp.3-24.
- GALINDO, Daniel. *Do marketing político ao marketing do político*. In QUEIROZ, Adolpho C.F. MACEDO, R. G. (org.). *A Propaganda Política no Brasil contemporâneo*. Cátedra UNESCO. Metodista de Comunicação São Bernardo do Campo. 2008.
- LIMA, Venício. *Revisitando as sete teses sobre mídia e política no Brasil*. *Comunicação & Sociedade*, ano 30, n.51, janeiro a junho de 2009.
- MANIN, Bernand. *As metamorfoses do governo representativo*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 10, n.29, 1995.
- McCOMBS, Maxwell. SHAW, Donald. *The agenda setting function of mass media*. *The Public Opinion Quarterly*, Vol.36, n.2 (Summer 1972).
- MIGUEL, Luis Felipe. *Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo*. *Dados*, vol. 42, nº 2. Rio de Janeiro, 1999, pp. 253-76.
- _____. *Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral*. *Sociologias*, ano 6, n.11, janeiro a junho de 2004.
- _____. *Falar bonito: o Kitsch como estratégia discursiva*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 183-202. 2011
- MUNDIM, P.S. *Cientistas políticos, comunicólogos e o papel da mídia nas teorias da decisão do voto*. *Revista Política Hoje*, v.19, n.2, 2010.
- NOELLE NEUMANN, E. *Pesquisa eleitoral e clima de opinião*. *Opinião Pública*, v.I, n.2, dezembro de 1993.
- RIBEIRO, P. F. *Um partido em mutação: a transformação do PT e seus reflexos sobre as campanhas presidenciais (1989-2002)*. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.
- RUBIM, A.A.C.; COLLING, L. *Mídia, cultura e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo*. *Comunicação e Política*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2005.
- RUBIM, A.A.C.; AZEVEDO, F.A. *Mídia e política no Brasil: textos e agendas de pesquisa*. *Lua Nova*, n.43, 1998.
- WEBER, M.H. *O estatuto da imagem pública na disputa política*. *Eco-pós*, v.12, n.3, setembro a dezembro de 2009.

■ Corpos profanos: ■ rascunhos sobre a heterossexualidade compulsória e um feminismo lésbico ■

*Beatriz de Lima Morais**

* Graduanda em Ciências Sociais, Universidade de Brasília (UnB)

E-mail: beatrizlmorais@gmail.com

Resumo: O objetivo do trabalho é sondar os fatores que levam ao apagamento e à deslegitimação da homossexualidade feminina e analisar as relações entre misoginia e homofobia na opressão da mulher lésbica ou bissexual através de uma perspectiva teórica. Essa análise terá como ponto de partida o controle do patriarcado sobre os corpos feminilizados, em conjunto com a repressão da sexualidade feminina, com forte diálogo com os conceitos utilizados pela teórica feminista Adrienne Rich. Por fim, analisarei a possibilidade de se discutir um feminismo em termos lésbicos, ou seja, de um feminismo que questione a heterossexualidade compulsória.

Palavras-chave: Sexualidade, Feminismo, Afetividade, Gênero.

Abstract: This paper reviews some of the main issues regarding the systemic erasure of female homosexuality, and analyses the relations between misogyny and homophobia inflicted upon homosexual and bisexual women under a theoretical perspective. This analysis will expose patriarchal control over feminine bodies, along with the repression of female sexuality in Brazilian society. Adrienne Rich's contributions to feminist theory will be used to situate the discussion within the context of compulsory heterosexuality. Lastly, it will discuss the possibility of a lesbian feminism, that is, a feminism that questions compulsory heterosexuality and the sexual exploration of women.

Keywords: Sexuality, Feminism, Affectivity, Gender.

1. Objetivos

A proposta do trabalho é realizar uma revisão de bibliografia sobre a literatura antropológica e feminista produzida até o momento acerca do tema, trazendo como marco teórico o clássico artigo “Heterossexualidade Compulsória e Continuum Lésbico”, da autora americana Adrienne Rich. Como utilizei como base teórica um texto que trabalha com uma sistematização mais ampla do fenômeno da heterossexualidade compulsória, certos recortes serão impossibilitados por limitações do material utilizado como base. É de essencial valor que trabalhos posteriores tragam outros recortes e trabalhem de forma mais aprofundada recortes de raça e classe, além de uma análise mais aprofundada sobre questões como a bissexualidade e a transexualidade.

Dito isso, considero este trabalho como uma rememoração da teoria feminista lésbica produzida especialmente na década de 70 e 80, com o auxílio pontual de obras mais contemporâneas, como o material produzido por bell hooks (2000) e Daniel Borrillo (2010).

2. Introdução ao tema

Para entender a necessidade de um feminino lésbico, é importante entender as particularidades da opressão sofrida pela mulher lésbica e

pela mulher bissexual no contexto patriarcal. A opressão sofrida pela lésbica é distinta da opressão sofrida pelo homem *gay*, em função da repressão da sexualidade feminina e do controle do patriarcado sobre os corpos femininos. Dessa forma, para debater lesbofobia e heterossexualidade compulsória (RICH, 2010), também é necessário discutir misoginia. A heterossexualidade pode ser entendida enquanto “uma tecnologia biopolítica, destinada a produzir corpos *straight*.” (PRECIADO, 2011, p. 12). Ou seja, a heterossexualidade não é só um conjunto de práticas, mas todo um sistema político de administração e dominação dos corpos. A negação da sexualidade feminina, a maternidade compulsória, a heterossexualidade compulsória e a violência de gênero são todos reflexos desse sistema de hierarquização dos corpos, que ao longo do trabalho será chamado de sistema sexo-gênero, partindo da conceituação realizada por Gayle Rubin. Além disso, trabalharei com a ideia de que existe uma tendência universal à subordinação da mulher (SEGATO, 1998).

Partindo do ponto de vista defendido por Rich (2010 [1980]), a mulher que se relaciona com outras mulheres traz em si uma provocação ao sistema heterossexista, pois além de manifestar desejo sexual autônomo, esse desejo é direcionado ao corpo de outra mulher. Dessa forma, a lesbianidade representa uma das ameaças mais fulminantes ao sistema de exploração feminina, porque a existência lésbica “inclui

tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres” (RICH, 2010, p. 36). Além disso, o silêncio e o apagamento ao qual a existência lésbica é condenada também pode ser entendido como um dos reflexos da heterossexualidade compulsória (RICH, 2010). A aversão é tamanha que é comum notar um ceticismo relativo à existência lésbica: afinal, se a sexualidade feminina nem sequer existe autonomamente, como duas mulheres podem se dar prazer? (BORRILLO, 2010) Esse questionamento é ilustrado por alguns dos termos utilizados popularmente no Brasil para se referir a mulheres que se relacionam com outras mulheres, como por exemplo: *sapatão*, *tribadista*, *saboeira*, *fancha*, *roçadeira*, *maria macho*. Todos eles, de cunho originalmente pejorativo, deslegitimam as lesbiandades, seja associando a figura lésbica a um pseudohomem ou evidenciando a falta de penetração nas relações sexuais entre mulheres. Numa sociedade falocêntrica, a relação sexual sem pênis é considerada incompleta, e portanto é desconsiderada (DINIZ, 2013). Isso pode ser percebido na construção da ideia de virgindade feminina, pois a mulher só deixa de ser virgem a partir do momento em que ela tem o hímen rompido ao ser penetrada por um homem. Dessa forma, se a lésbica é uma *roçadeira* ou *tribadista*, o que ela faz não é sexo “de verdade”. A figura da lésbica enquanto homem incompleto também é digna de nota,

pois esta se baseia na ideia de que a *sapatão* procura ser um homem para acessar os seus privilégios, tal qual a personagem Teresa/Tirésia, que perde os seus seios no drama surrealista de Guillaume Apollinaire e se torna um sábio barbudo. Essa formulação só tem sentido, dentre outras razões, porque nossa sociedade cola a ideia de orientação sexual com identidade de gênero de uma maneira muito profunda, tornando a lésbica um *homem em promessa*.

Também é importante ressaltar que, ao longo da história, mulheres que desafiaram a ordem hierárquica de gênero foram, com frequência, associadas ao lesbianismo. O feminismo, ao longo das décadas, gerou muita preocupação quanto a possível degeneração biológica oriunda da subversão à ordem natural dos sexos, que afetaria em especial, a maternidade (BORRILLO, 2010, p. 29). Apesar disso, tal associação não quer dizer que a relação entre o feminismo e o movimento lésbico foi sempre pacífica, pois, historicamente, existiram tensões e desentendimentos entre esses dois movimentos, tanto no contexto internacional quanto brasileiro.

Por fim, existe o questionamento da possibilidade de um feminismo que leve em conta as vivências lésbicas e das consequências disso para a luta de mulheres de uma forma geral. É inegável que a figura da *sapatão* representa uma grande provocação à estrutura hierárquica de gênero,

que historicamente explora os corpos feminilizados. Assim, o fortalecimento da identidade das mulheres que amam outras mulheres deve ser enxergado como uma pauta feminista que gera benefícios políticos para a coletividade do movimento, pois demonstra a possibilidade de uma vivência da sexualidade feminina autônoma e independente da figura do homem cissexual (HOOKS, 2000).

A Sexualidade Feminina

Quando se fala em lesbofobia, está implícito que a lésbica sofre uma opressão distinta do homem gay, justamente por sua condição de mulher. Ou seja, a lésbica enfrenta não só a homofobia como também sofre o peso da dominação patriarcal. Quando falamos nas diferenças entre mulheres homossexuais e homens homossexuais, precisamos levantar a questão do acúmulo de capital simbólico que os homens possuem em relação às mulheres na nossa sociedade (BOURDIEU, 2002). Assim, mesmo que pela norma social a condição homoafetiva seja indesejável tanto para homens quanto para mulheres, devemos sempre lembrar que existe uma assimetria política, social e econômica entre os sexos. Por isso, ao longo desse trabalho, a palavra *gay* nunca será empregada para denominar mulheres homossexuais ou bissexuais, porque utilizá-la pode acarretar no apagamento da realidade particular

da vivência feminina, que é de essencial valor para o entendimento da condição peculiar da lésbica dentro de um sistema patriarcal (RICH, 2010, p. 37).

Antes de entrar nas especificidades da vivência lésbica, é importante ressaltar o quanto a dominação masculina se materializa nas relações afetivas e sexuais das mulheres que se relacionam com homens. Segundo Adrienne Rich, essa dominação impõe sobre as mulheres um controle sexual, que se expressa, além de outras maneiras, por meio da negação da sexualidade feminina. Todas as mulheres são vítimas da heterossexualidade compulsória, sejam elas lésbicas ou não, pois esse mecanismo se configura na falta de autonomia da mulher sobre o seu próprio corpo, ou seja, é a retirada do protagonismo feminino na própria vida afetiva e sexual. Não é dada às mulheres a possibilidade de não se relacionarem com homens ou se relacionarem com outras mulheres. A reprodução da heterossexualidade compulsória é possibilitada pela ideologia do romance heterossexual, que é irradiada nas meninas desde a infância, por meio dos contos de fada, da televisão, do cinema, das propagandas, das canções populares e da pompa dos casamentos (RICH, 2010, p. 31). O efeito dessa agenda política é a extrema valorização da figura do homem na vida das mulheres. Muitas mulheres se sentem deprimidas ou incompletas por serem solteiras, porque isso representaria um fracasso em concretizar a narrativa heterossexual e



amorosa que desde cedo lhes foi imposta. Dentro dessa narrativa, a mulher tem o papel passivo, e o homem tem o papel ativo. A pulsão sexual masculina é o *locus* do poder masculino (RICH, 2010, p. 32), e ela pauta a atividade sexual do casal. Assim, o prazer sexual da mulher é sempre negado, e seus desejos são colocados a serviço do homem. Não é incomum ver mulheres adultas que nunca tiveram um orgasmo, que nunca se masturbaram ou que nunca receberam sexo oral do parceiro.

O silêncio e a deslegitimação que perpassam a vivência lésbica são reflexos de algo maior, que é o medo da mulher que exerce a sua própria sexualidade. Ter autonomia sobre o próprio corpo num contexto patriarcal gera sanções muito graves, mesmo para as mulheres que se relacionam exclusivamente com homens. Sobre essas mulheres, recaem os estigmas de promiscuidade sexual. Assim, ao mesmo tempo que é esperado que elas se relacionem com homens, não é permitido que elas tenham um exercício autônomo da própria sexualidade, porque seu desejo sexual deve estar sempre subalterno ao de um homem, e de preferência deve estar expresso dentro de um relacionamento heterossexual monogâmico. Dentro do patriarcado, o desejo masculino engloba toda a relação sexual. O sexo gira em torno do falo e da penetração e uma relação sexual sem esses elementos é vista como incompleta e falsa. Dessa forma, é muito comum escutar

questionamentos de como as lésbicas fazem sexo, porque este ato só é entendido como tal se existe um pênis. O autor Daniel Borrillo (2010, p. 29) argumenta que a iconografia pornográfica ilustra perfeitamente esse pensamento: a sedução e os jogos sexuais entre as mulheres são representados para agradar e excitar o homem, e embora elas deem a impressão de sentirem prazer, o desfecho dessa performance é sempre a penetração e a ejaculação do homem.

A meu ver, a lesbofobia deve ser sempre entendida num contexto de supremacia da pulsão sexual masculina, o que pode explicar porque, sob um olhar desatento, as lésbicas foram menos perseguidas ao longo da história do que os homens gays. Essa diferença não deve ser entendida como uma aceitação, até porque a sexualidade feminina não é enxergada como uma sexualidade autônoma, e se ela não é autônoma, ela não poderia, a princípio, ser exercida numa relação com outra mulher (BORRILLO, 2010).

Se as lésbicas foram, visivelmente, menos perseguidas que os gays, tal constatação não deve ser interpretada, de modo algum, como indício de uma maior tolerância a seu respeito; pelo contrário, essa indiferença nada mais é do que o sinal de uma atitude que manifesta um desdém muito maior, reflexo de uma misoginia que, ao transformar a sexualidade feminina em um instrumento do desejo masculino, torna impensáveis as relações erótico-afetivas entre mulheres. (BORRILLO, 2010, p. 13-14)

Esse apagamento pode ser ilustrado pela diferença na perseguição dos homossexuais masculinos e das lésbicas no Terceiro Reich. Os homossexuais masculinos considerados “incuráveis” podiam ser levados aos campos de concentração, onde eram obrigados a utilizar um triângulo invertido rosa, que também era o código utilizado pelos nazistas para pedófilos e zoófilos. Estima-se que entre 5.000 a 15.000 homossexuais masculinos foram levados aos campos de concentração durante o regime nazista. Porém, raramente mulheres lésbicas eram levadas aos campos de concentração, porque os nazistas acreditavam que as mulheres eram, por natureza, dependentes do homem. Ou seja, a lésbica, por ser dependente do homem, ainda poderia cumprir sua função básica no quadro social nazista, que era o de mãe e esposa (UNITED STATES HOLOCAUST MUSEUM, 2015). Esse exemplo ilustra uma suposição sobre a natureza das mulheres, na qual elas seriam dirigidas de modo “inato” para os homens (RICH, 2010, p. 21). Essa suposta dependência da mulher sobre o homem é parte da visão de que o corpo feminino é um corpo sem autonomia, que necessita do homem para ter significado e função.

Assim, é possível afirmar que a lesbofobia, por ser direcionada aos corpos femininos, possui um caráter invisibilizador. Mas a lesbofobia não se resume a isso, pois a figura da lésbica representa uma ameaça à estrutura patriarcal, por encarnar um deslocamento do papel subalterno,

o que causa uma forte tensão dentro das relações de gênero. Essa tensão causa um mal-estar social, que tem a sua catarse através da violência. No livro “Las Estructuras Elementares de La Violência” (2003), a autora Rita Segato analisa o fenômeno da violação dos corpos femininos, e argumenta que o mandato de violação muitas vezes se expressa como uma forma de castigo ou moralização direcionada um corpo feminino. Para a autora, o estupro não se trata de sexo, e sim de poder, e portanto, sempre ocorre após uma experiência de masculinidade fragilizada. A masculinidade fragilizada causa um rancor dentro da organização social. Essa tensão tem a sua catarse no mandato de violação, no qual o violador aparece enquanto um agente moralizador. A autora entrevistou detentos indiciados por estupro no presídio da Papuda, em Brasília, e destaca uma frase que ouviu de um dos detentos: “Apenas a mulher crente é boa”. Essa frase significa que apenas a mulher crente não merece ser violada, o que por sua vez significa todas as mulheres que não estão de acordo com um padrão moral e tradicional estão suscetíveis à violação (SEGATO, 2003, p. 31).

A meu ver, o estupro corretivo, isto é, o estupro destinado a “corrigir” a orientação de uma mulher lésbica é o exemplo mais claro da violação enquanto castigo. Na sua análise acerca da violação, Rita Segato não analisa as implicações do ser lésbica no sistema de relações de gênero, mas podemos procurar referências sobre o tema na obra de Gayle



Rubin. No artigo *The Traffic In Women: Notes In The Political Economy Of Sex* (1975), a autora faz uma crítica feminista a autores como Marx, Lévi-Strauss e Freud, utilizando os conceitos desenvolvidos por esses acadêmicos para analisar o fenômeno da subalternidade feminina. Rubin substitui o termo “patriarcado” pelo termo “matriz sexo-gênero”, que seria o conjunto de arranjos pelos quais a sociedade transforma e condiciona a sexualidade humana. A proibição do incesto, que para Lévi-Strauss (1949) é um universal indispensável para a vida em sociedade, pode ser enxergado como um aspecto da matriz sexo-gênero. Para Lévi-Strauss, a troca das mulheres pelos homens representa a essência do sistema de parentesco. A proibição do incesto promove a circulação das mulheres entre os homens, gerando alianças entre grupos (LÉVI-STRAUSS, 1982 [1949], p. 70). A mecânica da dádiva, proposta por Marcel Mauss, retorna na obra de Lévi-Strauss, mas agora com consequências mais profundas. A relação estabelecida através da dádiva de mulheres não é apenas de reciprocidade, como na dádiva, mas também de parentesco (RUBIN, 1975, p. 173).

A matriz sexo-gênero se fundamenta no princípio de diferenciação e complementaridade dos sexos. O tabu do incesto, pressupõe um tabu anterior, menos articulado, acerca da homossexualidade. A proibição de algumas relações heterossexuais pressupõe a proibição de todas as

relações homossexuais. Ou seja, para a autora, gênero não é apenas sexo, é também o pressuposto de que o desejo sexual deve estar direcionado ao sexo oposto. É possível argumentar que as relações entre mulheres são ainda mais perigosas a esse sistema, porque no sistema de parentesco, a mulher é a dádiva a ser trocada. Se essa mulher hipotética se recusa a ser trocada entre os homens, e ainda se relaciona com outra mulher, significa que duas mulheres estão fora do sistema de troca. Rubin enxerga um potencial revolucionário nessa recusa ao sistema de parentesco, que ela enxerga como a raiz da opressão feminina (RUBIN, 1975, p. 180).

O corpo profano

A hierarquia entre os sexos, ou melhor, a dominação masculina, foi construída de forma arbitrária ao longo da história do pensamento ocidental. Não existe nenhuma evidência que sustente que a fraqueza de espírito atribuída historicamente às mulheres está presente na natureza feminina. No livro “A Dominação Masculina”, Pierre Bourdieu vai tratar as relações de gênero como um arbitrário cultural que organiza o mundo, inclusive o universo biológico. Para o autor, “a divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas [...], em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos

agentes.” (BOURDIEU, 2012, p. 15). Ou seja, para que uma forma de submissão tão paradoxal exista, é preciso que ela se naturalize, a ponto de ser vivenciada muitas vezes de forma subjetiva, velada. Assim, através de um contínuo processo de conversão simbólica, o arbitrário cultural se transformou no natural, se transformou num pressuposto *biológico* através de um processo histórico (BOURDIEU, 2012). O feminismo e os estudos de gênero procuram desestabilizar esse entendimento, trazendo à tona as construções sociais que permeiam o que significar ser homem e mulher. A própria categoria gênero foi utilizada como ferramenta teórica pelas feministas, para evidenciar a profundidade dos papéis socialmente construídos nas características supostamente inatas a homens e mulheres (PRECIADO, 2011, p. 13).

Sendo entendida como da ordem natural, a dominação masculina se caracteriza como algo cristalizado em todas as relações sociais (BOURDIEU, 2012). Fugir aos padrões pré-determinados do que é ser homem e do que é ser mulher traz consequências aos sujeitos. O estigma enfrentado pela sapatão é a consequência de resistir a um sistema heterossexista.

A mulher que resiste à maternidade, ao matrimônio ou à heterossexualidade compulsória está subvertendo e resistindo a um sistema que afirma que o seu corpo não é sua propriedade. Isso não necessariamente significa que essa mulher, como indivíduo, é uma

ativista, ou que resiste a essas imposições de forma premeditada. A sua subversão ao sistema heterossexista não precisa se materializar apenas nas “situações revolucionárias concretas”. A resistência está impressa no seu modo de existir, num feminismo que é de ação, embora nem sempre de teoria (RICH, 2010, p. 40). É importante ressaltar que o conservadorismo antifeminista sempre associou o feminismo ao ódio aos homens e ao lesbianismo (HOOKS, 2000, p. 68).

Também é nessa perspectiva de “inversão do papel natural dos sexos” que a lésbica é caracterizada pelo imaginário coletivo como uma mulher que tenta ser um homem. A lésbica, ou a *sapatão*, a *maria-macho*, a *fancha*, não poderia ser mulher, porque não cumpre a função essencial desta, que é casar e ter filhos. A lésbica seria uma espécie de homem castrado, uma degeneração da ordem natural dos sexos. Esse estado de ser, que não é de homem nem de mulher, foi trabalhado por Monique Wittig em “O Pensamento Hétero”, no qual a autora afirma que “as lésbicas não são mulheres”, porque a categoria mulher só tem sentido dentro do pensamento hétero e de um sistema econômico heterossexual (WITTIG, 1992, p. 57).

Dessa forma, é importante trazer para a análise a figura da *machona*, ou seja, “as lésbicas que assumem uma apresentação masculinizada, o que engloba não só a estética, mas também o comportamento (BRANDÃO, 2007, p. 15 *apud* DINIZ, 2013, p. 78). A sociedade tradicional brasileira

liga, de uma forma muito íntima, o gênero e a orientação sexual, como se as duas coisas não pudessem se manifestar de forma independente, o que não acontece em outras configurações sociais, como nos círculos afro-brasileiros ligados à umbanda e ao candomblé (SEGATO, 1985). Assim, uma relação lésbica precisaria, necessariamente, de uma das partes representando o homem da relação. A dicotomia lésbica passiva e lésbica ativa pode ser entendida dentro desse espectro de valores, porque ela não se baseia de forma estrita em papéis sexuais, como no caso dos gays, e sim numa performance que está atrelada a um binarismo de gênero (BUTLER, 1993). Dentro dessa performance, a lésbica ativa ou a *butch* representaria o elo masculino da relação.

Por sua vez, a lésbica passiva é a *lady*, que representa o espectro feminino da relação, e portanto a submissão e a emotividade. Muitas vezes, a lésbica passiva tem a sua sexualidade questionada, ou mesmo ela própria não se considera enquanto tal, por não corresponder às expectativas do que é uma lésbica. Ela também está relacionada à frigidez, à falta de libido e à subalternidade no ato sexual. “A sapatão com fenótipo feminino não conseguia se complementar sexualmente” (DINIZ, 2013, p. 69).

Da minha parte, afirmo que as categorias “lésbica passiva” e “lésbica ativa” não são orgânicas, e sim ecos da dinâmica que existe dentro do

sistema heterossexual, baseadas na divisão arbitrária entre masculino e feminino, na qual o masculino é sempre valorizado e o feminino, subalternizado (BOURDIEU, 2012). Por sua vez, a tentativa de se apontar um “homem na relação” é, mais uma vez, o reflexo da ideia de que a felicidade e a satisfação afetiva-sexual das mulheres são dependentes da existência de um homem. É preciso resistir às tentativas de normalização dos corpos, para se adequarem a um modelo *straight* (PRECIADO, 2003). A relação lésbica sempre será marginal ao sistema heterossexista, porque ela não cabe dentro do pensamento hétero (WITTIG, 1980).

Um feminismo lésbico?

Em função do peso da heterossexualidade compulsória, afirmo que não é possível dizer que todas as mulheres heterossexuais se relacionam com homens simplesmente porque elas querem. A heterossexualidade é uma imposição, que vem acompanhada do controle dos corpos femininos, e por consequência, da sua afetividade e sexualidade. Além disso, numa sociedade patriarcal, os referenciais positivos são majoritariamente masculinos, o que gera um processo de identificação das mulheres com os homens. A necessidade da presença e da aprovação masculina é reflexo de um sistema misógino, que impede

que as mulheres se enxerguem umas nas outras e se percebam como amigas, companheiras ou amantes. Para Adrienne Rich, a identificação das mulheres com os homens é reflexo da heterossexualidade compulsória, e a consequência desse processo é a incorporação dos valores do colonizador, além da participação ativa no próprio processo de colonização (BARRY, 1979, p. 140 *apud* RICH, 2010, p. 32).

Seria possível resistir a esse processo, e criar uma identificação real entre mulheres baseada no companheirismo e no entendimento mútuo? Para Rich, a resposta para essa pergunta está na noção do *continuum lésbico*. O continuum lésbico transcende a ideia do relacionamento sexual ou romântico entre mulheres, e se configura numa categoria muito mais ampla: é o conjunto de experiências de identificação entre mulheres, é o erótico nos termos femininos, é o compartilhamento de experiências que apenas duas mulheres podem ter. Dessa forma, existe a possibilidade de que *todas* as mulheres existam dentro de um *continuum* lésbico, no qual estão se movendo para dentro e para fora durante todo o percurso de suas vidas. A autora ilustra esse *continuum* com a relação da criança com a mãe na amamentação, e nas sensações de prazer sentidas pelas duas partes (RICH, 2010, p. 38).

A meu ver, o conceito de continuum lésbico pode solucionar algumas das tensões historicamente constituídas entre o feminismo lésbico e o feminismo mainstream. O movimento feminista da segunda metade do

séc. XX se constituiu, em especial nos Estados Unidos, como um movimento plural e heterogêneo, com frequentes tensões das demandas de diferentes grupos de mulheres (MAGALHÃES, 2010). Uma parcela considerável do feminismo lésbico da década de 70 e 80 utilizava o conceito de *lesbianismo político* como essencial para a atividade feminista. No artigo “Love your enemy? The debate between heterosexual feminism and political lesbianism”, o grupo Leeds Revolutionary Feminists defende que todas as feministas deveriam se abster do sexo com homens e satisfazer suas necessidades afetivas e eróticas com outras mulheres (Leeds Revolutionary Feminists, 1981).

O lesbianismo político, no sentido cunhado por esse grupo, se difere do continuum lésbico de Adrienne Rich. Embora a autora também valorize e exalte a relação afetiva e erótica entre mulheres, o continuum lésbico é sobre a identificação de mulheres com outras mulheres, sobre um amor que transcende a ideia do amor romântico e erótico. Esse *continuum* pode ser entendido como uma rede de companheirismo e fortalecimento mútuo, pensada em termos femininos. É, acima de tudo, a negação do pressuposto que as mulheres precisam da aprovação e da afirmação dos homens para realizarem suas ações.

Conhecer lésbicas empoderadas e carinhosas me ensinou durante minha infância, e continua me ensinando, que mulheres não precisam depender dos homens para nosso bem-estar e para nossa felicidade – nem mesmo para o seu

prazer sexual. Esse conhecimento abriu um mundo de possibilidades para as mulheres. Ofereceu escolhas e opções. Nós nunca saberemos quantas milhões de mulheres ficam em relacionamentos com homens dominadores e sexistas apenas porque não conseguem imaginar uma vida em que podem ser felizes sem eles, estejam elas satisfeitas sexualmente e emocionalmente pelos homens da sua vida ou não. (HOOKS, 2001, p. 95, tradução nossa)

Dessa forma, acredito que um feminismo verdadeiramente libertador precisa questionar a heterossexualidade compulsória e fortalecer as relações entre mulheres. Fortalecer as relações entre as mulheres significa um empoderamento verdadeiro, o que oferece um grande perigo à manutenção do sistema patriarcal. É preciso que as mulheres consigam se ver como irmãs, amigas, companheiras e amantes. O feminismo não pode ser pautado em termos heterossexuais, é preciso que as mulheres se identifiquem entre si e resistam juntas às imposições do patriarcado. Um feminismo lesbofóbico, que olha de forma condescendente o amor entre mulheres, apenas mantém o *status quo* da dominação masculina. É necessário que, dentro da nossa militância, a vivência lésbica seja reconhecida em todo o seu aspecto transformador e revolucionário, capaz de subverter pressupostos machistas que são danosos às mulheres como um todo. Através da valorização da lésbica dentro do feminismo, é possível vislumbrar o exercício da sexualidade

e da afetividade que é independente da presença dos homens, e portanto, autônomo.

Conclusão

Através da análise das particularidades que tornam a lesbofobia distinta da homofobia, conseguimos perceber a maneira que a heterossexualidade compulsória incide sobre as mulheres. Mais uma vez, devemos lembrar que todas as mulheres são vítimas da heterossexualidade compulsória, porque ela se configura como a ausência de autonomia sobre o próprio corpo e sobre a própria sexualidade. Dessa forma, a sexualidade autônoma e o companheirismo feminino são ameaças à ordem patriarcal, na qual o desejo feminino é sempre subordinado à pulsão sexual dos homens cissexuais. A mulher lésbica, que desafia essa ordem, sofre uma opressão lesbofóbica, que pode ser percebida através da repressão, do silenciamento e do desprezo que a lésbica enfrenta na sociedade heterossexista. Para a verdadeira libertação das mulheres, o feminismo não pode reproduzir o argumento da heterossexualidade compulsória. É necessário que, dentro do movimento, as lésbicas sejam valorizadas e tenham espaço para expor suas vivências e demandas. Assim, apenas com a desconstrução do argumento da heterossexualidade compulsória se torna possível

vislumbrar um feminismo que desmonta a ordem patriarcal e transforma verdadeiramente as relações de gênero.

Referências Bibliográficas

BORRILLO, Daniel. (2010). *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. É
Guilherme João de Freitas Teixeira, 1ª edição, Belo Horizonte, Autêntica.
BOURDIEU, Pierre. (2012). *A Dominação Masculina*. Tradução de Maria
Helena Kühner. Rio de Janeiro, Editora BestBolso.
BUTLER, Judith. (1993). *Bodies That Matter*. 1ª edição, Nova Iorque,
Routledge,.
DINIZ, Rozeane Porto. (2013). *As representações léxico-semânticas das
lesbianidades no cordel*. Tese de Mestrado em Literatura e
Interculturalidade, Universidade Estadual da Paraíba, datilo.
HOOKS, Bell. (2001). *Feminism is for everybody: passionate politics*.
Cambridge, South End Press.
LEEDS REVOLUTIONARY FEMINIST GROUP. (1981). *Love your
enemy? The debate between heterosexual feminism and political
lesbianism*. London, Only Women Press.

LÉVI-STRAUSS, CLAUDE. (1985). *As Estruturas Elementares do
Parentesco*. Tradução de Mariano Pereira, 3ª edição, Petrópolis, Vozes.
MAGALHÃES, Maria José. (2010). *Feminismos e Lesbianismo:
Derrubando o mito da Lavender Menace*. LES Online, Vol. 2, No 1
PRECIADO, Beatriz. (2011). *Multidões queer: notas para uma política
dos “anormais”*. Rev. Estudos Feministas, 19, 11-20.
RICH, Adrienne. (2010). *Heterossexualidade compulsória e existência
lésbica*. Revista Bagoas, 5, 18-44.
RUBIN, Gayle. (1975). “The Traffic In Women: Notes In The Political
Economy Of Sex”. In: REITER, Rayna (Org.). *Toward an Anthropology
of Women*. New York, Monthly Review Press.
SEGATO, Rita. (2003). *Las Estructuras Elementales de la Violencia*. 1ª
edição, Bernal, Universidad Nacional de Quilmes.
UNITED STATES HOLOCAUST MUSEUM.
<<http://www.ushmm.org/wlc/en/article.phpModuleId=10005478>>
Acessado entre 13/10 de 2015 e 10/07 de 2016.
WITTIG, Monique. (1992). *The Straight Mind and Other Essays*. 2ª
edição, Boston, Beacon Press, 1992.



■ A Sociologia da Moda de Georg Simmel: ■ indivíduo, massa e diferenciação social ■

The Sociology of fashion in Georg Simmel: Individual, mass and social differentiation

*Wanderson Barbosa dos Santos**

*Mestrando em Sociologia, Universidade de Brasília (UnB)

Resumo: Este ensaio tem como eixo norteador as reflexões simmelianas sobre a Sociologia da moda para entender o fenômeno do "rolezinho". Partindo da abrangência teórica contida nas análises simmelianas, procura-se compreender o fenômeno do "rolezinho" a partir das categorias sociológicas de *distinção*, *diferenciação* e *classe social*. A análise é desenvolvida a partir de textos de Simmel e outros sociólogos que tentaram compreender a relação muitas vezes conflituosa entre indivíduo e massa. Por fim, o estudo apresenta os antagonismos existentes dentro do campo da moda, tomando como elemento empírico os *rolezinhos* acontecidos na cidade São Paulo de dezembro de 2013 a fevereiro de 2014.

Palavras-chaves: Moda, Diferenciação social, indivíduo, Massa, Rolezinhos.

Abstract: This essay is guided by Simmel's reflections on Sociology of Fashion and it is intended to understand the "rolezinho" phenomenon. Starting from the theory sustained in Simmel's analysis, this study seeks to understand "rolezinho" from sociological categories of *distinction*, *differentiation* and *social class*. The analysis is developed from the works of Simmel and other sociologists, who seek to understand the sometimes turbulent relation between the individual and the mass. Ultimately, this study presents the antagonisms inside the fashion field, taking as empirical element the "rolezinhos" that took place in the city of São Paulo, between December 2013 and February 2014.

Keywords: Fashion, Social differentiation; Individual ; Mass ; Rolezinhos.

Indivíduo, massa e moda: elementos para uma análise da distinção social

O presente ensaio debruça-se sobre as reflexões Simmelianas referente à moda e à relação entre indivíduo e massa com o intuito de esboçar algumas observações sobre esse relacionamento conflituoso. Ao longo deste ensaio, apresentamos algumas observações sobre o fenômeno conhecido como *rolezinho*. Compreende-se os *rolezinhos* como os eventos marcados geralmente por redes sociais em que uma coletividade quantitativamente considerável – em sua maioria adolescentes – encontram-se em um ambiente de *Shopping Center*. Algumas características dificultam o estudo desse fenômeno, sobretudo aspectos relacionados à sua singularidade e novidade. De todo modo, ao longo do ensaio serão ressaltados alguns atributos interessantes para o entendimento dessa manifestação social.

No sentido mais rigoroso possível é importante realçar que o fenômeno apresentado como pano de fundo para a reflexão, os *rolezinhos*, insere-se numa dinâmica coletiva de interação social. Como Viana (2014) destaca, se um jovem das classes mais baixas adentra ao ambiente de *Shopping Center* pode ser refreado no âmbito de um *mal-estar* individual calcado no preconceito e repulsa dos demais presentes. Todavia, no domínio de uma participação coletiva, ou seja, envolvendo

uma maior quantidade de indivíduos, as reações extrapolam a barreira da psique individual e ganham novas proporções, sendo o medo a mais comum delas. Seguindo o passo de Viana (2014), nessa situação, as reações tendem a ser mais fortes.

Tal postura procede com a perspectiva de Georg Simmel (2006) sobre o caráter da sociologia. O âmbito da sociologia, segundo o autor, necessita, primeiramente, se afirmar como ciência da investigação dos agrupamentos sociais dentro de suas configurações singulares. A sociologia garante sua legitimidade na medida que compreende a sociedade a partir da chave da interação entre os indivíduos, a saber:

[...] Nem por um momento é correto pensar que poderíamos compreender a realidade imediata por meio do conhecimento de séries de fenômenos *individuais*. Essa realidade é dada, em um primeiro momento, como um complexo de imagens, como uma superfície de fenômenos continuamente justapostos. (SIMMEL, 2006, p.14-15).

Desse modo, à guisa de um esclarecimento inicial, este ensaio alicerça-se sobre a leitura e análise de publicações sobre o tema em jornais, revistas e artigos acadêmicos. Foi necessário certo distanciamento temporal do “surgimento” do fenômeno dos *rolezinhos* para que a produção acadêmica se debruçasse sobre o tema. A palavra surgimento é colocada entre aspas, pois, a ideia do aparecimento é sempre relativa, na medida em que, a grande mídia desempenha papel preponderante na

criação da “existência” e “desaparecimento” de alguns acontecimentos sociais.

Seguindo esse encadeamento, percebe-se a necessidade de delimitação temporal do caso em exame aqui; contudo, com a dificuldade de mapear e demarcar o aparecimento do evento, por suas características de disseminação e realização em vários lugares sem uma aparente conexão entre os acontecimentos, esse delineamento temporal fica bastante comprometido. Até mesmo a bibliografia que pretende discutir a temática confronta-se com essa dificuldade em contextualizá-lo em um marco temporal comum. Contudo, as reportagens e o *Dossiê Rolezinhos: Shopping Centers e violações de direitos humanos no Estado de São Paulo* (Produzido pela Defensoria Pública do mesmo Estado) apresentados neste ensaio oferecem um norte para o início desta reflexão. Houve, a princípio, no Estado de São Paulo grande concentração dos encontros chamados *rolezinhos*, e com isso, pode-se

perceber como resultado dos desdobramentos desses eventos as reações em outros campos sociais, como por exemplo, o jurídico, que analisaremos por meio do exame de algumas partes de um dossiê organizado pela Defensoria Pública.

Tendo em vista esse objeto empírico, o *rolezinho*, o artigo propõe uma discussão referente ao pertencimento ao grupo, individualidade e diferenciação social na chave compreensiva da relação do fenômeno com a moda. Uma das dicas dadas por Georg Simmel para a pesquisa social foi atentar-se ao processo de interação entre os indivíduos na chave de sua sociologia do cotidiano. O sentido das relações sociais orientam-se a partir de formas de sociação¹ entre os indivíduos que participam dos *rolezinhos*, e entendê-las pelo eixo da apropriação da moda mostra-se como um caminho fértil.

Justifica-se o olhar pelo eixo da sociologia da moda, pois como nos ensina Simmel (1976; 2014), moda é, essencialmente, uma moda

¹ Na proposta de Sociologia desenvolvida por Simmel, a categoria sociação refere-se às diferentes formas de interação entre os indivíduos. Em *Questões fundamentais da Sociologia*, Simmel salienta em diversos momentos a importância para a compreensão da sociedade por meio da análise das diferentes manifestações da sociação. Nesse aspecto, vale lembrar que, segundo Simmel, a concepção de sociedade possui um caráter essencialmente abstrato que, todavia, podem ser compreendidos a partir da análise de “conglomerados de configurações sociais”. Resta à sociologia a compreensão da sociedade por meio da ligação entre os indivíduos em sua determinação

recíproca, isto é, entender “os laços de associação entre os homens”. No capítulo 3 da obra cujo tema visa a reflexão sobre o conceito de *Sociabilidade*, o autor define sociação como: “[...] A sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados –, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam.”(Simmel, 2006, p. 60-61).

de classe. Desse modo, percebe-se o ambiente do *rolezinho* como um *locus* de expressão dessa dinâmica de classe que, vale destacar, é fundamentalmente conflituoso. Evidentemente, pode-se analisar a questão proposta por diversos pontos de vista, desde a interferência de um determinado grupo ao acesso à cidade até as questões raciais que também estão presentes no problema.² Evocam-se, geralmente, argumentos referentes às classes sociais dos participantes e o “alvorço” causado por eles nos shoppings.³ Leva-se esses indícios como dicas para esta pesquisa, pois, a condição classista da crítica aos participantes do *rolezinho* são pistas para a indicação de um movimento conflituoso envolvendo diferentes classes sociais. Uma das características desse fenômeno foi a entrada de jovens de origens desprivilegiadas em espaços privilegiados (VIANA, 2014; CALDEIRA, 2014). Os usos e desusos da moda estão imersos, como veremos adiante, na composição do movimento de apropriação e distinção social entre as classes sociais presentes no caso.

Dentro da ideia proposta o ponto fundamental de reflexão é a moda e

suas apropriações para o sentimento de pertença a um determinado grupo. A mobilização teórica deste artigo envolve as reflexões de Georg Simmel (1976; 2006; 2008; 2014), Walter Benjamin (2000), Pierre Bourdieu (1983) e Leopoldo Waizbort (2001; 2008). A mediação entre os autores pretende oferecer uma reflexão sobre a relação entre o princípio de semelhança e diferença no *rolezinho*, ou seja, os movimentos de diferenciação e distanciamentos evidentes no fenômeno. A disputa pela distinção social é uma das expressões da distinção de classes, como bem salienta Bourdieu. A apropriação de um determinado tipo de vestuário, a linguagem, alguns comportamentos podem provocar uma dualidade de sentimentos. Se de um lado podem angariar apoio, simpatia, desejo e cobiça, em sua outra face, podem provocar o distanciamento, separação, hostilidades e repulsa. A moda, no sentido amplo do termo, possui, em seu atributo próprio e singular, expressões elucidativas de formas de distinção social. Mais adiante, a partir da mobilização teórica mencionada e tendo como pano de fundo a reflexão sobre o *rolezinho*, apresentaremos algumas notas sobre essa

² Para um maior desenvolvimento do tema, ver “*Qual a novidade dos Rolezinhos? Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo*”, de Teresa Pires do Rio Caldeira (2014).

³ Pela característica teórica deste artigo, não adentraremos em uma reflexão mais aprofundada sobre elementos que envolvem aspectos raciais e urbanos envolvidos no caso dos *rolezinhos*. É evidente que o problema aqui

apresentado tem múltiplas dimensões que podem ser mais bem compreendidas a partir de uma análise mais ampla da questão. De todo modo, acreditamos que a mobilização teórica, principalmente, da área referente à sociologia da moda pode apresentar novas pistas para investigações mais abrangentes. Nesse sentido, reconhece-se a necessidade de trabalhos futuros que venham a oferecer outros tipos de explicação para o fenômeno do *rolezinhos*.



relação.

Note-se, desse modo, que a obra de Simmel apresenta-se como importante e atual para a compreensão de fenômenos sociológicos. O conflito existente na sociedade evidenciado pelas interações entre os diferentes indivíduos foi tema de inúmeras reflexões de Simmel. Surpreendentemente, a obra de Simmel permanece à margem dos cânones da sociologia, todavia, essa condição limítrofe não faz jus a um autor com produção sociológica tão engenhosa e criativa.

Necessidade de distinção e tendência à diferenciação nos escritos de Georg Simmel

O dualismo entre indivíduo e sociedade foi tema levado com grande afinco por Georg Simmel. O embate travado pela sociologia simmeliana foi compreender as formas de sociação e interação dos indivíduos no contexto de sua vida cotidiana. A inserção do indivíduo isolado em uma coletividade, por quaisquer circunstâncias, se dá por uma vontade ou pulsão encontrada no nível psicológico do indivíduo. Para Simmel (2006), as motivações psicológicas dos indivíduos, como natureza interna, motivariam ações no sentido da aproximação ao grupo, pois, segundo o autor, há o reconhecimento da condição passageira do individual, porém, que se conforma de modo diferencial

no grupo, ou seja, os grupos são característicos por sua condição perene. Como salienta Waizbort (2001), a sociedade para Simmel existe somente no sentido e no momento da interação entre os indivíduos, por esse motivo a ênfase em situações da vida cotidiana (a conversa, a coqueteria, etc.), pois, elas assim expressam a sociedade no ponto que são resultado de interação.

O compromisso esperado na relação indivíduo-massa tem sua expressão em aspecto ambíguo da inserção em grupo. A coletividade oferece ao indivíduo um respaldo para o sentimento de pertença, sendo que sua inclusão pode ser realizada por inúmeros meios, por exemplo, no uso de um delimitado tipo de moda. De outro lado, a junção de indivíduos promove alguma medida de decaimento dos conteúdos subjetivos destes, principalmente, por seu caráter de realização coletiva.

É importante destacar o caráter dual da relação indivíduo e sociedade em seu segundo ponto de vista. A inserção na massa pode causar o que Simmel (2006) denomina “rebaixamento” ou “decaimento” do indivíduo. Entende-se este decaimento do seguinte modo: para adentrar à determinada coletividade, o indivíduo precisa incorporar algum tipo de comportamento, símbolo ou ação que objetive algo em comum com determinado grupo. Para o autor, o indivíduo pode ser superior à massa,

porém, na medida que adentra ao coletivo perde parte das suas qualidades cultivadas. A formação dessa massa jamais é a soma das individualidades, sendo, desse modo, a soma dos fragmentos individuais (SIMMEL, 2006).

Nesse processo, o indivíduo abre mão de parte de sua individualidade para reforçá-la como grupo. Para a sociologia simmeliana, essa dinâmica entre o particular e grupo é a chave para compreensão da união entre os indivíduos, mas também a expressão da “tragédia da sociologia” na medida em que o grupo, na contramão do lugar comum, credita a esse tipo de reunião a união dos indivíduos numa soma com resultado enriquecedor para o coletivo. Simmel destaca que a tendência é o seu contrário, ou seja, não sendo a soma, o coletivo conforma-se como “simplicidade” ou depreciação do cultivo individual a um ponto inferior à média do coletivo (SIMMEL, 2006).

Porém, como processo ambivalente e dual, o nível individual e o nível social resguardam consigo maiores complexidades. Não avanço sem notar os motivos, as vantagens e desvantagens desse movimento observado por Simmel. Afora a tendência psíquica de inserção em massas, há por trás dessa perspectiva uma lógica pragmática de orientação social. Essa direção objetiva a redução dos estímulos e possibilidades de escolha. Para Simmel (2006), o indivíduo, de modo geral, é orientado por uma perspectiva muitas vezes contraditória,

sendo a decisão um estorvo que o pressiona. De outro lado, enquanto parte pertencente de uma massa, as orientações e possibilidades reduzem-se a partir de uma frequência da ação coletiva. Dessa maneira, a admissão do indivíduo em determinado grupo o oferece essa segurança no que diz respeito à redução da complexidade da vida cotidiana.

O exemplo da moda ajuda-nos a entender o ponto levantado anteriormente. A moda reforça e valoriza o caráter coletivo e consequentemente “planifica” a individualidade no sentido de que oferece uma regularidade padronizada para um vestuário. Sem ela, a princípio, as possibilidades de combinações entre os distintos vestuários seriam tamanhas que o indivíduo colocar-se-ia em dificuldade no momento da escolha por determinado conjunto. O peso das escolhas sem o respaldo do social são elementos que causam tensionamento na psique individual. Dessa maneira, o indivíduo que adere a determinado tipo de moda, em detrimento de outra, insere-se não somente em um *estilo* próprio, mas em algo que já foi seguido e respaldado por uma determinada coletividade. Para ser considerada moda, esse padrão de vestuário precisa ser acompanhado por algum número quantitativamente razoável que fomente uma relativa padronização de grupo.

Contudo, e em contrapartida, a moda apresenta sua face dual na medida



em que ela também reforça a individualidade. Nota-se que por mais estranho que venha parecer, esse aspecto ambíguo permite que a personalidade não seja suprimida ou subjugada em sua totalidade uma vez que o indivíduo se insere na massa. Cabe à dimensão tonificante da personalidade o papel de dar substrato para a oposição entre diferentes modas, isto é, a partir da configuração de identificação de grupo, diferentes *estilos* entram na disputa por distinção.

Dessa forma, esses indivíduos quando inseridos nos seus grupos estão “apoiados” por um padrão coletivo, porém, reforçam traços individuais quando agem em relação a outros grupos. Esse é o caráter dual que se encontra na relação entre indivíduo e massa. No livro *Filosofia do Dinheiro*, Simmel (1983) dá um passo adiante ao indicar que as mudanças na moda apontam para além do vestuário – no contexto da sociedade moderna –, sendo elemento distintivo fundamental para assinalar seu matiz de sobressaliência dos aspectos da vida cotidiana em sua conexão com o contexto e o tempo.

Não obstante, o indicativo da existência de diferentes modas, quer dizer, a variabilidade estilística a depender da conjuntura e do período histórico serve como exemplo para o caráter indispensável, cotidiano e mutável da moda. Ao relacionar a moda à norma social, entendemos essa relação de maneira mais nítida. A norma social oferece subsídio

para noções de pertencimento, ligação, simpatia, ou, como já dito, em casos contrários, sentimentos inversos, isto é, não-pertencimento, repulsa e antipatia. É razoável se pensar que a base fornecida por uma moda de grupo possa também induzir a certos comportamentos. Seguindo a linha de simmeliana, a relação entre indivíduo e grupo, em sua tendência, apresenta-se como conformadora de ações coletivas. No extremo do argumento, e para isso Simmel (2014) estava atento, podem se objetivar os mais diferentes tipos de conflitos entre os grupos. No caso da moda, a expressão desse conflito pode ser vislumbrada no contínuo movimento de distinção entre as classes sociais.

Na cidade urbana moderna, as expressões desses movimentos de classe estão no raio do cotidiano, sendo inevitável que a partir de um passeio através dos centros urbanos não se visualize uma miríade de estilos que, de modo geral, são alicerçados em diferenças de classe. O aglomerado de pessoas que caminham pela cidade, e que por um desconhecimento completo de alguma característica subjetiva, não se pode inferir nada sobre sua personalidade, por meio da moda – por mais que ainda não possamos afirmar muito em relação à totalidade da vida do indivíduo – pode-se deduzir a classe social, o tipo de atividade profissional que desempenha, e assim por diante.

O vestuário nos fornece alguns pequenos indícios para termos acesso a

algum conteúdo da personalidade: pode-se deduzir o local de trabalho, determinada afinidade por algum tipo de música, o pertencimento a uma região específica do país. Mas, essa dedução depende muitas vezes de estereótipos criados, ou, talvez, de representações que temos de determinados grupos. Por exemplo, associa-se o uso de roupas escuras e cabelos compridos aos admiradores do *rock*, mas um indivíduo que deseja se utilizar desse estilo pode fazê-lo sem necessariamente adentrar a essa cultura de grupo, todavia, na representação diante aos demais indivíduos a mensagem transmitida será a de, pelo menos, uma simpatia a essa coletividade. Ao fim e ao cabo, simpatias e antipatias são geradas a partir desse indício de participação de um grupo.

Tentativas de compreensão do contexto do indivíduo na massa e das novas formas de interações sociais no ambiente da grande cidade foram feitas por inúmeros intelectuais, como Baudelaire. Escritores e ensaístas, talvez mais sensíveis a essas mudanças, procuram entender essa nova conjuntura na transição para a modernidade em que a multidão parece sufocar e suprimir a singularidade do indivíduo. No texto *A Paris do segundo Império em Baudelaire*, Benjamin (2000) observa essa relação. O surgimento, naquele momento, de trabalhos que tratam sobre a fisiologia das cidades, por exemplo, as mudanças feitas por Haussmann na capital francesa para dar certa fluidez à massa que ocupou as ruas de Paris são indícios do preparo necessário do ambiente

urbano para a recepção desse quantitativo de indivíduos.

Benjamin (2000) aponta a relação entre a multidão e o indivíduo, expondo em termos distintos aos de Simmel. Utiliza-se da relação entre multidão e indivíduo e apresenta a ligação por meio de alguns personagens típicos de Paris, como o *Flâneur*. As modificações na estrutura da urbe de Paris, analisadas por Benjamin, são fundamentais para esse novo contexto. Pois as mudanças da grande cidade surgem para dar fluidez para esse imenso quantitativo de pessoas que se aglomera em um novo espaço. Observa-se, então, uma reorganização do ambiente da metrópole. Tem-se agora o local específico para a compra, para o trabalho, para o lazer. Logo, os indivíduos nesse contexto estão cada vez mais inseridos em ambientes específicos e suas ligações pessoais não podem mais ser realizadas com todos os que estão a sua volta, pois o quantitativo gigantesco de pessoas impede qualquer interação mais pessoal. Nesse ponto, Benjamin contribui com o argumento de Simmel (2005) esboçado no texto *As grandes cidades e a vida do espírito*.

Portanto, esse fluxo quantitativamente superior ao do contexto tradicional, aparece como algo peculiar ao processo de urbanização, sendo diferença fundamental para a compreensão de novas formas de interação e sociabilidade. Fica evidente porque a moda foi fonte de interesse dos autores da transição do século XIX para o XX. As grandes

cidades foram o palco perfeito para o surgimento de novas formas de interação social. Simmel (1976; 2014) apontou a centralidade da economia monetária no contexto de modernidade. O dinheiro, que é fruto de uma vigorosa reflexão do autor ⁴, e a transação econômica mediada pela moeda, passa a ser o mediador comum das interações no contexto da grande cidade.

Percebe-se a grande ênfase dada à necessidade de diferenciação na medida em que há uma tentativa de afirmação da individualidade frente à massa no contexto da cidade grande. Por esse motivo, o entendimento da moda se complexifica no ambiente descrito, pois a economia monetária e a racionalidade (*calculabilidade*), que são características da modernidade em Simmel, trazem mais elementos para destacarmos a dupla face da moda.

Simmel (2005) apresenta essa preocupação no ensaio intitulado *As grandes cidades e a vida do espírito* em que fala das pretensões do indivíduo em se diferenciar:

Os problemas mais profundos da vida moderna brotam da pretensão do indivíduo de preservar a autonomia e a peculiaridade de sua existência frente às superioridades da

sociedade, da herança histórica, da cultura exterior e da técnica da vida- a última reconfiguração da luta com a natureza que o homem primitivo levou a cabo em favor de sua existência corporal. (SIMMEL, 2005, p. 1)

Desse modo, o cenário urbano apresenta-se como propício para a diferenciação social por meio da moda. Entram aqui questões referentes à liberdade individual e adesão aos grupos. A chave para o entendimento dessa questão está na relação já apresentada sobre a inserção na massa e a relativa autonomia que o indivíduo preserva ao inserir-se nestas massas. A própria liberdade foi colocada em termos relativos por Georg Simmel (1976), pois liberdade foi empregada não como ausência total de imposições, mas, sim, como possibilidade de escolhas diante de várias opções.

A variedade de opções que a moda permite na sociedade moderna aos indivíduos pode se apresentar a princípio como assustadora e arbitrária. Se pensarmos no número de tendências que são lançadas a cada temporada, a pluralidade de coleções que são preparadas e vendidas no mercado da moda, as combinações e variações que se apresentam quase numa infinidade.⁵ O indivíduo frente a isso, e tendo a oportunidade de

do ritmo da moda o que, como resultado evidente a partir dos desdobramentos do capitalismo e da economia monetária, desencadeariam fluxos cada vez mais contínuos e rápidos das tendências da moda. A verificação desse processo nos dias atuais indica a confirmação da tendência marcada por Simmel. No

⁴ Para esse assunto, ver *Filosofia do dinheiro* e *O dinheiro na Cultura Moderna*.

⁵ É importante destacar que os ensaios de Simmel encontram-se no limiar do século XIX e início do XX. O autor aponta as tendências para a intensificação

escolher qualquer tipo de roupa, entraria em confronto com uma infinidade de opções que deixaria sua seleção com um grau maior de dificuldade. Por esse motivo, a moda tem sua importância resguardada, pois na medida em que o indivíduo já se encontra inserido nela, sua possibilidade de triagem se reduz a algumas poucas opções.

Pode-se pensar na dificuldade em escolhermos o vestuário para determinadas ocasiões em que a opção se apresenta como livre. Com a infinidade de opções de vestes que suportam serem utilizadas, e que esse uso depende de uma ocasião social pré-determinada, pode-se pensar nas diferenças entre uma roupa de festa simples e roupas para ocasiões fúnebres. Quando o indivíduo não tem um parâmetro para se “espelhar” acaba recaiando em uma série de indagações e questionamentos sobre o traje mais adequado. A preocupação com a inadequação e o desafino com o contexto inserido, para o indivíduo, é motivo de mal-estar. Na medida em que o parâmetro é estabelecido de antemão, essa preocupação perde importância e deixa de ser um impasse.

Tudo isso conduz ao argumento que ilustra essa relação em Simmel

momento atual, as marcas de grife não mais respeitam a tradicional divisão de lançamento das suas coleções com base na divisão entre as quatro estações do ano. É comum que uma mesma marca lance várias coleções de modo quase

(2006), quando o autor discute sobre o nível social e o nível individual:

O indivíduo é pressionado, de todos os lados, por sentimentos, impulsos, e pensamentos contraditórios, e de modo algum saberia decidir com segurança interna entre suas diversas possibilidades de comportamento – o que dirá com certeza objetiva. Os grupos sociais em contrapartida, mesmo que mudassem com frequência suas orientações de ação, estariam convencidos a cada instante e sem hesitações, de uma determinada orientação, progredindo assim continuamente sobretudo saberiam sempre quem deveriam tomar por inimigo e quem deveriam considerar amigo. Entre o querer e o fazer, os meios e os fins de uma universalidade, há uma discrepância menor do que entre os indivíduos. (SIMMEL, 2006, p.40).

Então, a massa aponta para a redução de opções que é necessária para o indivíduo no contexto da sociedade moderna urbana, em que as possibilidades são muitas e o indivíduo precisa de respaldo para agir com relativo conforto. *Grosso modo*, em Simmel (2006) a inserção do indivíduo na massa funciona como uma das expressões modernas de redução da complexidade social.

Através do diálogo aqui apresentado, expõe-se a questão a partir do ponto de vista do caráter imitativo da moda, ou para ser mais preciso nos termos de Simmel (2014) “a tendência psicológica para a

simultâneo. Nesses termos, a moda tanto fica mais “obsoleta” de modo mais imediato, como também intensifica os processos de incorporação da moda “lançada” para as diferentes classes sociais.

imitação”; todavia, a imitação é vista não como uma condição monocausal para o surgimento e movimento da moda. Temos uma relação que conectam diversos aspectos da moda, interação, pertencimento e distanciamento, individualidade e homogeneidade. Portanto, a moda apresenta-se com uma relação dual, mas que delineia escopo para entendermos sua importância no contexto da socialização. Passa-se, agora, para discussão à luz do caso empírico dos *rolezinhos*.

“Quanto mais cair na boca do povo, é a marca que eu fujo”

Refletir sobre a moda no seu sentido mais elementar é, a saber, entender a expressão do oferecimento de alguma medida de conforto ao indivíduo, possibilidade de redução no quantitativo de escolhas e o sentimento de pertencimento a uma massa. No entanto, observamos que a relação das diferentes modas não é, a princípio, tão pacífica. O conflito mostra-se como evidente, até mesmo porque esse tipo de tensão configura-se no motor para as mudanças no campo da moda. Mudança no interior dos conteúdos dos trajes que direcionam para o caráter mutável dessa expressão cultural.

A moda como um campo em que o movimento se dá de forma contínua aproveita-se das diferentes apropriações, que geralmente se dão de maneira conflituosa, como combustível para a ininterrupção das suas

transformações. Vale, sobretudo, destacar que mesmo em seus conteúdos marcadamente de distinção de classe, a moda, permite um relativo trânsito, ou seja, flexibilidade, na medida em que se torna disseminada entre as diversas classes. Ou seja, a partir da ordinarização de algum traje da classe mais abastada, os indivíduos pertencentes a essa ordem buscam, a partir de outra moda, elementos de separação daquela veste agora vulgarizada.

É evidente esse movimento, pois não há um padrão de moda atemporal e universal. É perceptível a mudança nas formas dos trajes ao longo dos séculos. Pensando em grandes períodos históricos, a moda evidentemente mudou de maneira substancial e até mesmo se pensarmos em períodos curtos de tempo, observa-se que há uma constante renovação da moda. Mesmo pensando naquela moda que sempre volta, ou, nas tendências que valem para muitas épocas, como por exemplo, o uso de roupas pretas que permanecem no imaginário social como sinônimos de sofisticação e está vinculada a uma ideia de elegância, e que se mantêm nas últimas décadas como algo que aparentemente não sai de moda. Entretanto, a dinâmica da moda não permite um assentamento dos padrões de vestuário por longos períodos, pois a estabilização da moda significaria que os diferentes grupos sociais não estariam em conflitos, ou seja, teriam deixado de lado a disposição à diferenciação que, para Simmel (2014), não tem

cabimento na medida em que a tendência interna do indivíduo é a individuação. O conflito, aqui, é entendido como o movimento de tentativa de distinção, sendo que, essa dinâmica pode ser examinada por meio de bens materiais e culturais.

O caso do *rolezinho* mostra alguns dos atributos da disputa por distinção social no caso da moda. Como já destacado, o fenômeno pode ser compreendido a partir de variados pontos de vista. Através da análise da expressão do movimento no campo da moda, pode-se notar que parte dos constrangimentos frente aos jovens que adentram e se apropriam do ambiente dos *Shoppings Centers* para promoverem suas atividades de socialização, têm relação com o traje desses participantes. Seguimos essa hipótese a partir das seguintes pistas: 1) em primeiro lugar a ojeriza dos “frequentadores tradicionais” dos *Shoppings* no que diz respeito às marcas que os participantes do *rolezinho* utilizam nesses encontros; 2) derivado da primeira expressão, o movimento de distinção sentido tanto pelos responsáveis pelas grifes utilizadas pelos frequentadores como pelos demais frequentadores que não desejam ter sua imagem associada ao *rolezeiros*. De um lado temos o desejo pela não-associação entre a grife e os novos frequentadores do Shopping; por outro, temos a ambição de se distanciar dessa moda agora disseminada. A tensão encontra-se na duplicidade: padrão de grupo e diferenciação social.

Outra dimensão é apontada por Caldeira (2014) e remete-se à aversão de classe e raça presentes na reação contrária ao movimento – para além de questões de mobilidade e consumo, está bastante evidente o desconforto com a situação limítrofe de um ambiente de *indistinção*, a saber:

A expansão do consumo desestabiliza um dos modos mais arraigados de construir hierarquias sociais: o julgamento fácil pelas aparências. O consumo cria certa homogeneidade que mina possibilidades de distinção. Os shoppings que chamam a polícia para correr atrás de jovens são os mesmos que precisam atraí-los como consumidores. Como distinguir a classe de um cidadão da de outro quando vestem produtos semelhantes? O solapamento dos meios fáceis e corriqueiros de estabelecer hierarquias e separações está na base da irritação que muitos exibem em relação à presença de jovens das periferias nos espaços públicos (ou semipúblicos, como os shoppings) das cidades. (CALDEIRA, 2014, p.18)

Para esta análise, houve a necessidade da leitura de algum material sobre o tema: artigos acadêmicos e reportagens sobre o assunto. Elas se encontram no marco temporal do final do ano de 2013 (dezembro) e avançam pelos dois próximos meses do ano de 2014 (janeiro e fevereiro). A amostra de notícias não é significativa, pois, a princípio, não houve fôlego para uma pesquisa mais aprofundada. De todo modo, as limitações do material não impedem que se esbocem algumas notas sobre o assunto. As notícias referem-se ao Estado de São Paulo, tendo como subsídio o dossiê da defensoria pública do mesmo Estado.

Por ser um fenômeno relativamente novo e de difícil identificação no que diz respeito à sua gênese, os *rolezinhos* vêm sendo debatidos na academia sob os mais diversos matizes. Observa-se que há certo consenso em identificá-lo como um fenômeno com origem nos anos de 2012 e 2013. Desse modo, como podemos definir o *rolezinho*? Viana (2014) ressalta que *rolezinho* deriva da palavra “rolê” que, em sua acepção popular, significa dar um passeio. Para o autor, os *rolezinhos* são ampliações desse uso para uma coletividade que, no caso, marcam seus encontros a partir do uso de redes sociais na internet (VIANA, 2014, p. 5). Caldeira (2014) observa o fato que a ideia de “dar um rolê” está arraigada na cultura dos jovens paulistanos da periferia há pelo menos duas décadas (CALDEIRA, 2014, p.14), definição que entra em disputa na medida em que varia o seu ponto de vista. Para os participantes, é um encontro para a diversão; para as autoridades, um encontro que proporciona uma série de incômodos e atrapalha o comércio e os “frequentadores”. Tanto para os comerciantes como para os frequentadores do local esses eventos são causa de incômodo. De modo sumário, para o lugar comum são nesses termos que o *rolezinho* é caracterizado. Nas reportagens jornalísticas, os participantes pouco espaço possuem para apontarem suas opiniões sobre o evento. Porém, para não sairmos do arco proposto deste trabalho – que não são as representações do fenômeno aludido como exemplo – direcionamos o

exame a observância de um atrito no campo da moda expresso na forma de distinção social.

Embora admita que, provavelmente, o objetivo dos *rolezinhos* não tenham sido propositalmente a reprodução de atritos no campo da moda, os resultados práticos destes encontros podem ser compreendidos nessa chave. Isso se deu, principalmente, por conta dos trajes vestidos – quase que uniformemente – pelos participantes. De modo geral, esses indivíduos vestiam-se com base na roupa da moda, isto é, de grifes famosas no contexto de consumo brasileiro de vestuário. Do tênis aos bonés, esses participantes apresentam esse vestuário apropriado de forma singular e, marcadamente, indicativa daquele grupo pertencente.

Poder-se-ia pensar por um lado que as grifes se interessariam por esse novo mercado consumidor que acessa seus produtos. Porém, isso não se conforma como resultado produtivo para uma mercadoria que se encarece na medida em que se torna um objeto raro. Quer dizer, parte do valor do produto – no caso, as roupas de grife – está atribuída à sua exclusividade. O que levou muitas marcas a tentarem se distanciar

desse novo público.⁶ Não são todas as marcas que vendem para a massa em geral. Uma parcela da indústria da moda usa do argumento da exclusividade, do restrito, do raro, para aumentarem os valores de suas mercadorias. Se suas marcas entrarem “na boca do povo”, aproveitando um ditado popular que indica uma generalização de algum assunto para a massa, essas marcas perdem os aspectos distintivos dos seus produtos. Como resultado dessa distinção, observam-se consequências das mais díspares, a mais recorrente é a perda daquele setor da sociedade que consumia seus produtos.

Se voltarmos à discussão teórica neste artigo, há um nexos fundamental diante do que está sendo proposto. Simmel (2014) entende a moda como um processo, que implica norma social e diferenciação social, fundamentalmente porque a contextualiza como moda de classe. Outro sociólogo, Pierre Bourdieu (1983), trabalha com essa relação, mas conceitua a moda como um campo. Cabe citar o que o autor entende como campo:

Chamo de campo um espaço de jogo, um campo de relações objetivas entre indivíduos ou instituições que competem por

um mesmo objetivo. Neste campo particular que é o campo da alta costura, os dominantes são aqueles que detêm em maior grau o poder de constituir objetos raros pelo procedimento da 'griffe'; aqueles cuja 'griffe' tem o maior preço. (BOURDIEU, 1983).

Simmel não destaca a questão nos mesmos termos, porém, há um traço em comum entre os dois autores, principalmente no que diz respeito ao movimento do “campo” da moda. Quase como uma síntese entre Simmel (2014) e Bourdieu (1983) obtém-se as ênfases no movimento de distinção social com destaques semelhantes nos atores responsáveis pela transformação. Aos atores que conduzem essa dinâmica, cumprem peso decisivo as classes intermediárias da sociedade. O protagonismo dado às posições médias se justifica na medida em que essa classe se diferencia por sua posição de relativa estabilidade financeira em relação aos faixas inferiores na estratificação social. Por estarem em uma posição privilegiada na justaposição social, aproveitam-se do seu relativo poder econômico para adquirir os símbolos da classe mais elevada, dessa forma, tanto se distinguem das inferiores, como também se aproximam das superiores. As classes superiores, ao observarem

⁶ No artigo publicado por Camila Neumann no editorial do jornal UOL com o título Marcas de grife têm vergonha de seus clientes mais pobres, diz Data Popular, há os indicativos para o movimento de dissociação entre as marcas de grife e os frequentadores do *rolezinho*. O Instituto Data Popular, notadamente caracterizado pela especialização em estudo de mercado, aponta que algumas marcas (sem mencioná-las) o procuraram em busca de formas de dissociar o

nome da marca desses encontros ocorridos nos *Shopping Centers*. Ver em As marcas de grife têm vergonha de seus clientes mais pobres, diz Data Popular, dia 03 de fevereiro de 2014. In: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/02/03/marcas-de-grife-tem-vergonha-de-clientes-mais-pobres-diz-data-popular.htm>, último acesso em: 17 de agosto de 2017.

esse movimento de aproximação aos seus símbolos de status, adquirem outros tipos de bens, distinguindo-se, assim, da classe média ascendente. O movimento do campo da moda se dá nesses termos, ou seja, o movimento é garantido por essa disputa simbólica entre as diferentes classes.

Note-se então que a leitura que propomos aqui do fenômeno do *rolezinho* de muito se aproxima dessa exposição teórica apresentada por Simmel e Bourdieu. Os grifos são na apropriação do vestuário por uma classe e o movimento de distanciamento desse símbolo por outra classe. Observa-se por meio da leitura dos materiais utilizados para este ensaio que há uma antipatia das classes médias estabelecidas contra a apresentação da vestimenta dos participantes do *rolezinho*. O título dessa seção ilustra uma das falas de uma frequentadora do *Shopping*. Caldeira (2014) destaca que as transformações na lógica da inclusão e do consumo propiciam uma mudança na postura dos jovens da periferia que agora: “[...] Mais ainda, os jovens da periferia cada vez circulam mais, não para ir humildemente ao trabalho, como sempre fizeram os trabalhadores, mas para se divertir, mostrar seu estilo, ostentar seus óculos Oakley e tênis Nike” (CALDEIRA, 2014, 15).

Dessa forma, é razoável pensarmos algumas consequências. A diminuição do valor dos seus produtos que tinham como elementos que

agregavam valor a raridade e a restrição, ou seja, não ser um produto acessível a todos acarreta em conflitos tanto na esfera dos consumidores como dos detentores de tais marcas. A mudança de postura do jovem que antes não acessava determinadas arenas de consumo e, conseqüentemente, não incomodava a classe estabelecida na faixa média da distribuição econômica expressa a tensão da apropriação de símbolos na sociedade capitalista.

Nesse contexto, o movimento de distanciamento de parte do setor de roupas de grife frente aos participantes dos *rolezinhos* pode ser mais bem compreendido no intuito da tentativa de garantia do valor de raridade dos seus produtos que, com a popularização, perdem em sentido duplo: pelo ponto de vista do valor de raridade e pelo abandono dos públicos mais abastados.

O *rolezinho*, além de aglomerar uma quantidade razoável de participantes em um ambiente restrito, o *shopping*, tem ampla publicidade (a partir das redes sociais) e tornou-se um fenômeno de grande visibilidade social. Os meios de comunicação o noticiam com frequência e as redes sociais funcionam como facilitadores para a promoção dos eventos. Assim, dadas as facilidades de publicidades, os vestuários exibidos nesses encontros ganham relativa difusão no contexto brasileiro.

Nessa situação, a dinâmica da moda apresenta-se de maneira perceptível. A aversão de algumas classes da sociedade e também de algumas marcas de roupas explicita a dinâmica conflituosa da moda. De um lado temos os agentes que querem adquirir novos bens que, até então, não tinham acesso, para se distinguirem de outras classes. Por outro lado, temos uma classe que estava estabelecida até então em uma posição de privilégio em relação às outras, e veem nessa nova configuração um aspecto que coloca em perigo seus símbolos de distinção e que, portanto, seguirão em busca de novos diferenciadores.

O fato de os *rolezinhos* terem como ambiente o *shopping center* só torna essa questão mais complexa, porém, indicativa da permanência de um estado atual do capitalismo⁷. O shopping em nossa sociedade é o templo máximo do consumo. Novamente, retomo um aspecto notado por Benjamin (2015), autor com grande influência de Simmel. Em um fragmento denominado *Capitalismo como religião*, Benjamin aponta um valor de culto ao sistema capitalista e vê características religiosas nesse modo de produção. Não seria o *shopping center* o ambiente para o culto ao deus mercado? A resposta não será dada neste artigo para não

⁷ Neste ensaio, o *Shopping Center* é marcado como o *locus* por excelência da disputa por distinção e diferenciação social, sobretudo pela maior decorrência dos *rolezinhos* nesse ambiente. De todo modo, é possível dizer que essa interação conflituosa esteja presente nos mais variados locais. Na perspectiva de Simmel, a sociedade existe na medida em que os encontros entre indivíduos

fugirmos muito do tema proposto, mas é sintomático que as disputas por distinção social possam ter como palco o ambiente mais simbólico da sociedade do consumo.

Pois bem, cabe ressaltar outro aspecto da explicação Simmeliana que se mostra interessante tendo em vista a análise do *rolezinho*. Simmel (2014) observava a necessidade de se produzirem artigos cada vez mais baratos, para assim alcançarem uma maior quantidade de consumidores. Essa análise está vinculada a uma sintonia entre o campo da moda e a produção industrial: no momento em que Simmel faz essas observações, tem-se um processo de aceleração da produção que aponta essa tendência. E, de fato, se pensarmos essa aceleração como uma tendência do capitalismo atual, o argumento sobre uma aceleração da produção rumo a uma massificação da produção da moda, ganha escopo para pensarmos o fenômeno do *Fast-Fashion*, que pode ser caracterizado pela produção vertiginosa no mundo da moda.

Mas também observamos uma restrição, como exposto anteriormente, de alguns nichos da economia da moda para a massificação, pois eles possuem como elemento de acréscimo de valor, justamente a raridade

se configuram, marcadamente, em manifestações de formas de sociação, isto é, interação entre os indivíduos. Com objetivo de realçar a manifestação conflituosa a partir da essência da moda na sociedade de classes, não entraremos em âmbitos mais abrangentes da questão que, evidentemente, se tem a necessidade de estudos mais aprofundados e extensivos sobre o tema.

dos seus produtos. Pode-se pensar o quanto aumentou o grau de aceleração da produção, mas não temos uma relação direta entre a demanda por bens e uma massificação dos mesmos.

Essas anotações baseadas na dinâmica da economia da moda possuem inúmeras características que emaranham sua análise. Por esse motivo, o *rolezinho* se apresenta como interessante para pensarmos esse movimento dentro do campo. Nas palavras de Simmel (2008):

Logo que as classes inferiores começam a apropriar-se da moda, ultrapassando assim a fronteira instituída pelas superiores e rompendo, destas, a homogeneidade da co-pertença assim simbolizada, as classes superiores desviam-se para outra, graças à qual de novo se diferenciam das grandes massas, e na qual o jogo mais uma vez se inicia. (SIMMEL, 2008).

Essa passagem, em tudo significativa, é considerável para creditarmos a dinâmica de apropriação de símbolos da moda como também uma dimensão importante para se compreender o fenômeno. O conflito de classe existente é bastante evidente e os desdobramentos são dos mais diversos. Em alguns lugares os *rolezinhos* foram impedidos de acontecerem, em outros, liminares judiciais impediram a entrada de menores desacompanhados em *Shoppings Centers*. Ou seja, o conflito extrapolou para além do âmbito das diferentes classes sociais, afetando outras esferas da sociedade. Todavia, como apresentado no início do

artigo, são necessárias outras pesquisas para que se compreenda tudo que o fenômeno dos *rolezinhos* abarcou.

Dos níveis individuais aos níveis coletivos: a importância da Sociologia da Moda de Georg Simmel

É de notar que o presente ensaio partiu do esforço de movimentação conduzindo-se do nível teórico e abstrato em direção à análise de um caso empírico e específico. Das formas elementares da personalidade nos escritos de Simmel e a tendência à associação ao grupo, para os indicativos de disputa de classe pela distinção social no caso do *rolezinho*. O percurso percorrido mostrou-se fértil para a reflexão sobre o tema, porém, novamente reafirmando, há a necessidade de estudos mais amplos. De todo modo, destaca-se que há aqui pistas e indícios para investigações mais aprofundadas sobre o tema da sociologia da moda. No que diz respeito ao contexto mais amplo da questão, as características do ambiente da cidade urbana são fundamentais para a análise da diferenciação e homogeneização dos indivíduos na modernidade capitalista. Na contemporaneidade, observa-se a desvinculação dos indivíduos dos antigos costumes tradicionais, que eram presentes no contexto da pequena cidade. A rigidez desses costumes encontra novo entendimento e significado no contexto da

grande cidade e, assim, o indivíduo se apresenta com um maior grau de liberdade para agir. É nessa direção que Simmel aponta suas lições de sociologia.

Entretanto, como ressaltado durante o ensaio, essa liberdade do indivíduo acontece somente em parte, pois com a infinidade de estímulos do contexto urbano tem-se a necessidade do amparo em alguma coletividade social. Por esse motivo, o grande debate da sociologia simmeliana entre a inserção em uma coletividade e as maneiras de preservação da individualidade dentro desse contexto. Percebe-se a grande preocupação com a manutenção dessa individualidade, mas também a necessidade do indivíduo de ter alguma espécie de apoio de um determinado grupo. Um sentido duplo no qual a investigação sociológica deve estar atenta.

É de interesse principal das reflexões de Simmel essa dualidade entre o social e o coletivo. A moda, nessa perspectiva, se apresenta como um campo aberto para a reflexão sociológica. Que parte do nível da sociologia cotidiana, mas conecta-se com o todo na medida em que se torna expressão do campo de luta pela diferenciação social entre as classes. Como exibido aqui, ela aponta para uma dinamização social, tanto econômica - como no caso da indústria da moda - como também no caminho para fornecer aportes objetivos para os indivíduos se diferenciarem, mas na mesma medida em que se equalizam. Um

processo dual e ambíguo que resguarda em si as características singulares da modernidade.

O exemplo dos *rolezinhos* é particularmente ilustrativo para o entendimento de ambas as questões. Se por um lado, nota-se a dinâmica da indústria da moda para manter um determinado grupo de consumidores, e, conseqüentemente, dissociar sua imagem da classe social emergente que vê a aquisição de seus produtos como uma forma de distinguir-se socialmente, por outro lado temos outra reação, esta surge entre os consumidores tradicionais dessas marcas, pois, ao observarem a massificação dos produtos que até então viam em sua aquisição um modo de distinguirem socialmente, passam então a desenvolver um sentimento de aversão a determinadas marcas que se “popularizaram”.

Certamente, essa dinâmica do campo da moda apresenta-se como relevante para o indivíduo inserido no contexto moderno, pois, além das questões referentes à inserção do indivíduo à massa, a moda também o liberta das escolhas. Sem o auxílio da moda o indivíduo encontrar-se-ia em um universo de inumeráveis possibilidades de escolha. A moda aparece justamente para diminuir todas essas possibilidades de escolha e dar ao indivíduo tranquilidade nas escolhas diárias.

Simmel (2005) explicita melhor essa questão em seus ensaios que se referem à liberdade individual:

Depois da libertação principal do indivíduo das correntes enferrujadas da corporação, do estamento por nascimento e da igreja, o movimento segue adiante, no sentido em que os indivíduos tornados autônomos querem agora distinguir-se entre si. O importante aqui não é mais o indivíduo livre como tal, mas que este é, precisamente, aquele único e distinto. A procura moderna pela diferenciação ganha com isso uma diferenciação que desmente a forma imediatamente anterior, sem que essa contradição permita enganos quanto à identidade do impulso primordial. (SIMMEL, 2005, p. 112).

No caso explicitado, a moda está relacionada a um estilo de vida específico. Os estilos de vida aparecem aqui como uma possibilidade dos indivíduos se inserirem no ambiente da modernidade e cultivarem algum grau de personalidade. Evidentemente, de todo exposto até o momento, da forma dual como destacada por Simmel.

Dessa maneira, os processos constitutivos no âmbito da moda não implicam somente em uma questão puramente da apresentação estética dos indivíduos, mas também oferece símbolos para entenderem-se alguns aspectos de sua vida privada, e como consequência, a distinção social. Portanto, o presente ensaio abre espaço para uma série de outras indagações.

Para concluir, resalto que o problema da relação entre indivíduo e

sociedade perpassa grande parte das reflexões de Simmel. Este ensaio apresentado aqui explicitou alguns argumentos e fios-condutores para outras pesquisas mais aprofundadas com base na obra de Simmel. O autor traz à luz discussões atuais para a pesquisa sociológica. Sua sociologia que parte de situações restritas, mas se expande rumo a uma reflexão abrangente do social, o coloca ao lado dos grandes autores da sociologia clássica. Por sua sociologia criativa e desenvolta, Simmel nos propõe *insights* importantes para a investigação da vida cotidiana. É o que se costumeiramente diz de um autor clássico: mesmo com o passar do tempo, ainda nos fornece escopo para discussões da época presente.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Paris do segundo império. _____. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Obras escolhidas III. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. *Capitalismo como Religião*. Boitempo Editorial, 2015.

BOURDIEU, Pierre. 1983. *Alta costura e alta cultura*. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 154-161.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Qual a novidade dos rolezinhos? Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo*. Novos Estudos-CEBRAP 98 (2014): 13-20.

KHOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Estilos de vida e individualidade*. Horizontes antropológicos. Porto Alegre, vol.16, n.33, jun.2010, p.41-53.

SCHUMER, Fernanda e Miranda, Pires. *Marcas de luxo versus comportamento dos consumidores jovens*. Revista Científica digital FAETEC. Rio de Janeiro- RJ. Ano VII- V. I. 2º semestre de 2015.

SEVERI, Fabiana Cristina & FRIZZARIM, Nickole Sanchez. *Dossiê Rolezinhos: Shopping Centers e violações de direitos humanos no Estado de São Paulo*. Ribeirão Preto: Faculdade de Direito Ribeirão Preto. FDRP/ USP, 2015.

SIMMEL, Georg. *As grandes cidades e a vida do espírito (1903)*. Mana, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.

_____. *Filosofia da moda e outros escritos*. Edições textos & Grafia. Tradução: Artur Mourão. Lisboa, fevereiro de 2008. 1º impressão. p. 1-30. Disponível em: <http://www.martinsfontespaulista.com.br/anexos/produtos/capitulos/519464.pdf>

_____. *A mulher e a moda*. Tradução: Artur Mourão. Trecho do ensaio Philosophie der Mode, 1905. p.1-8.

_____. O âmbito da sociologia. In: *Questões fundamentais de sociologia: Indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2006. P. 7-38.

_____. O nível social e o nível individual (exemplo de sociologia geral). In: *Questões fundamentais de sociologia: Indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2006. p. 39-59.

_____. A Sociabilidade. In: *Questões fundamentais de sociologia: Indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2006. P. 59-82.

_____. *Filosofia Del Dinero*. Madrid, 1976.

SOUZA, Jessé e BERTHOLD, Oelze. O indivíduo e a liberdade. In: _____. *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1º reimpressão, 2º edição, 2014, pp.107-115.

_____. Da Psicologia da Moda: Um estudo sociológico. In: _____. *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1º reimpressão, 2º edição, 2014, pp.159-168.

_____. O Dinheiro na cultura Moderna. In: _____. *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora



Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2ª edição, 2014, pp.23- 40.

VIANA, Nildo. *O significado dos rolezinhos*. Revista Posição, v. 1, n. 1, p. 4-8, 2014.

WAIZBORT, Leopoldo. *Georg Simmel Sobre a Moda – uma aula 1*. IARA: Revista de Moda, Cultura e Arte. São Paulo – v.1 n.1 abr/ago. 2008. p.1-21.

_____. *Elias e Simmel*. Dossiê Norbert Elias/Frederico Neiburg...[et. al]; Leopoldo Waizbort (org.). – 2.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Reportagens Online:

KREPP, ANA. *'Rolezinhos' surgiram com jovens da periferia e seus fãs*. Folha de São Paulo. 15/01/2014 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1397831-rolezinhos->

[surgiram-com-jovens-da-periferia-e-seus-fas.shtml](#)

NEUMAN, Camila. UOL São Paulo. 03/02/2015. Marcas de grife tem vergonha de seus clientes mais pobres. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/02/03/marcas-de-grife-tem-vergonha-de-clientes-mais-pobres-diz-data-popular.htm#fotoNav=9>

PORTUGAL, Mirela. Exame.com. Editora Abril On-line. 22/01/2014. *Marcas de luxo usadas em rolezinho saem prejudicadas?* Disponível em: <http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/quando-as-marcas-saem-para-dar-um-rolezinho>

REDE GLOBO – PORTAL G1. Conheça a história dos *rolezinhos* em São Paulo. Globo São Paulo. 14/01/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/conheca-historia-dos-rolezinhos-em-sao-paulo.html>



Sociologia, modernidade e individualismo em Georg Simmel – Um estudo a partir da *Filosofia do Dinheiro*

Iago Vinicius Inacio*

* Bacharel em Sociologia, Universidade de Brasília (UnB)

Resumo: O presente artigo consiste num estudo sobre a *Filosofia do Dinheiro*, de Georg Simmel, a partir da análise das teorias da modernidade e do individualismo elaborada pelo intelectual alemão, demonstrando como a concepção simmeliana do moderno encerra reflexões críticas sobre as condições de existência dos indivíduos nessa época. Nesse sentido, este artigo se subdivide em cinco itens: no primeiro, analiso alguns pressupostos metodológicos de Georg Simmel que impactam na sua concepção de sociologia e na sua definição das relações entre o dinheiro e o processo de diferenciação, crucial para compreender a sua teoria do individualismo; no segundo, analiso as relações entre economia monetária e liberdade individual no âmbito do moderno; no terceiro, analiso a relação entre economia monetária e estilo de vida; no penúltimo item, prossigo as reflexões acerca da concepção simmeliana de estilo de vida, tendo em vista apreender as relações entre seus pressupostos epistemológicos e a sua teoria do individualismo, que contém elementos de crítica à modernidade; o último item contém as considerações finais do artigo, que demonstram como a teoria simmeliana da modernidade encerra uma teoria do individualismo, que enseja a sua crítica da modernidade enquanto a época da tragédia da cultura, na qual subsiste um abismo entre a cultura dos sujeitos e a cultura dos objetos.

Palavras-chave: Georg Simmel; individualismo; modernidade; teoria sociológica clássica.

Abstract: This work aims to analyze the theories of modernity and individualism elaborated by Georg Simmel in his book *Philosophy of Money*, demonstrating how the simmelian conception of the modern contains critical reflections on the individuals' existence conditions in this time. In this sense, this article is subdivided into five parts: in the first, I analyze some methodological assumptions of Georg Simmel that impact on his conception of sociology and on his definition of the relations between money and the process of differentiation, crucial for understanding his theory of individualism; in the second, I analyze the relations between monetary economy and individual freedom in the realm of the modern; in the third, I analyze the relation between monetary economy and "lifestyle"; in the penultimate part, I continue the reflections on the simmelian conception of "lifestyle", in order to apprehend the relations between its epistemological assumptions and its theory of individualism, which contains elements of criticism of modernity; the last item contains the final considerations of the article, which demonstrate how the simmelian theory of modernity contains a theory of individualism, which raises its critique of modernity as the epoch of the "tragedy of culture", in which an abyss exists between the culture of the subjects and the culture of objects.

Keywords: Georg Simmel; individualism; modernity; classical sociological theory.

No presente trabalho, analiso a teoria da modernidade de Georg Simmel a partir da leitura crítica da *Filosofia do Dinheiro*, livro no qual o autor apresenta “os postulados que, na constituição psíquica, nas relações sociais, na estrutura lógica das realidades e dos valores, atribuem ao dinheiro seu sentido e posição prática” (2009, p. 14). Nessa obra, o autor analisa o dinheiro enquanto “meio, material ou exemplo necessários para apresentar as relações entre, de um lado, os fenômenos mais exteriores, mais realistas, mais acidentais e, de outro, as potencialidades mais ideais da existência, as correntes mais profundas da vida individual e da história” (Ibid., p. 16). A importância da *Filosofia do Dinheiro* consiste, como se pode inferir a partir desta citação retirada de seu “Prefácio”, em analisar o dinheiro enquanto o conciliador da exterioridade e a substância interior. Este aspecto indica que a obra ultrapassa a economia enquanto disciplina e busca conexões entre o econômico e o psíquico.

A busca de conexões entre a exterioridade e a interioridade faz da *Filosofia do Dinheiro* uma obra que devota considerável atenção aos processos de diferenciação, que separam sujeito e objeto, e às condições de existência dos indivíduos no estilo de vida moderno. Assim, a obra consiste numa teoria da modernidade, na medida em que estabelece a relação entre a economia monetária e o ápice do processo de diferenciação. O caráter moderno das sociedades que partilham o estilo

de vida que tem no dinheiro a sua (ou uma de suas) gênese(s), leva Simmel a opor, em vários momentos do livro, as sociedades modernas a outras formas sociais que as precedem (como a Antiguidade Greco-romana, o período medieval, os povos primitivos da América do Sul e da Austrália, dentre outros) – de modo que esse estilo repercute sobre as vidas individuais e sobre a vida coletiva, o que permite o surgimento de novas relações de dependência, mais impessoais, com o correspondente aumento da liberdade individual. Por essa razão, a *Filosofia do Dinheiro* é, enquanto uma teoria da modernidade, uma teoria do individualismo, ou seja, das condições de existência dos indivíduos num período definido como o cume do processo de diferenciação e da liberdade individual que dele deriva, associados, por sua vez, ao desenvolvimento da economia monetária.

Com base nesses aspectos da *Filosofia do Dinheiro*, analiso, respectivamente, os seguintes temas: 1) a concepção de sociologia de Georg Simmel, tal como exposta em “O problema da sociologia” – originalmente publicado em 1894 e, posteriormente, inserido como primeiro capítulo da *Sociologia*, de 1908 –, o modo como a *Filosofia do Dinheiro* absorve as indagações no primeiro ensaio e seu impacto sobre a teoria de Simmel no que diz respeito ao processo de diferenciação; 2) as relações entre economia monetária, diferenciação e liberdade individual; 3) a teoria da modernidade de Simmel, que,

valendo-se dos dados a serem apreendidos nos itens anteriores, aponta a relação entre economia monetária e o estilo de vida das sociedades modernas, de modo a realçar as condições de existência dos indivíduos; 4) as implicações dos seus pressupostos epistemológicos na apreensão dos meandros da individualidade no âmbito do moderno, fundamento para a sua crítica da modernidade. Baseado nestes temas, busco expor de que modo a teoria da modernidade de Simmel, que guarda pressupostos caros à filosofia e à sociologia¹, engloba uma teoria do individualismo, ou seja, a autonomização das personalidades individuais e suas condições de existência, opostas às relações de outros períodos.

I

A concepção de sociologia de Simmel tem como fundamento, tal como outras ciências que buscam compreender os fenômenos históricos, a ação recíproca dos indivíduos. Contrapondo-se à concepção relativista, que defendia que a sociologia seria a ciência de tudo que é humano, Simmel defende uma nova definição de sociedade, que embasaria, por

¹ Vale ressaltar que a relação entre sociologia e filosofia em Georg Simmel não consiste numa separação radical; ao contrário, a sociologia simmeliana é pautada pelo diálogo com a tradição filosófica.

sua vez, uma nova visão de sociologia, a partir da distinção entre forma e conteúdo da sociedade. A sociedade consiste, portanto, na ação recíproca de vários indivíduos que nasce de certas pulsões ou com vistas a alcançar determinados fins (cf. SIMMEL, 2013, p. 43). De acordo com o autor, os conteúdos da sociação (*Vergesellschaftung*) – “pulsões, interesses, objetivos, tendências, estados e movimentos psíquicos, podendo engendrar um efeito sobre os outros ou receber um efeito deles” (Ibid., p. 44) – tidos como a matéria da sociação, não são por si mesmos *sociais*. Ao contrário, a sociação “é, portanto, a forma, de inumeráveis e diversas realizações, na qual os indivíduos constituem uma unidade fundada sobre esses interesses [...] e no interior da qual esses interesses se realizam” (Ibid., *ibid.*).

A sociologia, enquanto um método novo para o estudo da vida social, deveria se debruçar sobre as formas de sociação. Tendo em vista a delicadeza da questão, Simmel reconhece que as formas e os conteúdos da sociação, que, em qualquer situação histórica concreta, aparecem inextricavelmente associados, podem ser separados pela abstração científica da sociologia. O fato de tomar como objeto as formas de sociação definiria a sociologia enquanto ciência autônoma, visto que as

outras ciências estudam os conteúdos da vida social. Algumas formas de sociação analisadas pelo autor em *Sociologia* [1908] são: o conflito, o pobre, as formas dominação e subordinação, a fidelidade e a gratidão, o estrangeiro, a determinação quantitativa do grupo, dentre outros.

Outros três aspectos da concepção simmeliana de sociologia são fundamentais, como veremos, para as reflexões do presente estudo. Simmel realça a importância dos fatos microsociológicos, que produzem a sociedade e a revelam em seu estado nascente, sendo, portanto, peças fundamentais para a sociação, que “nos ligam sem cessar aos outros” (Ibid., p. 56). Essa atenção aos aspectos “microscópicos” da vida social pode ser observada, por exemplo, na breve análise que o autor realiza num pequeno trecho do capítulo terceiro (“Sociabilidade”) de *Questões fundamentais de sociologia*, no qual Simmel reflete sobre a importância da forma da conversa para a sociabilidade (cf. SIMMEL, 2006, pp. 74-77).

A concepção simmeliana de sociologia também se caracteriza por não apartar a sociologia da psicologia, tal como Durkheim o fez em suas formulações. Isso não significa que Simmel afirme a indistinção entre as duas ciências, mas que, ao considerar que os fatos da sociação são fenômenos psíquicos produzidos historicamente, deve-se ter em mente que a sua compreensão recorre a categorias psicológicas.

Por fim, a sociologia simmeliana considera dois campos filosóficos para a delimitação do conhecimento sociológico: a epistemologia e a metafísica (SIMMEL, 2013, pp. 61-62).

Tendo em vista essa breve síntese da concepção de sociologia de Simmel, observemos como *Filosofia do Dinheiro* absorve essas questões, de modo que se possa reconhecer que essa obra também possui contribuições à sociologia, ainda que este não seja seu propósito metódico. Para tanto, passemos às reflexões do autor acerca do processo de diferenciação.

No primeiro capítulo da *Filosofia do Dinheiro*, “O valor e o dinheiro”, Simmel expõe os fundamentos da sua teoria do processo de diferenciação, que separa sujeito e objeto. De acordo com o autor, o início da vida psíquica caracteriza-se pela indiferenciação entre sujeito e objeto, de modo que, originalmente, não há uma separação radical entre ambos. Para demonstrar esse fenômeno, Simmel opõe a Antiguidade e os Tempos Modernos:

Essa relação evolucionista entre o sujeito e o objeto se reproduz finalmente na escala mais vasta: o universo intelectual da Antiguidade clássica difere principalmente dos Tempos modernos quanto ao fato de estes últimos serem os únicos a conceber a inteira profundidade e a acuidade da noção do eu – que culmina na importância, estranha à Antiguidade, do problema da liberdade –, assim como a autonomia, a força da noção de objeto, tal como ela se

expressa a partir da ideia das leis invioláveis da natureza (Ibid., p. 28).

É interessante observar que neste trecho do início do livro, Simmel já estabelece uma relação desenvolvida nos capítulos da segunda parte da obra: a questão da liberdade e a “profundidade e a acuidade da noção do eu”, que leva ao desenvolvimento da individualidade. O ato de mencionar esses aspectos já marca *Filosofia do Dinheiro* como a obra em que Simmel apresenta a sua teoria da modernidade e, por conseguinte, a teoria do individualismo.

Simmel defende que sujeito e objeto nascem do mesmo ato – o ato voluntário, mas não em qualquer vontade, senão a partir do *desejo*, no qual o conteúdo desejado se transforma em objeto, de modo que: “O objeto assim estabelecido, caracterizado pelo seu distanciamento do sujeito, que o desejo deste constata ao buscar suplantá-lo – é para nós um valor” (Ibid., p. 31). Esse distanciamento do objeto desejado em face do sujeito que deseja leva à diminuição dos afetos e à representação do que é objetivo em si (cf. Ibid., p. 37). A partir dessa distância, forma-se a consciência do eu. De acordo com o autor, o sentido do distanciamento dos objetos frente aos sujeitos é que ele seja superado: “Distanciamento e aproximação são, também na ordem prática, noções correlatas, uma supondo a outra e ambas formando os

aspectos dessa relação com as coisas que, subjetivamente, nós chamamos desejo, e objetivamente seu valor” (Ibid., p. 44).

O processo de diferenciação, que ocorre a partir da formação do valor dos objetos, intensifica-se, segundo o autor, nas economias plenamente desenvolvidas, pois forma-se uma espécie de “império objetivo” das coisas face ao indivíduo. A compensação entre duas coisas faz com que “a determinação do valor, pela sua relatividade, as objective” (Ibid., p. 49). Sendo assim, a objetividade da vida econômica, cujos movimentos são realizados além dos indivíduos, tem sua validade para os sujeitos realizada na troca. Se considerarmos esta ênfase na troca enquanto “medida objetiva das valorações subjetivas, que não lhes é anterior, o todo consistindo num único ato” (Ibid., p. 52), pode-se estabelecer uma ligação entre a concepção simmeliana de sociologia e a sua *Filosofia do Dinheiro*. De acordo com Simmel:

É necessário levar em consideração que a maioria das relações entre os humanos podem ser reunidas na categoria da troca: *ela representa a interação ao mesmo tempo mais pura e mais intensa, constitutiva da vida humana em termos de matéria e de conteúdo*. [...] Seguramente, interação e troca representam a mesma noção, no sentido mais amplo e mais estrito do termo. Enquanto nosso destino natural faz de cada dia um contínuo de ganhos e perdas, de fluxo e refluxo de conteúdos vividos, ele se espiritualiza na troca, quando, conscientemente, uma coisa é substituída por outra (Ibid., p. 53, grifo nosso).

A troca econômica é vista, por Simmel, como um fator social, que promove a interação entre os indivíduos, podendo ser encarada como uma forma de sociação nos termos propostos pela sociologia simmeliana. Sendo uma interação, ela apresenta como um fenômeno psíquico, que tem repercussões na vida individual, que busca superar os sacrifícios que se interpõem entre os seus desejos e os objetos econômicos. Além disso, a fixação dos conteúdos da troca é uma garantia da sociedade, na medida em que engendra uma regulamentação propriamente social, o que confere à troca o caráter de uma “figura sociológica *sui generis*” (Ibid., p. 81).

Tendo em vista que o valor econômico se estabelece ao se considerar os sacrifícios interpostos entre o desejo subjetivo e o objeto, Simmel realça que a condição da troca é a igualdade do valor. Assim, a formação do valor é, em si mesma, fundada na relatividade, ou seja, no ato de comparar os sacrifícios aos quais os indivíduos envolvidos na troca se submetem para conseguir os objetos desejados. Sendo assim, há um fundamento objetivo capaz de igualar os valores dos objetos econômicos quando se iguala os sacrifícios para obtê-los.

O dinheiro representa o ápice da relatividade entre os objetos, pois “se o valor econômico dos objetos reside na relação de troca que eles tecem, o dinheiro é a expressão dessa relação até a sua autonomia” (Ibid., p.

110). O dinheiro possui, além disso, caráter dual, de modo a expressar a relatividade das coisas e ser ele mesmo um valor, o que indica que ele não se desloca do mesmo modo que, na sua ausência, a mudança do preço de um objeto indica a mudança na relação entre eles. No que concerne ao dinheiro:

seu mais ou seu menos é o deslocamento do qual ele se trata, abstraído dos seus suportes e assumindo a forma de uma expressão autônoma. Esta posição do dinheiro forma uma unidade com o que, sob o ângulo da qualidade interior, se qualifica como justamente a sua ausência de qualidade e individualidade (Ibid., p. 114).

Esses aspectos constituem a indiferença do dinheiro, o que o torna o ponto último de uma série evolutiva que tem como polos o individual (que não tolera nenhuma trocabilidade) e o funcional (trocabilidade indistinta). O dinheiro ocupa, portanto, o lugar da mais pura funcionalidade; além disso, representa o ápice do processo de diferenciação, devido à sua indiferença e ao fato de ocupar o lugar da pura funcionalidade que lhe permite representar a relatividade do valor das coisas.

Vejamos no item a seguir os efeitos desse processo – associado ao desenvolvimento da economia monetária – sobre a vida individual, em especial sobre a questão do aumento significativo da liberdade,

reflexões contidas no capítulo quarto da *Filosofia do Dinheiro* - “Liberdade individual”.

II

O que evidencia que a economia monetária promove a liberdade individual é a passagem do fundamento subjetivo ao fundamento objetivo dos negócios. Este fenômeno leva, por sua vez, a uma nova forma de interdependência. Nesse sentido, o desenvolvimento da *personalidade*, conceito fundamental para compreender a teoria de Simmel sobre a liberdade, é um aspecto central. Simmel aponta como fenômeno crucial a passagem da pessoa à personalidade. A personalidade consiste numa unidade relativa, tornada real pelo fato de unificar múltiplos elementos e determinações que, se tomados isoladamente, são objetivos, ou seja, não são capazes de definir a própria personalidade que, segundo o autor, “confere a cada traço particular o caráter de personalidade subjetiva” (SIMMEL, 2009, p. 362). Nesse sentido, Simmel continua: “A misteriosa unidade da alma não é diretamente acessível à nossa faculdade de representação, ela deve num primeiro momento ser quebrada em múltiplas seções, cuja síntese, em seguida, permitirá designá-la novamente como esta unidade

determinada” (Ibid., pp. 362-363). Assim, a economia monetária, ao desenvolver quase por completo a personalidade assim determinada, faz com que as relações entre os indivíduos ponham em contato apenas alguns traços da personalidade. Por esse motivo, Simmel remete ao fato de dependermos de pessoas enquanto entregadores e trabalhadores, por exemplo, mas não de determinadas *personalidades*. Isto está relacionado ao fato de dependermos de um número cada vez maior de pessoas. Com base nisso, Simmel qualifica a evolução geral do seguinte modo: dependência de um número maior de pessoas e independência da personalidade, processo que se potencializa com a divisão do trabalho (cf. *ibid.* p. 363).

A importância do dinheiro nesse processo consiste no seguinte aspecto: “o dinheiro, pela sua flexibilidade e sua divisibilidade infinitas, torna possível essa multiplicidade das dependências econômicas e, por outro lado, ele favorece, pela neutralidade de sua essência, a supressão do elemento pessoal nas inter-relações humanas” (Ibid., p. 364). Esses traços opõem, segundo Simmel, a economia monetária às economias primitivas e antigas, cujo círculo de pessoas das quais se depende era muito restrito. Do mesmo modo, fica evidente a oposição entre pequenas cidades e grandes cidades, já que nestas predomina a objetividade unilateral das prestações.

A partir dessas reflexões, Simmel analisa as diferenças entre isolamento e independência (interior, ou seja, da personalidade). Quanto a isso, cabe mencionar que a questão da liberdade ocupa lugar central no pensamento de Simmel, tal como atesta a recorrência desse tema em textos de diversos momentos da sua carreira intelectual. Martinelli (2012) observa de que modo o tema da liberdade aparece em dois textos do filósofo alemão – *Introdução à ciência da moral* [*Einleitung in die Moralwissenschaft*], de 1892-1893, que possui um capítulo intitulado “A liberdade”, e o ensaio “Sobre a liberdade” [“Über Freiheit”], escrito em 1918 e publicado em 1922. Segundo a autora, a contribuição de Simmel consiste em estabelecer a conexão entre a “ideia de liberdade”, conceituada pela filosofia como ideal e imperativo, e a “experiência de liberdade”, concepção das ciências sociais assentada em noções infundadas, como a “liberdade absoluta” e o “Eu autorreferencial”, que definiam a liberdade como a ausência de relações.

Como Martinelli argumenta, Simmel aplica à liberdade o seu olhar característico – uma visão processual e não substancial do mundo que, para além de ser “relativista”, é “relacionista”, o que, ao estabelecer a conexão entre esses dois “polos” da liberdade, remete à própria

natureza do ser humano, que é “uma estrutura essencialmente aberta, orientada à reciprocidade” (2012, p. 97).

Martinelli defende, de outro lado, que a questão da liberdade é pensada por Simmel a partir de três “rotas”: 1) antropológica (pois a liberdade consiste numa relação consigo mesmo e com o que está fora); 2) ética (a liberdade necessita de vínculos e fronteiras); 3) cognoscitiva (o conceito de “continuidade” é mais adequado que o de “causalidade” para pensar a liberdade). Com base nessas três “rotas”, Martinelli defende que o pensamento de Simmel o aproxima dos outros teóricos clássicos², pois, ao pensar a relação entre indivíduo e grupo, aqueles “havam vislumbrado a possibilidade de escapar do controle asfixiante do grupo rumo à condição que abria horizontes à liberdade individual” (Ibid., p. 109).

De acordo com Simmel, portanto, independência não significa não dependência. O caso da solidão é ilustrativo desse fenômeno, pois, ao conduzir à determinação positiva do indivíduo, define-se não como ausência de relação, mas uma sociação negativa, que persiste enquanto interação, ainda que negativa.

² Waizbort (2013, pp 509-513), ao descrever os esforços de Simmel em institucionalizar a sociologia, aponta que nos anos 1880 o pensador alemão se interessa pelos temas sociais, que se revelam através das questões morais.

A liberdade individual não é a pura dissipação interna de um sujeito isolado, mas um fenômeno de correlação, que perde seu sentido se não há um par. Se toda inter-relação inter-humana é constituída de fatores de aproximação e distanciamento, a independência é uma relação na qual os últimos estão, de fato, presentes ao máximo, mas de onde os primeiros não podem mais desaparecer totalmente, assim como as noções de direita e esquerda [...] Ora, essa independência é dada, ao que parece, quando as inter-relações humanas são, portanto, muito vastas, mas que todos os elementos propriamente individuais lhe são descartados: influências recíprocas que se exercem de modo totalmente anônimo, decisões tomadas sem relação à pessoa concernente (2009, p. 366-367).

Simmel continua e afirma que “na troca entre sujeitos, voluntária ou comandada pela estrutura da relação, se manifesta a indiferença do momento subjetivo da dependência, suporte do sentimento de liberdade” (Ibid., p. 367). Para esclarecer este aspecto, o autor retoma o tema pelo qual ele inicia o capítulo: liberdade e obrigação não se opõem. Somente a obrigação em face de um senhor em particular é o oposto da liberdade.

³ “Diante das transações dos grandes financistas e dos grandes especuladores, o analista talvez reconheça a “mão” da personalidade, um estilo e um ritmo originais, distinguindo de modo característico as suas empresas daquelas de outros. Mas o que importa, sobretudo, aqui [...] é que o puro caráter quantitativo do dinheiro dá lugar, quando se trata de somas extraordinariamente elevadas, a uma nuance especificamente qualitativa. A indiferença, a usura, a banalidade, que são o lote do dinheiro impelido a

Outro aspecto do dinheiro que promove a liberdade individual é revelado pelo fato de o dinheiro *dissociar o ser do ter*. Simmel exemplifica esse aspecto apontando que não são necessárias aptidões especiais para se adquirir o dinheiro – exceto no caso das grandes transações financeiras³. Assim, as outras propriedades apresentam exigências bem precisas ao seu proprietário, de modo que se estabelece uma ligação precisa entre o seu ter e o seu ser – o que não ocorre com a posse do dinheiro, já que, devido à sua ausência de caráter, ela oferece o maior número de possibilidades de fruição, sem limitar, portanto, a personalidade do seu possuidor.

Simmel estabelece que a dissociação entre o ser e o ter indica a realização de uma noção de liberdade. Para descrevê-la, o autor menciona não apenas a “dependência exterior”, ou seja, a dependência a aspectos que não subsistem na interioridade do ser humano, mas a sujeição interior e a noção de liberdade que a ela se opõe, que

circular constantemente, incitam menos as concentrações raras e viajantes do que gigantescos meios monetários em uma única mão. Ao que se adiciona o dado essencial segundo o qual o dinheiro reveste de uma natureza especial os “negócios financeiros” propriamente ditos, na medida em que ele não funciona mais como um meio de troca em relação a outras coisas, mas se torna o conteúdo central, o próprio objeto de transação, que não remete a nada além de si mesmo” (Ibid., capítulo IV, seção II, p. 380).

funcionam de modo análogo à liberdade em face de aspectos exteriores.

A liberdade nesse sentido, pode ser concebida como

uma divisão interna do trabalho, como uma emancipação e uma diferenciação recíprocas das pulsões, dos interesses, das faculdades. O ser humano é livre enquanto todo, no interior do qual cada energia particular se desenvolve e se realiza em conformidade exclusiva com seus objetivos e suas normas próprias (Ibid., p. 386).

Isso não significa que uma série psíquica particular não entre mais em relação com as outras séries; no entanto, como Simmel aponta, essa influência se dá pela ligação unicamente global e não mais em cada detalhe (cf. Ibid., p. 387).

Simmel também ressalta que a liberdade encontra seu limite na natureza do objeto possuído, o que fica evidente na analogia entre nossa vontade e o que um artista pode extrair do seu instrumento (cf. Ibid. pp. 401-402). O dinheiro ocupa o topo da escala dos objetos que podem ser conquistados por nossa vontade, já que o seu uso é ilimitado, na medida em que podemos empregá-lo da maneira mais adequada ao nosso querer. O dinheiro é, portanto, o objeto mais dócil (pois ele pertence absolutamente e sem restrições à nossa vontade) e o mais indócil (já que não possui nenhum conteúdo a ser apropriado).

Simmel estabelece a ligação entre o processo de separação entre a pessoa e a coisa e a diferenciação no interior da pessoa: “são em efeito os diferentes interesses, as diferentes esferas de atividade da personalidade que assumem, através da economia monetária, sua relativa autonomia” (Ibid., pp. 426-427). O dinheiro também confere ao indivíduo uma nova autonomia em face dos grupos de interesse graças ao processo de diferenciação no interior das associações. Sendo assim, as uniões guiadas pelo interesse monetário possibilitam a unificação dos interesses mais diversos, do mesmo modo que o crescimento dos grupos possibilita o maior desenvolvimento dos indivíduos.

Feitas essas reflexões acerca dos rumos da liberdade individual em decorrência do processo de diferenciação levado às suas últimas consequências pela economia monetária, vejamos o impacto desse processo no estilo de vida moderno.

III

No capítulo sexto da *Filosofia do Dinheiro*, “Estilo de vida”, Simmel expõe de modo mais direto a sua teoria do moderno e discute as repercussões do dinheiro. Assim, como afirma Waizbort:

“Estilo” não era uma palavra que se expressasse, nos anos que antecedem a 1900, na expressão “estilo de vida”. Trata-se de uma inovação terminológica e analítica de Simmel, que fez enorme fortuna no decorrer da história da sociologia. Ao mobilizar a categoria “estilo”, Simmel aponta para o universo da estética, de onde o termo é oriundo. A rubrica “estilo de vida” permite a Simmel uma análise do social caracterizada pela variedade do que é visado: estilo de vida recobre um domínio praticamente infinito; no caso da *Philosophie des Geldes*, a variedade enorme dos efeitos do dinheiro sobre a vida. Estilo de vida indica, ainda, uma abordagem estética do problema, tal como exposta no prefácio da *Philosophie des Geldes* (2013, p. 169).

A partir disso, vejamos abaixo alguns aspectos que Simmel menciona como característicos do Estilo de vida moderno.

O primeiro traço evidenciado pelo autor, logo nas primeiras linhas do capítulo, é que a energia psíquica característica dessas formas sociais é o entendimento, contrária às outras energias – notadamente os sentimentos e a alma. De acordo com Simmel, isto deriva do fato de o dinheiro ser um meio. No entanto, o intelecto é incapaz de criar a realidade de um dado meio, sem que ele esteja ligado a um fim, criado, por sua vez, a partir de um ato voluntário. Devido a essa característica da intelectualidade, quanto maior a presença do intelecto, maior o número e a largura das séries de meios que constituem o conteúdo de nossa atividade. De outro lado, quanto menores os meios empregados para obtermos um fim, maior a presença dos afetos, dos sentimentos.

Por esse motivo, Simmel opõe a “época presente”, cujas séries telológicas são excessivamente grandes, aos momentos anteriores, em especial à Idade Média, para a qual a visão do fim não aparecia tão distanciada.

Tendo em vista esses aspectos (transformação de todos os elementos da vida em meios e crescimento do intelecto no interior das atividades humanas), Simmel nota que a relação entre o dinheiro e o intelecto molda uma característica negativa fundamental da época moderna: a ausência de caráter, que, por sua vez, é inerente à natureza de ambos. Quanto a isso, Simmel esclarece:

Se caráter significa realmente que as pessoas ou as coisas estão fixadas deliberadamente sobre um modo de existência individual, diferentemente e exclusivamente em detrimento de todos os outros, então o intelecto enquanto tal ignora-os por completo: pois ele é o espelho indiferente da realidade, na qual todos os elementos têm os mesmos direitos, porque seu direito consiste unicamente no seu ser real (2009, p. 549).

De outro lado, o autor também ressalta que o intelecto não é pura negatividade, o que é observável a partir de diversos exemplos: a) apaziguamento da vida afetiva (em contraposição à “rude parcialidade das épocas anteriores” (Ibid., p. 550)); b) a facilidade de compreender no plano intelectual as posições mais distintas; c) a tendência à

conciliação (derivada da “indiferença quanto às questões fundamentais da vida interior” (Ibid., ibid.)); d) a ideia de “paz universal”.

Simmel analisa a objetividade do estilo de vida moderno⁴. De acordo com o autor, objetividade deriva da própria natureza da inteligência (outra denominação utilizada pelo filósofo alemão para “intelecto”); além disso,

[Essa] é a única maneira para o ser humano entrar em uma relação com os objetos que não seja determinada pelas contingências do sujeito. Mesmo admitindo que toda a realidade objetiva seja determinada pelas funções do nosso espírito, nós qualificamos como inteligentes as funções que a fazem aparecer como objetiva, no sentido específico do termo, quando, no entanto, a própria inteligência é animada e dirigida por outras forças (Ibid., p. 553).

Simmel também aponta que a intelectualidade permite a intensificação do individualismo social:

A validade universal da intelectualidade em função dos seus conteúdos, que vale, então, para toda inteligência individual, age no sentido de uma atomização da sociedade; cada indivíduo aparece, tanto por meio dela quanto a partir dela, como um elemento fechado sobre si mesmo em torno de cada outro indivíduo, sem que essa generalidade abstrata possa de qualquer maneira passar a uma generalidade concreta, na qual o indivíduo

poderia formar uma unidade de concerto com os outros (Ibid., p. 559).

Essa dupla faceta da intelectualidade (um caráter objetivo ao mesmo tempo em que favorece as individualidades) é ilustrada, no tópico seguinte do mesmo capítulo, a partir da questão da cultura no âmbito das sociedades modernas. Simmel discute essa mesma questão a partir das relações entre cultura objetiva e cultura subjetiva.

Depois de explicar o que chama de “conceito universal de cultura”, Simmel apresenta uma relação característica da cultura contemporânea em oposição a outros contextos históricos: *a discrepância entre cultura subjetiva e cultura objetiva*, considerando as suas implicações para o estilo de vida do período. Ao identificá-la, Simmel indaga sobre a maneira como esse fenômeno se explica, dado que

toda cultura das coisas [...] é uma cultura dos humanos, de modo que ao formar as coisas nós não formamos nada além de nós mesmos – o que significa então essa evolução, esse desenvolvimento, essa espiritualização dos objetos a partir de suas forças e de suas normas intrínsecas, sem que paralelamente as almas pessoais surjam nesse processo ou ao seu contato? (Ibid., p. 574).

⁴ Isso repercute no fato de que “O espírito moderno tornou-se mais e mais um espírito contábil” (Simmel, 2005, p. 580).

De acordo com o autor, essa questão reconstitui o enigma da relação entre a vida em sociedade e a existência individual, ou seja, entre cultura objetiva e cultura subjetiva (sendo a primeira um “reino de validades objetivas” acumuladas pela espécie humana). O autor também afirma que esse “reino” é constituído por “conteúdos pré-formados” que não são passíveis de serem absorvidos pelos indivíduos, nem mesmo quando estão ligados a materiais – livros, ferramentas, obras de arte, etc. Além disso, a cultura objetiva não habita na matéria enquanto tal. Com isso, Simmel realça a importância da formação do espírito objetivo, que se constituiria como uma “categoria propriamente histórica da humanidade” (Ibid., p. 579), o que reafirma o seu caráter crucial para a diferenciação entre ser humano e animal. Simmel aponta a centralidade da divisão do trabalho no processo que culmina na discrepância entre cultura subjetiva e cultura objetiva para a formação do estilo de vida na contemporaneidade. O primeiro aspecto desse processo citado pelo autor é o fato de o produto do trabalho dividido reunir energias, qualidades e intensidades exteriores ao produtor isolado – o que se manifesta na moderna técnica de produção. Além disso, “essa acumulação de qualidades e perfeições sobre o objeto formando sua síntese segue rumo ao infinito, enquanto a construção das individualidades a cada fase da história, encontra um limite intransponível na sua determinação natural” (Ibid., p. 596). Simmel

afirma que este aspecto pode obscurecer as possibilidades de perfeição que só podem ser alcançadas enquanto obra de um único sujeito.

Depois de citar vários casos que demonstram a discrepância entre cultura objetiva e cultura subjetiva (dentre os quais o mais notável é a moda) e os casos em que ocorre justamente o contrário (como a situação das mulheres), Simmel finaliza o item enunciando a relação entre o duplo caráter do dinheiro e a discrepância, ou somente separação, entre cultura subjetiva e cultura objetiva. O dinheiro é “ao mesmo tempo símbolo e causa da exteriorização indiferente de tudo que se deixa se exteriorizar com indiferença, ele se torna também o guardião da intimidade profunda, que não pode agora se instalar no interior das suas fronteiras” (Ibid., p. 602).

De acordo com Gabriel Cohn, pode-se afirmar sobre Simmel que “a sua visão visceralmente sociológica está orientada para ver a sociedade na perspectiva das aproximações e dos afastamentos, do jogo sutil das distinções entre o estar mais próximo ou mais longe” (1998, p. 53). Isso se faz sentir na caracterização do estilo de vida moderno presente no último tópico da *Filosofia do Dinheiro*. Nele, Simmel se vale da analogia espacial para demonstrar como se dá esse movimento de aproximação e distanciamento nas sociedades em que a economia monetária está plenamente desenvolvida. De acordo com o autor, o que



caracteriza o ser humano moderno é o fato dele se distanciar dos círculos mais próximos e se aproximar dos círculos mais distantes, processo que deriva tanto do dinheiro, quanto da divisão do trabalho – e, por que não, da própria vida nas grandes cidades⁵.

De modo semelhante, Simmel realiza uma analogia temporal para caracterizar o estilo de vida moderno: a questão do ritmo, da cadência da vida moderna. De acordo com o autor, ritmicidade e arritmicidade oscilam e fazem do movimento constante o aspecto central da vida moderna.

IV

As relações entre a noção de “Estilo de vida” e a posição epistemológica de Simmel são fundamentais para a compreensão da sua teoria do individualismo apresentada em *Filosofia do Dinheiro*. A partir disso, analiso neste subitem a maneira segundo a qual o seu pensamento contém uma noção de totalidade que dá origem a implicações na sua

⁵ E aqui cabe mencionar, mais uma vez, o ensaio do autor sobre “As grandes cidades e a vida do espírito” (2005) como uma boa exposição dessa correlação elaborada por Simmel.

concepção de individualismo – que, ao possuir elementos da dialética entre o individual e o universal, consiste em expor os meandros da individualidade moderna em seus diversos movimentos.

A posição epistemológica de Simmel pode ser derivada da atenção que o autor conferiu aos fenômenos espirituais, o que levou Vieillard-Baron (1989) a afirmar que a sua obra consiste numa recuperação dos problemas filosóficos hegelianos, abandonando, por sua vez, o sistema de Hegel. Assim, a obra simmeliana contém uma “filosofia do espírito” (VIEILLARD-BARON, 1989, p. 9), base dialética da qual derivam elementos que repercutem nas suas reflexões de interesse sociológico.

A concepção simmeliana não se restringe ao conceito de causalidade, que remete à visão “mecanicista” do mundo, insuficiente para compreender o mundo espiritual “já que não considera o homem inteiro, mas sim unicamente suas funções mecânicas, que são as funções enfatizadas pelo tecnicismo da modernidade e da cultura objetiva” (MARTINELLI, 2012, p. 107). A isso Simmel opõe a categoria da “continuidade”, pois a vida⁶ “não é linear e transcorre, sobretudo, dentro de um movimento dinâmico marcado por um ir e vir

⁶ E aqui vale ressaltar que o segundo texto de Simmel analisado por Martinelli (2012), “Sobre a liberdade”, enquadra-se no âmbito da “filosofia da vida”, tema ao qual o filósofo alemão se dedicou em sua obra tardia, que consiste no desenvolvimento da sua metafísica.

de cálculo e imprevisibilidade; se move entre vínculos e ausência de vínculos; entre deveres e atuar criativo; entre necessidade e causalidade” (MARTINELLI, *ibid.*). Ao apontar as limitações da causalidade, Simmel possui uma visão dinâmica, processual e “relacional” – não meramente “relativista”. É por essa razão que o aspecto central da sociologia simmeliana é o conceito de “interação”, a partir do qual o autor atenta para as múltiplas relações entre os fenômenos. Além disso, essa crítica à noção de causalidade distancia, de modo análogo, a sua concepção de sociologia das ciências naturais já estabelecidas naquele contexto.

Outro aspecto da posição epistemológica de Simmel foi observado por Kracauer, que define a “essência” da filosofia simmeliana do seguinte modo: *“Todas as manifestações da vida espiritual [...] possuem incontáveis relações umas com as outras, nenhuma pode ser isolada das conexões que as ligam entre si”* (KRACAUER, 2009, p. 251, grifo do autor). O ato de estabelecer essas conexões levou Simmel a estabelecer para si duas tarefas: 1) evidenciar “os fios que envolvem os fenômenos como um todo” (KRACAUER, *ibid.*, p. 257); 2) “apreender o múltiplo como totalidade, tornando-se senhor desta totalidade para experienciar e exprimir sua essência” (Id., *ibid.*), sendo esta última a que permite ao filósofo buscar a “unidade do mundo”. A *Filosofia do Dinheiro* evidencia esse tipo de procedimento na medida em que

Simmel intenta apreender a trama das múltiplas relações associadas à economia monetária, tais como: a diferenciação, a liberdade, a personalidade, a subjetividade, a cultura, o estilo de vida moderno, etc.

Kracauer também evidencia outro aspecto da concepção de Simmel acerca da totalidade: a consideração do ser humano enquanto indivíduo singular, o que leva suas reflexões a adentrar

no fundo da natureza humana, lançando luz sobre o que ocorre em nosso interior e frequentemente sob a superfície de nossa consciência. Aventura-se, por assim dizer, com dedo sensível nos ângulos mais remotos de nossa psique, revelando aquilo que anteriormente era oculto; de tal modo que as pulsões mais secretas são desvendadas, e é destrinchada a ordem confusa de nossos sentimentos, das nossas aspirações, dos nossos desejos (KRACAUER, 2009, p. 246).

Disso resulta que Simmel confere atenção tanto ao ser humano em geral, desvelando-lhe os conteúdos psíquicos de sua generalidade, quanto às grandes personalidades. Assim, Simmel retrata os indivíduos como totalidades.

Os atos de considerar os indivíduos como totalidades e de conferir especial atenção aos meandros da interioridade afastam da obra de Simmel os determinismos sociais e a “visão substancial” de liberdade mencionada por Martinelli (2012), que tende a considerar o indivíduo

como isento de relações. Nesse sentido, uma das principais conexões que o autor busca estabelecer é aquela entre o universal, ou o social, e o individual. É desse modo que a sua visão processual/dialética torna-se evidente, em especial nos escritos mais programáticos da sua concepção de sociologia, mas também naqueles de “interesse sociológico”, como é o caso de *Filosofia do Dinheiro*.

Os elementos reunidos acima – a oposição de Simmel à noção de causalidade, a sua visão processual do mundo, a busca pelas conexões entre os fenômenos, o enfoque na totalidade derivada dessas conexões e o microcosmo individual como uma totalidade que não se identifica com o macrocosmo social, o que culmina na exploração dos meandros da interioridade humana – nos fornecem pistas interessantes para a análise crítica de *Filosofia do Dinheiro* e a noção de “estilo de vida” exposta no último capítulo da obra.

Em “Estilo de vida”, capítulo de *Filosofia do Dinheiro* que condensa a teoria simmeliana da modernidade (WAIZBORT, 2013, p. 169), pode-se identificar a sensibilidade de Simmel em relação à individualidade, que deriva dos seus pressupostos epistemológicos. Essa sensibilidade é observável no modo como o autor delinea o estilo de vida moderno, que tem no dinheiro o seu símbolo, que, por ser um meio, estabelece as conexões entre os fenômenos objetivos e subjetivos. O caráter duplo do

dinheiro, que permite a coexistência da ação isolante e da ação unificante, conciliadora, dá a tônica da sua argumentação acerca do estilo de vida. Desse modo, Simmel se vale do jogo de distanciamentos e aproximações que caracteriza o seu procedimento analítico.

Nesse sentido, um dos aspectos centrais do estilo de vida moderno é a preponderância da cultura objetiva sobre a cultura subjetiva. Simmel analisa as tensões que permeiam as relações entre sujeito e objeto na “época moderna”, conferindo grande atenção à individualidade em face do predomínio da cultura objetiva:

a vida moderna parece justamente engendrar uma tensão entre a universalidade do conteúdo objetivo e aquela da prática pessoal. Certos elementos adquirem uma universalidade de seu conteúdo cada vez maior, sua significação domina um número cada vez mais elevado de particularidades e de relações, seu conceito engloba, direta ou indiretamente, uma parte cada vez mais importante da realidade; isso se dá com o direito, os processos e os resultados da intelectualidade e o dinheiro. Mas, ao lado disso, há também sua acentuação em formas de vida subjetivamente diferenciadas, há a exploração pela prática do egoísmo de sua significação expansiva que toma toda maneira de interesse, há o completo desenvolvimento das diferenças pessoais graças a esse material nivelado, universalmente acessível e válido, que não oferece, portanto, nenhuma resistência à vontade específica (SIMMEL, 2009, capítulo VI, seção I, p. 565).

O dinheiro, enquanto mediador das trocas, favorece a preponderância do espírito objetivo. No entanto, devido ao seu caráter duplo, a cultura subjetiva encontra possibilidades de se desenvolver. A ênfase que Simmel confere a esse processo é observável no segundo item de “Estilo de vida”, pois o filósofo alemão, após expor diferentes exemplos do predomínio da cultura objetiva – dentre os quais se destacam a moda e a divisão do trabalho – refere-se a diversos fenômenos que comprovam o contrário: o desenvolvimento da cultura subjetiva também é significativo e, por vezes, ultrapassa os conteúdos do espírito objetivo. Nesses casos, a cultura objetiva não consegue acompanhar o crescimento das individualidades, aspecto característico da modernidade. O caso das mulheres é talvez o mais ilustrativo desses fenômenos:

As formas e os hábitos da vida conjugal, engessados, sufocantes para os indivíduos, opõem-se ao desenvolvimento pessoal dos cônjuges, em particular ao da mulher, tendo este já extrapolado há muito tais formas e hábitos. Os indivíduos visariam agora uma liberdade, uma compreensão, uma igualdade de direitos e de formações, as quais a vida conjugal, tal como ela se estabeleceu tradicionalmente e objetivamente, não deixariam nenhum espaço real. O espírito objetivo do casamento, pode-se afirmar desse modo, estaria atrasado em sua evolução, em face dos espíritos subjetivos (Ibid., capítulo VI, seção II, p. 595).

Aqui se observa, mais uma vez, o jogo da proximidade e da distância entre a cultura dos sujeitos e a cultura dos objetos que caracteriza o estilo de vida moderno.

A importância do dinheiro para a vida moderna reside, portanto, no ato de fomentar a interação entre o social e o individual, atuando como um guardião tanto do espírito objetivo quanto da “intimidade profunda” (Ibid., p. 602). Colocada essa interação, Simmel evidencia as tensões que envolvem as relações entre a cultura objetiva e a cultura subjetiva na modernidade, o que revela a existência do espaço para o desenvolvimento de ambas, ainda que a primeira seja preponderante. É interessante notar que, apesar de reconhecer e criticar a violência exercida pela excessiva objetivação da cultura – como exemplificam o crescimento vertiginoso da técnica, o direito universalizado, a intelectualidade, a divisão do trabalho e, principalmente, o dinheiro – o filósofo alemão não adota uma postura antimonetária, na medida em que aponta a seguinte contradição, que não depende do dinheiro *per se*:

Se disso resulta, portanto, esse refinamento, essa particularidade, essa interiorização do sujeito, ou se inversamente os objetos submetidos se tornam, por sua vez, senhores dos homens devido à facilidade de adquiri-los – isso não depende mais do dinheiro, mas justamente da pessoa (Id., *ibid.*).

Com isso, fica evidente um dos elementos da crítica de Simmel à preponderância da cultura objetiva, realçada pelos avanços da técnica: o conjunto de fenômenos que corroboram esse predomínio ameaçam os casos em que a subjetividade é muito acentuada, ou seja, entre as personalidades de “humor estetizante”. Ainda assim, a interioridade não é destruída, mas preservada sob o império do dinheiro.

Deve-se ressaltar, além disso, que a atenção conferida por Simmel aos meandros da individualidade no âmbito do moderno também se expressa em sua filosofia da cultura⁷, tal como se apresenta, dentre outros textos, no ensaio “O conceito e a tragédia da cultura” [1911]. Neste ensaio, o filósofo alemão retoma o jogo de aproximações e distanciamentos para apresentar o conceito de cultura, que reside no dualismo entre vida e forma: “Enquanto espírito intimamente ligado ao espírito, o sujeito vivencia incontáveis tragédias nesta profunda contradição de forma entre a vida subjetiva infatigável, mas temporalmente finita, e seus conteúdos, que, uma vez criados, são estáticos, mas têm validade atemporal” (2014a, p. 77). A cultura seria, portanto, “o caminho que sai da unidade fechada, passando pela

pluralidade desenvolvida, chegando à unidade desenvolvida” (Ibid., p. 79); o ser humano se cultiva quando sua interioridade inclui o que lhe é exterior – o que constituiria, para Simmel, o paradoxo da cultura (cf. Ibid., p. 81).

Tendo em vista que a cultura só pode existir pelo entrelaçamento dos elementos subjetivos e objetivos, a tragédia da cultura consiste na autonomização das “criações e esferas impessoais”, o que Simmel definiu em *Filosofia do Dinheiro* como “cultura objetiva”, o que leva à tensão entre aquelas e as normas e pulsões da personalidade. Disso resulta que: “O dualismo metafísico de sujeito e objeto [...] ressurgiu como discordância dos conteúdos empíricos e específicos de desenvolvimentos subjetivos e objetivos” (SIMMEL, 2014a, p. 95). Outra consequência desse fenômeno é o estranhamento que os objetos adquirem em relação aos sujeitos, que tem na reificação definida por Marx uma de suas expressões. O espírito objetivo se torna, portanto, incompatível à forma da vida pessoal, o que resulta na problemática da existência do ser humano, que Simmel define do seguinte modo:

presente e a teoria da modernidade. O nome dessa constelação, que é a constelação-guia desta interpretação, é cultura filosófica” (WAZBORT, 2013, pp. 115-116).

7 Quanto a isso, vale retomar a classificação que Leopoldo Waizbort realiza acerca do pensamento de Simmel: “Em poucas palavras, diria que pensamento abstrato e pensamento concreto articulam-se, em Simmel, em uma constelação que comporta tanto a filosofia da cultura como a análise do

o sentimento de ser circundado por inúmeros elementos culturais que não lhe são desprovidos de significação, mas que também não são, em seu fundamento, plenos de significação – elementos culturais que no conjunto possuem algo de opressivo, porque o homem moderno não pode assimilar a todos individualmente, e tampouco pode simplesmente descartá-los, uma vez que eles pertencem potencialmente à esfera do seu desenvolvimento cultural (Ibid., p. 102).

No trecho acima, percebe-se como se articulam a teoria do moderno de Simmel e a sua filosofia da cultura: a interioridade, como uma consequência da expansão da cultura objetiva – o que se deve, por sua vez, à expansão do dinheiro – tem como destino o distanciamento cada vez maior dos objetos que lhe permitiriam o cultivo de sua subjetividade. A existência dos seres humanos modernos é marcada pela tragédia que leva à dificuldade da reconciliação entre sujeitos e objetos, o que afeta, por sua vez, a psique moderna.

Nesse sentido, é igualmente necessário mencionar uma das análises exemplares da “sociologia filosófica” simmeliana para evidenciar outra faceta da sua teoria do individualismo: o conflito entre vida individual e vida coletiva e as duas formas de individualismo que buscam realizar a liberdade individual. Simmel argumenta que a divergência mais abrangente entre indivíduo e sociedade está ligada à forma da vida individual. “A sociedade quer ser uma totalidade em si mesma e uma

unidade orgânica, de maneira que cada um dos seus indivíduos seja apenas um membro dela” (SIMMEL, 2006, p. 84). Isso exige a especialização de cada indivíduo, o que contrasta com a sua busca de ser pleno em si mesmo e a possibilidade de “desenvolver a totalidade de suas capacidades, sem levar em consideração qualquer adiamento exigido pelo interesse da sociedade” (Id., *ibid.*). Por conseguinte, o conflito entre indivíduo e sociedade é uma forma de contraposição entre o todo e a parte, que também se pretende um todo.

A partir disso, Simmel analisa duas tendências distintas que visam conferir liberdade ao indivíduo: o individualismo quantitativo e o individualismo qualitativo. O primeiro foi concebido no século XVIII pelos fisiocratas, por Kant, Rousseau, dentre outros, através da aproximação entre o ideal de liberdade e o ideal do “estado natural” em que todos os indivíduos são iguais (SIMMEL, 2014b, p. 109). O último, ao contrário, se define pela busca por liberdade através da diferenciação dos indivíduos entre si, o que é expresso pelos românticos, como Schlegel e Goethe.

A consideração dessas duas formas de individualismo é fundamental para compreendermos o estilo de vida moderno segundo Simmel, em especial no que concerne à vida nas grandes cidades, pois, devido ao



grande crescimento da cultura objetiva, a individualidade é violentada e busca espaços para determinar a sua plenitude⁸.

V

A noção de “cultura filosófica” é o aspecto central da obra de Simmel, que não pode ser qualificado como um método, tal como Durkheim o concebia em suas *Regras do Método sociológico*. No contexto da *Filosofia do Dinheiro*, a sociologia (assim como a psicologia e a economia) não aparece como “ciência autônoma”, sendo mobilizada como uma dentre as perspectivas possíveis de cultura filosófica mais abrangente, o que subsidia a reflexão do autor acerca do fugaz e do fluido. Isso permitiu que Simmel pudesse interpretar as diversas facetas do Espírito moderno, caracterizado pelo movimento, pela maleabilidade e a labilidade. Nesse sentido, sua forma de exposição é

8 “Na luta e nas escaramuças mútuas desses dois tipos de individualismo, a fim de determinar o papel dos sujeitos no interior da totalidade, transcorre a história interior e exterior de nossa época. A função das cidades grandes é fornecer o lugar para o conflito e para as tentativas de unificação dos dois, na medida em que as suas condições peculiares se nos revelam como oportunidades e estímulos para o desenvolvimento de ambas.

o ensaio, “a forma de possibilidade de uma cultura filosófica” (WAIZBORT, 2013, p. 35).

A forma ensaística possibilitou a Simmel o feito de expor os meandros da modernidade, demonstrando como a economia monetária contribui para o surgimento de várias relações que distinguem o seu tempo dos que os antecederam. Por isso, Simmel mostra tamanha habilidade em notar a importância do dinheiro para o desenvolvimento da individualidade e da liberdade individual. Com o que foi exposto, pode-se perceber que a época moderna é o momento de autonomia dos indivíduos, da liberdade aguda, mas é também o momento da discrepância entre cultura objetiva e cultura subjetiva, de modo que a reconciliação entre ambas é perdida do horizonte. É por isso que, como Souza (2000) ressalta, a obra de Simmel se insere na crítica da teoria sociológica clássica às contradições da modernidade, a época da técnica, do império dos objetos apartados dos sujeitos, que a partir deles deveriam se cultivar. Assim, a subjetividade moderna é caracterizada

Com isso as cidades grandes obtêm um lugar absolutamente único, prenhe de significações ilimitadas, no desenvolvimento da existência anímica; elas se mostram como uma daquelas grandes formações históricas em que as correntes opostas que circunscrevem a vida se juntam e se desdobram com os mesmos direitos” (SIMMEL, 2005, p. 589).

pela constante tragédia – um diagnóstico crítico do modelo civilizatório europeu que encontra ecos na concepção freudiana do “mal-estar” na cultura – como Brenna (2009) argumentou. Nesse sentido, analisar a teoria do individualismo de Simmel é, ao mesmo tempo, observar a crítica que o autor esboça acerca da modernidade.

Referências Bibliográficas

BRENNNA, Jorge E. *De la tragedia al malestar en la cultura: Georg Simmel y Sigmund Freud*. Argumentos, Xochimilco, ano 22, n. 60, mai-ago 2009, pp. 59-78.

COHN, Gabriel. *As diferenças finas: de Simmel a Luhman*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 13 (38), out., 1998 pp. 53-62.

KRACAUER, Siegfried. “Georg Simmel”. In: _____. *O ornamento da massa*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, pp. 243-278.

MARTINELLI, Mónica. *Idea y experiencia de la libertad. Algunas consideraciones sobre el pensamiento de Georg Simmel*. Sociológica. Cidade do México, ano 27, no. 76, mai-ago, 2012, pp. 89-114.

SIMMEL, Georg. *Philosophie de l'argent* [Filosofia do Dinheiro]. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

_____. *Sociologie. Études sur les formes de la socialisation* [Sociologia. Estudos sobre as formas da sociação]. Paris: Presses Universitaires de France, 2013.

_____. *Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

_____. *As grandes cidades e a vida do espírito*. Mana. Rio de Janeiro, vol.11, no.2, out. 2005 [1903], p.577-591.

_____. “O conceito e a tragédia da cultura”. In: SOUZA, Jessé; OELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014a, pp. 77-105.

_____. “O indivíduo e a liberdade”. In: _____. *Simmel e a modernidade*. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014b, pp. 107-115.

SOUZA, Jessé; OELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 2005.

VIEILLARD-BARON, Jean-Louis. “Introduction”. In: SIMMEL, Georg. *Philosophie de la modernité: La femme, la ville, l'individualisme* [Filosofia da modernidade: a mulher, a cidade o individualismo]. Paris: Payot, 1989, pp. 7-64.

WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34, 2013.



Entrevista



Entrevista

*com Igor José de Renó Machado**
*por Soraya Resende Fleischer***

* professor de Antropologia, Universidade Federal de São Carlos

** professora de Antropologia, Universidade de Brasília

Durante a realização do seminário “O ensino e a Pesquisa em Antropologia na Zona da Mata Mineira II”, o professor de Antropologia da Universidade Federal de São Carlos, Igor José de Renó Machado, se dispôs a ser entrevistado pela professora de Antropologia, Soraya Fleischer, da Universidade de Brasília. O professor é coordenador do grupo de pesquisa CNPq “Antropologia das migrações”, sediado no Laboratório de Estudos Migratórios. Entretanto, o tema da entrevista se refere à sua experiência como diretor da Editora da UFSCar.

SORAYA: *Esta entrevista está dentro de meus interesses constantes em discutir e registrar nossas experiências acadêmicas de forma geral, não apenas nosso rame-rame de fazer pesquisa e escrever resultados na forma de artigos e livros. Estou falando dos bastidores, as outras tantas coisas que fazemos de modo rotineiro e nem sempre perceptível, nem sempre registrado em textos como: preparar e oferece um curso, organizar a publicação de um livro, fazer uma entrevista de trabalho, orientar estudantes etc. São todos exemplos do que quero dizer com os nossos bastidores. Então, passemos à entrevista. Igor, me conte como foi essa história de ir parar numa editora. Quem lhe convidou, por que você aceitou, que desafios você vislumbrou ao aceitar?*

IGOR: A indicação foi política. Você não vai para uma editora puramente por méritos acadêmicos, tem que estar integrado politicamente ao grupo vencedor, provavelmente. E foi dessa maneira:

por acaso, eu apoiei um grupo que disputou a eleição da Diretoria do nosso Centro. Eu fiz campanha para um candidato que não ganhou. Mas eu participei ativamente da campanha. Esse candidato, que não ganhou, era também o candidato da reitora recém-eleita, que antes era diretora do nosso centro, com quem eu tinha uma relação profissional, mas não histórica. E, por acaso, nesse meio tempo, a gente conversou e a editora era um assunto que vinha à tona sempre. Eu já tinha esse contato com a reitora, a Wanda Hoffmann, e ela veio conversar comigo sobre o futuro da editora, porque eu estava ligado ao grupo da campanha dela. Falei que a gente das Ciências Sociais gostaria muito de ficar com a editora. A UFSCar, tem um Departamento das Ciências Sociais e outro de Sociologia. Nas Ciências Sociais, tem os antropólogos, os “politicólogos” e dois sociólogos que se recusaram a ir para o Departamento de Sociologia. Ela perguntou quem das Ciências Sociais poderia assumir a editora. Eu falei: “Wanda, eu, obviamente”. Então, sugeri meu nome. Se havia algum cargo que eu cobiçava, que me interessava, era esse.

SORAYA: *Por que lhe interessava?*

IGOR: Dentro da burocracia da universidade, o trabalho em uma editora é o mais próximo daquilo que a gente faz na nossa vida acadêmica cotidiana. Assim, aprender a ser editor me ajuda a ser um

antropólogo mais interessante, entre outras coisas. É uma coisa que não me distancia tanto da vida acadêmica, como o resto da burocracia. Então, é um cargo burocrático que me daria prazer em exercer. E depois de ser eleita, ela me convidou. Ela tinha outras pessoas em mente que não quiseram assumir até chegar em meu nome. O editor anterior foi um sociólogo que ficou na Direção por 16 anos. Descobri também que é muito fácil estabelecer inimigos na editora porque, às vezes, você precisa recusar livros. Às vezes, o livro fica muito tempo na sua mão, muito mais do que ele deveria, em circunstâncias que fogem do seu controle, o que acaba irritando as pessoas. E, às vezes, o processo de edição é um processo tumultuado, tenso, que a pessoa espera uma coisa, mas a editora só pode oferecer X, Y e Z.

SORAYA: *Há toda uma série de etapas a cumprir.*

IGOR: Exatamente. Então é muito fácil desagradar as pessoas.

SORAYA: *Então, quer dizer que a Editora já possuía uma experiência de ser dirigida por alguém das Ciências Sociais.*

IGOR: Na verdade, ele (o editor anterior), começou a carreira como engenheiro, depois virou um historiador de migrações e estuda migração assim como eu.

SORAYA: *E como que as Ciências Sociais entram numa editora, entram na gestão? Como pessoas de nossa área podem contribuir no trabalho de uma editora?*

IGOR: Eu não falo das Ciências Sociais, eu falo da Antropologia, que é o meu ponto de vista. Nós somos capazes de produzir boas administrações por conta da formação antropológica. Penso até que eu esteja fazendo um trabalho de campo na Editora. Um trabalho de campo pressupõe que você esteja tentando entender códigos, buscando compreender relações de poder, assimetrias. Então, o que eu fiz, nesse pouco tempo desde que cheguei, é entender como as relações se configuram ali dentro. Entender quem se relaciona com quem, quem não gosta de quem, que tipo de conduta não funciona e qual funciona, que tipo de história eles contam, que tipo de piada eles fazem.

SORAYA: *Que barato essa abordagem. E como essa cultura da editora influencia no processo editorial em si?*

IGOR: O ethos do trabalho implica na forma como as pessoas trabalham. E a forma como as pessoas trabalham na editora é um processo editorial. Assim, se você quer fazer alguma coisa mais ágil, tem que entender como as pessoas enxergam seu trabalho. Eu não posso criar um método editorial na minha cabeça e impor a uma equipe que opera há 15 anos. Não funciona. Você não pode brigar com as práticas

cotidianas das pessoas. Mas, uma vez entendendo o contexto, você pode conquistar espaços para tocar melhor o trabalho editorial. Quando eu cheguei, eu vi que haviam muitos espaços em branco, o processo era lento e isso até irritava as pessoas que lá trabalhavam. Então, quando eu comecei a trazer essas questões, as pessoas compraram muito rapidamente a ideia, concordaram que dava para fazer mais.

SORAYA: *Isso era uma inquietação delas?*

IGOR: Exatamente, entendeu? Às vezes, eu sentia que tinha uma pressão por parte da equipe, as pessoas queriam fazer mais. Elas se identificam com o trabalho, vestem mesmo a camisa da editora. E, por outro lado, também era preciso fazer uma espécie de enxugamento dos contratos que a editora tinha. Ao fazer isso, eu cancelei alguns contratos que me pareciam muito pouco interessantes à editora. Mas, eu fiz isso de um ponto de vista meramente gerencial: a gente está com pouca grana, precisa diminuir, enfim. Só que ao fazer isso, as pessoas vieram junto comigo, porque elas se incomodavam muito com alguns contratos, que não faziam sentido. Então, também teve esse acaso, do que elas já esperavam, acabaram ficando felizes com a minha presença e apoiaram a minha gestão. Por exemplo, o contrato de divulgação comercial era muito caro, custava mais que o salário de um funcionário. Consegui trazer a Coordenação de Comunicação da Universidade para

fazer essa função para a editora, sem custos. Essa é uma prática do nosso métier, entender as coisas que estão acontecendo. Só que, para além disso, você tem outro estágio da função burocrática, que é fazer as coisas e não só entendê-las. Nesse sentido, você procura fazer, tentando não estourar nenhuma corda, ou deixando para elas estourarem só quando souber como resolver.

SORAYA: *Quantas pessoas trabalham na editora?*

IGOR: São três técnicos-administrativos e eram oito funcionários contratados como CLT pela Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAI-UFSCar) e mais seis ou sete estagiários. E caiu de oito para seis funcionários, demiti duas pessoas por conta das nossas contas que estavam muito ruins. Agora, são oito estagiários, aumentei dois estagiários. Então é esse coletivo que eu gerencio. E tem a editora e a livraria, as duas coisas são administradas por mim.

SORAYA: *E a livraria fica dentro do campus?*

IGOR: Isso, ela fica dentro do campus, embaixo da biblioteca.

SORAYA: *Você também mencionou um elemento que parece bem específico de uma editora: o tempo. Por que acelerar o processo de publicação é importante? Como você está melhorando esse gargalo?*

IGOR: Uma questão é o tamanho da editora. E o tamanho das editoras se mede pelo volume de publicações por ano. Então, tínhamos um volume que interpretávamos no cenário das editoras universitárias, como uma editora de porte médio, que publicava de 20 a 30 livros por ano. Mas, assim, há uma vontade de ver a editora mais importante no cenário acadêmico, por parte das pessoas que estão ali trabalhando e, claro, também minha como editor.

SORAYA: *Essa é uma expectativa também da reitoria?*

IGOR: Não, não sofro nenhuma pressão da reitoria. Eles me deixam bem livre. O que eu fiz, na verdade, foi mostrar para eles o cenário que eu tinha e qual era o plano. A gente quer crescer como editora universitária importante, para que os nossos livros tenham mais impacto. Esse é um desejo profissional de quem está lá, de trabalhar em uma editora que seja mais importante e uma das coisas que faz diferença é o volume anual de publicações. E esse número não era sequer administrado. O livro entrava e quando saísse, ele saía. Você não tinha nenhuma intervenção no processo de produção editorial. As pessoas cuidavam dos livros do jeito que elas queriam ali dentro. De certa forma, eu tirei do controle das pessoas o próprio processo, que é uma coisa tensa, e começamos a usar um *software* de controle do

trabalho editorial, o Trello¹. Mas, ao mesmo tempo, aquilo organizou a produção das próprias pessoas e elas, depois de um tempo com a ferramenta, se sentiram confortáveis com aquilo porque produzia uma espécie de rotina de trabalho. O funcionário entra, abre o Trello, vê o que está faltando, qual livro está ali há mais tempo, qual precisa andar mais ou menos. Até um tempo atrás, eu ficava patrulhando o funcionamento cotidiano. Depois que as pessoas se acostumaram com a ferramenta, elas se apropriaram dela e agora estão andando mais rápido do que eu.

SORAYA: *Então, foi muito legal essa possibilidade de auto-organização do trabalho.*

IGOR: Foi muito bacana. Era muito comum você chegar lá e encontrar um revisor de braços cruzados, porque a diagramação não tinha terminado e não tinha nada para fazer. E a produção era feita desses intervalos: passava dois dias sem trabalhar, porque o livro não tinha chegado. O Trello permitiu eliminar esse problema e ganhar certa agilidade na produção de pareceres, o que não havia. Controlamos também nossos pareceres com o Trello, nos ajuda a saber há quanto

tempo o livro está nas mãos de um parecerista, se precisa correr ou não. Hoje, ninguém mais passa uma tarde em branco.

SORAYA: *Tem vários livros em produção ao mesmo tempo, cada um em uma etapa.*

IGOR: Isso. Estamos trabalhando com dez, doze livros na “fábrica”, numa produção simultânea, ninguém vai ficar parado. E é um saco ficar meio dia parado sem nada para fazer. As pessoas estão trabalhando mais e, ao mesmo tempo, ficando menos na editora. Eu sou muito flexível: “Olha, gente, acabou tal coisa. Vamos embora”.

SORAYA: *E, como editor, você tem que ir todo dia lá? Como é a sua rotina como editor?*

IGOR: Eu não tenho que ir, mas no início eu ia todo dia, porque também tem essa coisa de se apropriar da rotina de trabalho e as pessoas se acostumarem com você.

SORAYA: *Essa presença diária era importante para, como você chamou, o trabalho de campo que você estava fazendo.*

IGOR: Isso, para eu entender melhor tudo aquilo. Agora, eu fico de segunda à quinta. Então, na sexta-feira e no final da quinta-feira, eu não

¹ Software gratuito que organiza e gerencia projetos e fluxos de trabalho em listas. No caso, a ferramenta ordena os livros e pareceres.

fico mais, eu tenho que trabalhar nas minhas coisas também em algum momento, concentro-as na quinta à tarde e durante a sexta-feira. Então, de certa forma, eles se acostumaram com essa rotina e tem funcionado bastante bem. Eles conversam muito comigo pela ferramenta de trabalho e eu fico o tempo inteiro conectado. Por exemplo, hoje de manhã aqui em Viçosa, eu estava tomando decisões editoriais sobre as coisas que estão acontecendo por lá.

SORAYA: *Conte-me mais sobre o Trello. Vocês que inventaram? É um software que várias editoras usam?*

IGOR: As editoras universitárias não usam. Na verdade, não é um *software* para controle de fluxo de trabalho, não é voltado necessariamente para editoras. É uma ferramenta comum do mundo administrativo. Quem me ensinou a mexer com essa ferramenta foram os meus alunos, quando eu editei a revista R@U. Eles usavam a ferramenta no trabalho da revista. Eu aprendi e achei muito bom. O *software* sistematiza a sua vida e posso ver o aplicativo do Trello no meu celular, aonde é que o trabalho está acontecendo, em que livro estamos etc.

SORAYA: *E a editora não tinha nenhum software desses de acompanhamento?*

IGOR: Não tinha. Era um projeto fazer um *software* específico para ela, mas é um custo muito alto para fazer, então a gente adotou o Trello. Até certo limite de pessoas, ele é de uso gratuito.

SORAYA: *O que você trouxe para editora da sua experiência pregressa de publicação como editor, autor, leitor, parecerista?*

IGOR: Eu fui editor dos e-books da ABA durante duas gestões e eu fazia o trabalho completo de editoração. Eu contratava uma pessoa para fazer as revisões, contratava uma pessoa para fazer a diagramação, a capa etc. Eu fazia sozinho todo esse processo de publicação. Fiz de seis a sete livros, é o que é possível fazer sozinho. Aprendi a fazer isso. Depois, eu fui editor da R@U e, enfim, comecei a lidar mais de frente com a questão dos pareceres e da celeridade dos pareceres com os fundamentos do processo editorial e entender como se organizar. Porque, se não, acontece o que vemos em algumas revistas da área, você fica dois a três anos sem notícias do seu artigo. E tudo isso me ajudou a entender o processo editorial, entender a “fabriquinha” funcionando e perceber a necessidade de celeridade em determinadas etapas que eram feitas com calma demais. Mas, tem todo um outro mundo de editora, que é o mundo comercial. Editora vende livro, editora tem um website, editora tem um sistema para gerenciar estoque, a editora tem um diretor comercial, tem contrato de distribuição. Disso tudo, eu não

tinha nenhuma ideia, eu tive que aprender a fazer, e foi difícil entender o funcionamento desse negócio, como é que determinadas decisões comerciais impactam a qualidade acadêmica da produção. E estamos fazendo isso, assinando contrato para edição de alguns livros para que a gente consiga publicar outros livros mesmo sem recursos. Procuramos alternativas administrativas e comerciais para continuar a produção no cenário de crise profunda e de poucas vendas, baixa de vendas violenta, ainda mais que temos que pagar todos os salários da editora com as vendas. Temos que vender mais e, ao mesmo tempo, aumentar o número de produtos para continuar produzindo venda. Então, uma parte difícil, quando a gente não está muito bem preparado, é encarar, de fato, a administração do negócio. Mas, também é mais legal de aprender, porque é completamente diferente.

SORAYA: *Eu gostaria de ouvir sobre o nosso mercado editorial, nossas revistas brasileiras de antropologia, tanto de docentes quanto de discentes, e também os livros da antropologia como monografias, etnografias completas, coletâneas, dentre outros. Você teve sua experiência como autor, como editor da ABA, como editor da R@U e agora a frente de uma editora. Quando terminar essa gestão, daqui a quatro anos, o que você leva de aprendizado para a nossa área? Aonde precisamos melhorar?*

IGOR: Em termos de revista, precisamos melhorar a administração do fluxo do tempo das revistas, que é o mais temerário. Uma revista profissional não pode levar três anos, dois anos, um ano e meio para dar a resposta para um texto. Você precisa de um processo de gerenciamento do tempo mais eficaz, ou seja, há um “quê” de profissionalização da produção das revistas, mas que as pessoas não profissionais podem aprender rapidamente. As revistas são muito largadas nesse sentido.

SORAYA: *Poucas revistas contam com alguma funcionária para a parte mais administrativa do dia a dia.*

IGOR: Veja, algumas revistas são organizadas e têm recursos dessa natureza e conseguem ser um pouco mais eficientes e outras revistas vivem de editoras que são razoavelmente competentes e, nesses momentos, elas produzem mais ou menos. Então, as revistas vivem de oscilações. Você não consegue manter, nas revistas sem recursos, a periodicidade. Às vezes, entra um editor que está mais devagar, enquanto outro estava mais rápido. Quando você tem o staff trabalhando, você consegue, pelo menos, centralizar um pouco da produção e isso te puxa para uma periodicidade. O que eu acho é que a gente trata muito pouco sobre isso com os nossos alunos. Falando nisso, honestamente, eu acho um erro as revistas de alunos.

SORAYA: *Você acha?*

IGOR: Eu acho. E vou te contar o exemplo da R@U. A nossa revista é a R@U pobre, porque, você sabe, tem a HAU rica, a revista europeia. A nossa R@U nasceu como revista de alunos. Era a revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFSCar. Depois de certo tempo, queríamos abrir uma revista dos docentes. Mas olhamos pra R@U e vimos uma revista muito bem-feita pelos alunos e foi conversar com eles: por que a gente não transforma essa revista em uma revista do programa? Que não é dos docentes, nem dos alunos, é do programa. Eles toparam. Nos juntamos com os alunos e temos agora sempre um editor professor e um editor aluno que trabalham juntos.

SORAYA: *Há um claro intuito pedagógico.*

IGOR: Isso, claramente pedagógico e mais do que isso. Há um intuito de concentração de força de trabalho, porque os alunos estão dispostos a trabalhar. Então, é mais fácil fazer uma revista e trabalhar profissionalmente com uma mão-de-obra dos alunos que estão ali aprendendo a fazer isso, do que você deixar na mão de dois docentes esperando que eles vão fazer sozinhos. Então, a gente conseguiu mobilizar mais alunos, eles estão todos na estrutura formal da revista e aquilo conta para o currículo deles. Eles estão ajudando a fazer a revista e simultaneamente, aprendendo a fazer a revista, é uma troca muito

interessante. E eles estão manipulando sistemas de gerenciamento, como por exemplo o Trello. Em alguns programas (e acho que as situações podem ser muito diferentes), a revista dos alunos compete com a revista dos professores em termos de mobilização de mão-de-obra. Prefiro uma coisa só e que os alunos passem por ela e aprendam fazendo, por exemplo. Mas é claro que existem revistas já consolidadas e que funcionam, ou outros que querem fazer diferente, ou um lugar que não consegue estabelecer diálogo entre um grupo e o outro. Estou falando de um programa bem pequenininho, nosso PPGAS tem dez docentes apenas. Além disso, uma revista dos alunos compete também por texto. As revistas deviam ser dos programas. É importante que os alunos trabalhem e aprendam a ser editores, que os alunos ajudem e montem juntos a revista. Quer dizer, a revista não é dos docentes e não é dos alunos.

SORAYA: *Mas, na realidade, Igor, vejo que pouquíssimas alunas conseguem publicar nas revistas dos programas...*

IGOR: Isso só acontece quando você estabelece de cara uma diferença. Na nossa R@U não, alunos publicam e alunos de outros programas também publicam.

SORAYA: *Não será por que ela nasceu discente? Quer dizer, ela tem uma marca, é isso que estou dizendo. Ela nasceu discente.*

IGOR: Mas ela é de um programa. A gente publica textos muito importantes, uma entrevista recente com a Janet Carsten, por exemplo. Mas também, claro, se já que tem um editor aluno, os demais discentes não ficam com medo da revista e é importante que estes não tenham medo das revistas. E mais, é importante que os docentes não hostilizem os alunos como possíveis autores, que é algo que acontece nas revistas: “Aluno não pode”.

SORAYA: *Exato, é disso mesmo que estou falando. Na UnB, temos a “Textos Graduados”, uma revista de estudantes graduandas das Ciências Sociais. Inclusive, eu participei da Comissão Editorial dessa revista em 1996, quando ela estava começando e eu era graduanda. Um dos problemas que ela enfrenta, hoje em dia, é que as pareceristas, que também são alunas, são muito exigentes. Então, as autoras recebem um parecer bem negativo, ficam desencorajadas de revisar e devolver o texto. Isso é um aspecto, mas há outro a ser considerado também. Nas revistas das docentes, nas revistas ditas profissionais, todos os textos tinham que ser avaliados às cegas. Só a secretaria sabia quem é a autora para poder, claro, dar o retorno e fazer a comunicação com essa autora. Os textos não podem chegar com nome para as editoras, porque são elas que vão escolher as pareceristas. Acho que o processo de duplo-cego tem que ser mais ampliado, levado*

mais a sério. Acho que há muito preconceito com os textos de discentes, na minha opinião. Já chegam com o carimbo de origem.

IGOR: Há muito preconceito.

SORAYA: *O que quero dizer é que há tanto preconceito para cima, quanto para baixo. Tanto a professora sênior que, muitas vezes, nem recebe um parecer porque as editoras julgam o texto “acima de qualquer suspeita”, quanto o texto da noviça que nem é mandado para parecerista e já é negado pelo nível de formação dessa autora.*

IGOR: Enfim, esse é um cenário difícil. Acho que estamos decompondo o campo editorial das revistas de antropologia em muitas unidades hierarquicamente constituídas, ao passo que deveríamos ter mais revistas que não fossem nem de X, nem de Y. E que fossem todas progressivamente opções melhores. Então, um professor só manda seus textos para revistas tais, o aluno só manda pra revistas tais, isso não é bom para as revistas e isso estratifica também a produção das pessoas.

SORAYA: *Concordo contigo. Há uma questão ética também: nesse arranjo de todo mundo trabalhar junto na mesma revista e de ser também uma experiência pedagógica para as estudantes, pode ter muita revista em que elas vão trabalhar, mas que elas não vão poder publicar, você não acha? Temo que virem uma mão-de-obra barata.*

IGOR: Tudo bem que eles, às vezes, não vão poder publicar na própria revista que estão trabalhando, mas sugiro que o aprendizado por si já vale. Eles estarão aprendendo como fazer. E mais, terão a chance de ver exatamente como publicam, como trabalham essas revistas. Eles estão vendo o processo acontecer. E outra, qualquer pessoa que trabalha na revista supostamente não deve publicar ali.

SORAYA: *Para evitar a endogamia.*

IGOR: Exatamente, mas eu acho que a experiência editorial dos alunos faz com que eles queiram publicar, então eles procuram alternativas de publicação.

SORAYA: *Ainda sobre experiência: como podemos ampliar ainda mais a socialização de nossas estudantes no mundo da publicação? Tanto do mais inicial, que é o processo de escrita de um artigo, até procurar uma revista, se comunicar com a editora, responder à parecerista, ou fazer um parecer etc.*

IGOR: Não há formação específica para isso, ninguém ensina. Você aprende selvagememente.

SORAYA: *Sim, é o que acontece. Mas você não acha que deveríamos estar ensinando tudo isso explicitamente também? Não faz parte de nosso papel docente também?*

IGOR: Deveríamos, de alguma forma, ensinar isso na graduação.

SORAYA: *Como? Queria conhecer ideias interessantes e criativas nesse sentido.*

IGOR: Cursos podem passar por isso de alguma forma ou de outra. Mas o mais interessante, no final das contas, é a experiência que os alunos têm ao participarem dessas revistas. No final, aprende-se mesmo na prática. Por isso, acho muito importante que eles participem das revistas e, ao mesmo tempo, creio que seja importante que as revistas não sejam revistas de alunos, mas façam parte de um programa. E o programa se fortalece com isso. Então, a aprendizagem é ultrapassagem, mas não sei se é o suficiente. Talvez não seja, talvez a gente tenha que ensinar no primeiro ano de pós-graduação o que é uma publicação, o que é um currículo lattes, como fazer um concurso, porque também é importante, é toda uma parte prática da nossa formação.

SORAYA: *E tem uma série de coisas dos bastidores que a gente aprende só pelo mimetismo, só olhando para as nossas mestras. Mas, por exemplo, o pessoal da Saúde Coletiva, que é uma área por onde eu transito bastante, faz encontros, com alguma frequência, entre editoras de revistas de saúde coletiva. Eu fico pensando se esse não é um espaço que temos que ocupar mais, juntar a editora da R@U, com a da*

Anuário Antropológico, com a da Horizontes Antropológicos, com a da revista Áltera etc.

IGOR: Supostamente já temos isso nas reuniões da ABA, tem reunião dos editores, mas eu acho que é muito pouco. Deveriam ser mais frequentes. Eu acho que o campo é muito competitivo e ter tanta hierarquia dificulta o diálogo. Além de que o fato de as revistas serem separadas em estratos, digamos assim, dos alunos e dos docentes, dificulta a formação deles. E eu não sei se existem esses fóruns entre as revistas dos alunos. Isso deveria acontecer.

SORAYA: *Isso seria realmente muito legal. Ou todo mundo junto, revistas de discentes e de docentes numa mesma reunião, para minar essa estratificação que você bem menciona.*

IGOR: Porque a partir disso, eles podem trocar informações, inclusive informações onde eles enfrentam situações menos estratificadas que podem ser exemplares para outros alunos.

SORAYA: *E também identificar que têm gargalos semelhantes e encontrar soluções.*

IGOR: Há também uma falta de opções profissionais para os nossos alunos. Eu gostaria de formar alguns alunos que fossem trabalhar na editora. Em nossos cursos de formação estudantes de mestrado,

poderíamos falar mais sobre como é o trabalho de um editor, como é que funciona uma editora, eventualmente trocar aulas por estágios.

SORAYA: *Eu estou pensando em uma disciplina específica mesmo. Inventar um monte de assuntos para colocar dentro de uma disciplina sobre o mundo da publicação: escrita de diferentes tipos de textos (resenha, ensaio bibliográfico, artigo, livro autoral, coletânea etc.), comunicação com a editora, escrever e receber pareceres, softwares de submissão de artigos e de gerenciamento do trabalho editorial, etc.*

IGOR: Isso é uma possibilidade, sem dúvidas, mas, assim, eu estou pensando na formação profissional da pessoa. Suponha que ela fez mestrado em antropologia e, em vez de fazer cinco disciplinas, ela fez quatro e um estágio de seis meses numa editora. Quando ela sai para o mercado de trabalho, ela tem uma coisa diferente para oferecer.

SORAYA: *Claro, um trunfo a mais! Ótima ideia.*

IGOR: É isso que faria a diferença. Da mesma forma como, por exemplo, se ensinamos museologia. O estudante, além das disciplinas, fez um estágio de seis meses em um museu. Ele tem uma outra opção. Ele pode olhar para aquilo também como alternativa de trabalho se a academia não tiver vagas naquele momento. É esse tipo de flexibilidade nos nossos currículos que precisamos ter.

SORAYA: *Mas eu também acho que há a necessidade de uma formação em outro nível para conseguirmos mudar e aprimorar a cultura editorial. Para tanto, precisamos ter mais gente discutindo isso. Não só uma experiência individual de estágio, um exemplo pontual.*

IGOR: Eu entendo e acho pertinente, mas você está pensando ainda num nível de otimização na vida acadêmica do aluno. Ele vai usar isso para considerar a vida acadêmica. Eu estou pensando num cenário aonde a vida acadêmica não vai dar para todo mundo e dos dez que a gente formar, cinco vão ter que arranjar outro emprego. Eu acho que o estudante pode ter uma experiência profissional dentro do mestrado (mesmo que não seja um mestrado profissional) que o ajude enormemente. Eu tenho certeza que as editoras profissionais precisam desse suporte por uma série de motivos.

SORAYA: *Na verdade, o nosso leque de estágios é muito pequeno em geral.*

IGOR: Sim. O estudante poderia fazer um estágio de seis meses em uma empresa que produz laudos, por exemplo.

SORAYA: *Claro. O que eu percebo em Brasília, onde há muitas antropólogas profissionais, é que há vagas para estágio em órgãos onde há antropólogas fazendo aquele serviço. E são essas antropólogas que bolam um termo de referência para poder selecionar*

uma estagiária específica da área da Antropologia. É uma profissional que abre espaço para a próxima.

IGOR: Os nossos programas de pós-graduação poderiam dar um jeito de incorporar essas práticas à formação dos alunos.

SORAYA: *Uma disciplina que contemplasse o estágio, para a estudante já ganhar crédito. Mas os departamentos também poderiam orquestrar mais programas de estágio.*

IGOR: Isso.

SORAYA: *Mudando um pouco de assunto, e os livros? Você acha que a gente vai mesmo passar totalmente ao formato de e-book? Estamos preparadas pra ler tudo no Kindle, Kobo, Lev? Como a Antropologia está nesse mundo eletrônico?*

IGOR: Essa é uma questão. Havia um crescimento do e-book, depois vimos uma diminuição. Há determinados tipos de livros mais técnicos ou livros de uso profissional, e há alguns livros de Antropologia que se encaixam nessas categorias, que podem ser e-books. Um livro que você precisa comprar só para ter uma informação, mas não é um livro que você quer ter em papel especificamente. Isso vai acontecer gradualmente. Você não quer ter o livro na estante, não tem mais espaço e vai ler em e-book. Então, é uma tendência a oferta maior de e-books

pelas editoras dos livros que são produzidos em papel, mas também haverá para sempre uma quantidade de livros em papel. Nós antropólogos, os cientistas sociais, e, em especial, os autores, temos um fetiche pelo papel, queremos ver o resultado em papel. Mas, nossa maior dificuldade para fazer e-book são os autores, eles não querem e-book. Nesse sentido, estamos um pouco atrás de outras áreas, onde essa resistência não é tão grande.

SORAYA: *E as nossas etnografias, que são longas e a leitora precisa de conforto para passar dias e dias lendo? Eu acho que a Antropologia se destaca, quer dizer, é muito diferente de outras áreas.*

IGOR: É. A gente produz livros caros nesse sentido. Um caminho natural para os livros caros é virarem e-book. Suspeito que o que vai acontecer é o e-book oferecer a possibilidade de aumentar a quantidade de objetos-livros. Que não tem em papel, mas são livros, já que é mais barato para uma editora fazer um e-book. E é mais fácil trabalhar. Quanto maior o livro, mais tempo ele fica na edição e mais caro ele é, de qualquer jeito. Então, isso é um limite. Por isso que, quando se transforma uma etnografia num livro, em geral se diminui o tamanho.

SORAYA: *Mas ainda assim, a gente não consegue escrever livros com menos de 200 páginas.*

IGOR: Mas 200 é um tamanho aceitável. As coletâneas também têm, mais ou menos, esse número de páginas. E na Antropologia, publicamos muitas coletâneas. Somos um mercado excessivamente “coletanesco”, que é uma dinâmica da produção contemporânea. Você faz um Grupo de Trabalho na ANPOCS, junta dez textos e faz um livro. Você faz um Grupo de Trabalho na ABA, junta mais dez textos e faz um livro. Esse tem sido o nosso jeito de dar vazão à publicação.

SORAYA: *Mas também temos encontrado nas revistas o espaço dos dossiês para dar vazão a esses conjuntos de textos.*

IGOR: Exatamente. É o mecanismo mais simples de produzir rapidamente. E acho que as editoras produzem muitas coletâneas. Mas eu não sinto muito efeito editorial e receptividade para as coletâneas. A gente vende mais livro. As pessoas estão mais interessadas, no final das contas, na informação completa, do começo ao fim, no livro. Claramente, há coletâneas e coletâneas. Há algumas muito boas. Mas, em geral, as coletâneas têm dois terços de capítulos espetaculares e o outro terço menos interessante. Na editora, eu gostaria de publicar mais livros, mas há uma oferta grande que chega de autores com coletânea. E o processo editorial de uma coletânea é sempre muito complicado, porque as coletâneas são muito desiguais.

SORAYA: *E tem a parte da orquestração também, de trabalhar com quinze autoras ao mesmo tempo.*

IGOR: Mas esse não é exatamente o problema. O problema é a coletânea boa, que tem sete textos ótimos e três ruins. E a editora fala que não dá para publicar, que tem três textos muitos ruins. E entra em um atrito com os autores, porque os autores não querem abrir mão, porque são unidos entre si, são de um mesmo grupo de pesquisa etc. O processo profissional da edição fica prejudicado pelo tipo de relação social que as coletâneas estabelecem entre as pessoas. Mas temos uma política muito profissional. Se o texto não está bom, não sai. Eu não publico, não vai ser publicada a coletânea com esse texto. Esse é um jeito de deixar as coletâneas melhores. Esse é um atrito que a gente enfrenta constantemente com autores. E é mais difícil publicar livros inteiros, a não ser quando é uma tese de doutorado, a tese de livre-docência. Nas Ciências Humanas tem isso, é incrível, mas é mais difícil receber propostas de livros inteiros que não sejam vinculados a doutorado e mestrado, do que receber propostas de coletâneas. Se você

quer publicar, você tem mais chance se propuser um livro inteiro do que se propuser uma coletânea. Pelo menos, na nossa concepção editorial.

SORAYA: *É muito interessante pensar nessa linha que você está sugerindo, das relações que são estabelecidas a cada tipo de livro. A coletânea, por exemplo, quando não tem dinheiro, as organizadoras do livro podem conseguir fazer uma vaquinha antes ou depois com a venda, para pagar o livro. E, no caso da coletânea, já que são muitas as autoras, talvez seja mais fácil juntar o recurso do que no caso de um livro autoral. É interessante pensar cada livro composto por um conjunto de relações sociais muito específicas. Bom, então, falamos de muitas coisas. Eu quero lhe agradecer pelo tempo, pelo ótimo papo, pelas ideias provocadoras sobre o mundo editorial na Antropologia.²*

Degração: Luíza Bão Sobreira, graduanda em Ciências Sociais na Universidade de Brasília.

² No decorrer da entrevista, a Professora Soraya Fleischer utilizou a linguagem inclusiva de gênero ao se referir aos e às estudantes e professores/as.

